



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

- 1 - Primeiro de Janeiro (O), 03-06-2009, "Vital Moreira põe em causa a sua credibilidade"
- 2 - Público, 03-06-2009, Europeias 09 - Meios de campanha do PS esmagam os da concorrência
- 3 - 24 Horas, 03-06-2009, Eleições Europeias - Contra a resignação
- 4 - Público, 03-06-2009, PGR ordenou audição de Dias Loureiro a seu pedido
- 5 - Focus, 03-06-2009, Caso BPN: o fim da Comissão
- 6 - Correio da Manhã, 03-06-2009, Ronaldo acusa apelar ao voto nas Europeias
- 7 - Público, 03-06-2009, O bigode português
- 8 - Público, 03-06-2009, Editorial - PS e PSD: bloco central ou ódio central?
- 9 - Focus, 03-06-2009, Montanha-Russa
- 10 - Jornal de Notícias, 03-06-2009, Acabou o crédito de acesso fácil
- 11 - Jornal de Notícias, 03-06-2009, PSD desafiado por Vital a dissociar-se do BPN
- 12 - Jornal de Notícias, 03-06-2009, Ministério Público vai ouvir Dias Loureiro
- 13 - Diário Económico, 03-06-2009, Ulrich diz ser "difícil que alguém compre o BPN tal como está"
- 14 - Diário Económico, 03-06-2009, Eleições atrasam decisões-chave do Governo e Parlamento
- 15 - Diário Económico, 03-06-2009, PSD une-se em torno de Rangel e Vital ataca PCP
- 16 - Diário Económico, 03-06-2009, Eleições para quê?
- 17 - Diário Económico, 03-06-2009, Bancos recusam sistema de indemnização para o BPP
- 18 - Jornal de Negócios, 03-06-2009, O fantasma do BPN
- 19 - Jornal de Negócios, 03-06-2009, BdP autorizou emissão de dívida pouco antes do colapso do BPP
- 20 - Jornal de Negócios, 03-06-2009, Rangel regressa à infância, Vital insiste no BPN; para o CDS eles são apenas iguais
- 21 - Jornal de Negócios, 03-06-2009, Negociação de dívidas duplica nas grandes empresas
- 22 - Diário Económico, 03-06-2009, Banqueiros chumbam solução de reguladores para salvar o BPP
- 23 - Diário de Notícias, 03-06-2009, Clientes pedem à PGR que conteste Banco de Portugal
- 24 - Diário de Notícias, 03-06-2009, Há "responsabilidade política" do PSD no BPN, garante Santos Silva
- 25 - Correio da Manhã, 03-06-2009, BPN paga 1,7 milhões a Scolari
- 26 - Diário de Notícias, 03-06-2009, Europeias - Vital Moreira pôs eurodeputados a dançar
- 27 - Meia Hora, 03-06-2009, "Stop loss"
- 28 - Diário de Notícias, 03-06-2009, Partidos admitem mudar lei de protecção de menores
- 29 - Público, 03-06-2009, Ministério Público vai ouvir Dias Loureiro
- 30 - Meia Hora, 03-06-2009, BdP afasta cenário de crise na banca



ID: 25372433

03-06-2009

PARTIDO DA TERRA LAMENTA

"Baixa política" entre PS e PSD

O cabeça-de-lista do Partido da Terra, Pedro Quartin-Graça, lamentou ontem a "baixa política" entre PS e PSD na campanha para as Europeias, em conferência de imprensa de balanço "antecipado" da candidatura do partido. Pedro Quartin Graça destacou "a grande receptividade da campanha ao Parlamento Europeu", esperando o candidato um "resultado muitíssimo bom" no sufrágio de domingo.

PREOCUPAÇÃO DO MMS

"A segurança hoje não é garantida"

A segurança do País e dos cidadãos é a principal preocupação do Movimento Mérito e Sociedade (MMS), que se reuniu ontem com o Sindicato dos Profissionais de Polícia da PSP (SPP/PSP) em Lisboa. "A segurança de hoje em dia não é garantida" em Portugal, segundo o cabeça-de-lista às eleições europeias, Carlos Gomes, que confessou estar "muito preocupado" com esta matéria.

CNE ESCLARECE

"Branco e nulos" valida eleições

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) esclareceu ontem que uma eventual maioria de votos em branco ou nulos nas eleições europeias de domingo não invalida o sufrágio, contrariando mensagens anónimas na internet. Os responsáveis da CNE esclarecem ainda que qualquer boletim de voto apenas é considerado "em branco" quando "não tenha sido objecto de qualquer tipo de marca".

Rangel não poupa rival socialista

"Vital Moreira põe em causa a sua credibilidade"

Num dia em que visitou Porto e Gaia, candidato do PSD voltou a atacar candidato do PS. Menezes deixou importante recado interno.

O cabeça-de-lista social-democrata às eleições europeias, Paulo Rangel, viveu, ontem, um dia de importante sensibilidade pessoal.

Rangel começou a manhã no Bairro do Carriçal, no Porto, onde visitou a Obra Diocesana de Promoção Social. E foi aqui que lançou violento ataque ao rival socialista, Vital Moreira, considerando que este ficou descredibilizado por ter associado o PSD ao BPN, num artigo no Público, e agora tenta



Apoio. Menezes acredita num bom resultado de Rangel e assegura que este não será julgado em função do mesmo

justificar-se. Para o cabeça-de-lista do PSD, Vital Moreira é alguém que recusava falar de temas nacionais e que depois "se envolve em casos mediáticos e procura explorar isso partidariamente, sem nenhum nexos, sem nenhuma razão": "Isto só põe em causa a sua própria credibilidade."

De seguida, assistiu-se à troca de elogios entre Rangel e Menezes, após reunião na Câmara de Gaia. Luís Filipe Menezes considerou que o cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias "está a ser uma lufada de ar fresco na vida política portuguesa". O ex-presidente do PSD considerou ainda que o resultado de Paulo Rangel no domingo vai em todo o caso ser "suficientemente bom" e "ninguém vai julgar ninguém em função desse resultado". Por sua vez, Rangel elogiou Menezes, afirmando que este salvou Gaia do Terceiro Mundo.

ALMOÇO NO SEIXAL

Aplausos «recebem» Ilda Figueiredo

A cabeça-de-lista da CDU foi, ontem, aplaudida ao chegar a um almoço com os trabalhadores da Câmara do Seixal. "A CDU está ao lado dos trabalhadores", disse uma funcionária, enquanto outra garantia: "Pode contar connosco". Ilda Figueiredo «serviu» como prato principal críticas ao Governo. "Este Governo tem sido o porta-voz do pior que a União Europeia tem feito", defendeu a cabeça-de-lista da CDU. Num dia inteiramente passado em território comunista, Ilda Figueiredo esteve, de manhã, no Arsenal do Alfeite, em Almada, e, durante a tarde, à porta dos estaleiros navais da Lisnave, Mitrena, em Setúbal.



LÍDER DO CDS FAZ REFORÇO

Carácter nacional da votação

O líder do CDS-PP, Paulo Portas, insistiu ontem que as eleições europeias são nacionais por ser a primeira vez em quatro anos que as pessoas vão reflectir nas urnas o que pensam do Governo e dos partidos. A ideia, já lançada ainda antes do início da campanha, foi ontem reforçada pelo líder democrata-cristão, no final de um périplo a pé pelo centro de Almada, a cinco dias da votação. Portas queria falar sobre segurança e disse que se o CDS tiver uma boa votação no próximo domingo, dará "prioridade absoluta" à revisão das leis penais, à recuperação dos efectivos policiais "que foram deixados para trás".

BLOCO DE ESQUERDA

Primeiro «banho de multidão» em Matosinhos

A necessidade de criar políticas europeias que sejam "efectivamente" comuns foi, ontem, o «cavalo de batalha» do BE, com Miguel Portas a «afinar» o discurso para os trabalhadores fabris. Estas propostas foram deixadas de manhã à porta da fábrica da Renault em Cacia, perto de Aveiro. Da parte da tarde a «caravana» do BE teve o seu primeiro «banho de multidão» da campanha, numa «arruada» pelo jardim e pela feira do Sr. de Matosinhos, com direito a piropos, manjericos, autógrafos e palhaços.

Vital Moreira esteve no distrito de Setúbal

A meta é "eleger mais eurodeputados que o PSD"

O cabeça de lista do PS às europeias, Vital Moreira, disse ontem que a sua meta nas eleições do próximo domingo para o Parlamento Europeu é eleger mais eurodeputados que o principal adversário, o PSD.

"A meta é ganhar as eleições, como sempre tenho dito. Ter mais deputados que o principal adversário", respondeu Vital Moreira no final de uma visita a uma central de tratamento de resíduos, a Amarsul, que abrange nove municípios do distrito de Setúbal.

Antes, na Trafaria, ao início da tarde, o líder do PS/Setúbal,



A meta do PS é eleger mais eurodeputados que o PSD

Vitor Ramalho, tinha definido como fasquia dos socialistas a eleição de nove deputados (contra os 12 actuais), mas Vital Moreira mostrou-se prudente e recusou-se a quantificar.

No final da visita à Amarsul, o constitucionalista da Universidade de Coimbra sustentou que a "revolução no ambiente" começou em Portugal em 1995.

A caravana do PS esteve ontem a percorrer concelhos da margem sul do Tejo, onde os socialistas pretendem mostrar investimentos públicos de grande dimensão.



Europeias 09

Eleições A máquina montada pelos principais partidos para fazer passar a mensagem

Meios de campanha do PS esmagam os da concorrência

É como comparar um TGV com um comboio regional. Estrutura do PS na estrada é colossal. Já os outros partidos apostaram na modéstia

● Não falta nada na campanha do PS. Autocarros, palcos móveis, viaturas para todos os serviços, palco especial para Sócrates, material de propaganda com fatura para todos os gostos, jantares pagos e uma organização quase perfeita. Há até motoristas para levar os carros dos jornalistas quando o trabalho aperta.

Já nos restantes partidos, PSD incluído, esta campanha está reduzida ao básico. Poucos carros (no PCP é só um), muito panfleto e mais nada.

Já quanto às refeições dos jantares ou almoços/comícios, quem aparece paga.

A máquina

Foram já quatro mil quilómetros, mas, apesar do cansaço, ninguém se queixa. A campanha do PS para as eleições é uma autêntica máquina sobre rodas. E está oleada, como ontem se provou uma vez mais pela passagem no distrito de Setúbal (Trafaria, metro de Almada e comício em Setúbal).

Pelo menos uma dúzia de viaturas, entre carrinhas, carros e um autocarro de apoio - tudo alugado -, mais o *Móbil Afixe*, um anúncio ambulante que também serve de palco ao ar livre, e ainda um camião que transporta o cenário e o material de som para os comícios. E há ainda um palco especial quando Sócrates entra em campanha.

Ao cabeça de lista socialista, Vital Moreira, foi atribuído um Mercedes E220 preto, com motorista. Mas a cor da caravana - azul-Obama predominante - é dada pela meia dúzia de monovolumes e pelo autocarro que reproduzem os cartazes do PS.

Ao todo, cerca de 35 pessoas, incluindo candidatos (em número variável), compõem a equipa que está a percorrer o país. A rede social Twitter é alimentada por Vital Moreira, enquanto os "miúdos" da JS alimentam o site *Nós, Europeus*.

Quando o trabalho aperta, os jornalistas podem entregar as chaves do carro ao "motor" desta máquina, Rui Pereira, que já faz campanhas desde Almeida Santos, e a viatura será levada por um "jotinha" e entregue mais à frente. Depois, os jornalistas instalam-se no autocarro, que se torna uma redacção ambulante: *wifi*, tomadas eléctricas, bebidas frescas, máquina de café e sempre um sorriso bem-disposto. Até há uma pessoa que dá assistência técnica, se for preciso.

O autocarro não é uma inovação. Foi uma ideia posta em prática por António Guterres em 1995, quando a caravana *Nova Maioria* percorreu o país de lés a lés antes das eleições que deram a primeira vitória pós-Cavaco ao PS. Desde esses tempos que os socialistas dispõem também de



Rangel na Câmara de Gaia: o candidato anda muito dentro de portas

ADRIANO MIRANDA



Nuno Melo gaba-se de ter a campanha mais barata

CARLOS MANUEL MARTINS

Sobe e desce

Edite Estrela

Candidata do PS



É a mais activa socialista em campanha. Quando está com Vital actua como o seu

braço-direito. Quando não está percorre o país em campanha onde muitas vezes debate, de facto, as questões europeias que têm andado afastadas da campanha principal. É também uma das mais activas na Internet.

Luciano Alvarez

Passos Coelho

Militante do PSD



Pedro Passos Coelho foi usado na noite de segunda-feira por Vital Moreira como

arma de arremesso contra Rangel. Só podia. O ex-candidato a líder foi à campanha do PSD fingir que queria ajudar, mas acabou a dizer que se o partido perder as europeias sai diminuído para as legislativas e que o PSD não pode só pensar em ganhar as pequenas eleições. Com amigos destes... **LA.**

Principais meios

PS - Vários carros, carrinhas, um autocarro para jornalistas, camião com material para comícios, palco especial para o líder e várias propagandas e brindes variados. Partido paga algumas refeições e já alugou autocarros para comícios.
PSD - Oito carros e panfletos. Refeições pagas pelos militantes. Não aluga autocarros.
CDU - Um carro e panfletos. Refeições pagas pelos militantes. De vez em quando uma banda anima as arruadas. Bandeiras usadas nos comícios são devolvidas.
CDS - Três carros e panfletos. Cada um paga a sua refeição.
BE - Uma carrinha de sete lugares e um carro da equipa da Net. Panfletos. O BE ajuda a pagar algumas refeições.

um circuito de rádio por onde são comandadas as operações, para que tudo corra sobre rodas e ninguém se perca. Há ainda uma camioneta de material de propaganda que vem abastecer a caravana quando é preciso. E já foi três vezes. Bandeiras, *T-shirts*, canetas, blocos, calendários, bolsas de telemóvel, pequenos livros com o programa e as fotografias dos candidatos.

A moldura humana dos comícios chega muitas vezes de autocarro, algumas vezes alugado pelo partido, e vem (também) pelo passeio prévio ou pelo jantar. Comida grátis já houve em Castelo Branco e ontem repetiu-se na Trafaria, embora aqui o almoço tenha sido feito à antiga, pelos militantes locais. De resto, os poucos jantares-comício foram de angariação de fundos. Certo é que a caravana, só por si, faz a festa e apanha os foguetes.

PSD modesto

A caravana da campanha europeia do PSD não é grande e tem sofrido

alguns percalço de organização. São oito carros que transportam cerca de 30 pessoas, incluindo uma dezena de jovens militantes da JSD que tentam "animar" as acções de campanha - meios muito aquém dos usados numa campanha legislativa, por exemplo.

Ao contrário do que é habitual nesta eleição, não há brindes para dar aos eleitores. Apenas panfletos, com os dez compromissos do PSD. O partido tem apostado mais em almoços/comício que em jantares, mas quem paga é sempre o militante. Meios de apoio à comunicação social não existem. O candidato desloca-se num BMW do partido e tem motorista.

O tipo de campanha também não é muito tradicional. O cabeça de lista social-democrata, Paulo Rangel, que não larga os seus telemóveis, tem apostado muito nas novas tecnologias e nas redes sociais como o Twitter ou o Facebook, e nos contactos, em pequenas salas, com grupos profissionais. As arruadas são poucas e os comícios ainda menos e, nestas elei-



CNE contraria mensagens anónimas sobre votos brancos

A Comissão Nacional de Eleições esclareceu ontem que uma eventual maioria de votos em branco ou nulos nas eleições europeias de

domingo não invalida o sufrágio, contrariando mensagens anónimas que têm vindo a ser difundidas pela Internet.



Siga a campanha ao longo do dia em <http://eleicoes2009.publico.pt>

ções, não têm sido alugados autocarros para transportar pessoas para os locais dos discursos.

No que à campanha diz respeito, o caso BPN voltou à campanha do PSD. No final de um encontro com o padre Lino Maia, no Porto, Paulo Rangel foi questionado pelos jornalistas sobre o artigo de Vital Moreira publicado ontem no PÚBLICO. "É evidente que o facto de ter entrado por aqui é uma coisa que o descredibilizou totalmente. Isso é aceite por toda a gente", afirmou. Quem também pegou no tema foi Morais Sarmiento. No programa de debate que tem com Augusto Santos Silva na TVI24, Sarmiento afirmou: "Colar o PSD ao BPN é o mesmo que colar o PS à Casa Pia".

Outro tema que esteve de regresso foi o imposto europeu, na sequência da entrevista que o cabeça de lista do PSD deu ao *Jornal de Negócios*, cujo título era *Não estou fechado a um imposto europeu*. Paulo Rangel esclareceu que é "totalmente contra" um imposto europeu sobre as transacções europeias, "no médio prazo", por entender que "aumenta a carga fiscal e afecta a soberania fiscal dos estados-membros".

CDS, o mais poupado

Nem brindes nem sequer uma bandeira com o símbolo do partido. A campanha do CDS tem sido a marca da austeridade e faz jus ao orçamento mais magro de todos os partidos com assento parlamentar. Paulo Portas faz questão de salientar que poupar em sacos de plástico é um dever e uma resposta ao apelo do Presidente da República. Na bagagem, o material de propaganda tem-se resumido a panfletos que reproduzem os cartazes afixados pelo partido.

A caravana de campanha tem três carros. O de Paulo Portas, o Volvo do partido, e mais dois alugados: um para Nuno Melo, com motorista, e outro para o assessor de imprensa.

Os jantares são pagos pelos participantes e até agora ainda não houve o aluguer de qualquer autocarro.

Só ontem, em Almada, a comitiva engrossou com mais candidatos da lista e dirigentes locais. Havia bandeiras e, pela primeira vez, algumas canetas para distribuir. O líder do CDS dedicou o dia à segurança.

Descentralizar

Poupar, reciclar, ajudar e descentralizar são palavras de ordem na campanha da CDU. Em vez de chapéus, canetas ou outros pequenos brindes, o que há para distribuir nas arruadas de Ilda Figueiredo são os panfletos de apelo ao voto, autocolantes da CDU e a atenção e cordialidade da candidata. De vez em quando aparece uma banda para animar as arruadas.

Não há caravana e a comitiva de Ilda é mínima: a sua assessora, o do partido e o condutor do carro. Veículo, que anda sempre sem qualquer publicidade e é um familiar de gama média, alugado pelo partido.

A organização das acções de campanha é muito descentralizada: o comité central desenhou o esqueleto das deslocações e as acções em cada local são da responsabilidade dos membros da comissão política do partido que estão em cada região. É por isso que

os populares de Cabeção (em Mora) tinham já as suas bandeiras em riste à chegada da candidata e no final as enrolaram para levar para casa e depois entregar à célula local. Sim, porque o material que se vê nas ruas será depois recolhido e arrumado para se usar em próximas eleições.

O significado mais básico da expressão "não há almoços grátis" é aplicada na campanha da CDU: nos almoços e jantares com militantes, estes pagam sempre o preço de custo da refeição. Durante a semana, Ilda almoçou em algumas cantinas cama-

rárias. Como o fez ontem, no Seixal. Ilda dedicou boa parte do dia aos problemas da indústria naval, visitando o Alfeite e a Lisnave.

Visibilidade

O BE apostou na visibilidade pública dos seus candidatos e da sua mensagem política e adaptou quer os meios, quer a actuação no terreno de campanha a esse objectivo, explicou o director de campanha, Jorge Costa, ao PÚBLICO.

Essa aposta é feita de três modos, presença dos candidatos na rua, car-

tazes e Net. Aproveitando o Verão, o contacto directo com a população tem abundado, embora o BE faça também jantares e comícios. O partido tenta arranjar locais para os jantares/comícios a preços acessíveis, entre oito e 12 euros, que são pagos pelos presentes. Se não consegue encontrar um espaço com esses preços o BE ajuda a pagar.

Não são alugados autocarros para levar as pessoas aos comícios e não há qualquer tipo de apoio ao trabalho dos jornalistas. Ao nível da propaganda, estão a ser distribuídos nas

acções de rua duas edições no total de 400 mil exemplares do jornal de campanha *Justiça e Economia*. A caravana eleitoral desloca-se pelo país no seguinte formato: numa carrinha de sete lugares segue o cabeça de lista, Miguel Portas, acompanhado pela segunda candidata, Marisa Matias, e pelo *staff* de campanha. E num carro a equipa do esquerda.net, uma equipa jornalística de escrita, imagem e áudio, que alimenta o portal. **Leonete Botelho, Nuno Simas, Margarida Gomes, Maria Lopes, Sofia Rodrigues e São José Almeida**



Europeias 09

Campanha PCTP/MRPP e MEP estiveram ontem em campanha em Lisboa

Um velho partido maoísta que quer picar o ponto e um recém-chegado à política que ferve em energia

Reportagem

Maria José Oliveira

Um tem quase 40 anos, o outro pouco mais de um ano. O PCTP/MRPP não acredita na eleição de Orlando Alves, o MEP tem a certeza de que vai eleger Laurinda Alves

● Mãos nos bolsos, Orlando Alves parecia um turista. Ontem, ao fim da manhã, defronte da esplanada d'A Brasileira, no Largo do Chiado, em Lisboa, andava de um lado para o outro, enquanto aguardava a chegada dos quatro camaradas que iriam consigo descer a Rua Garrett, distribuindo folhetos de propaganda para as europeias - descer aquela rua em plena campanha eleitoral é um clássico. Até para o PCTP/MRPP.

No outro lado da cidade, junto ao Campo Pequeno, acaba de estacionar o autocarro, também *outdoor* e escritório ambulantes, do Movimento Esperança Portugal (MEP) - alugado por 10 mil euros, o veículo ostenta uma fotografia gigante de Laurinda Alves. Faltam poucas horas para a candidata independente pelo partido ("Sinto-me mais inteira como independente, mas sou radicalmente MEP") calcorrear as avenidas circundantes.

"Se eu estivesse no PE"

De volta ao Chiado, Orlando Alves, o candidato do PCTP/MRPP, vai descendo a rua em passo vagaroso. Leva na mão um maço de folhetos azuis e vermelhos - "contra o capital por uma Europa dos povos!", lê-se primeira página -, mas não é ostensivo no contacto com os transeuntes. Por vezes até parece hesitar.

Orlando está no PCTP/MRPP quase desde a sua fundação, em Setembro de 1970. Aderiu a esta corrente maoísta em 73; filiou-se um ano depois, em finais de Abril. Aos 53 anos, este funcionário público que não gosta de "chavões" - "Enfim, boa parte do eleitorado considera-nos eurocépticos, embora eu não goste do chavão" - tem soluções para a crise económica: "Ela não pode ser vencida por outra instância que não a força do trabalho. No plano imediato deviam ser reduzidos os horários de trabalho (para 30 horas semanais) e aumentados os salários, para também aumentar o poder de compra. Se eu estivesse no Parlamento Europeu tentaríamos que estas questões fossem debatidas."

A utilização da conjunção "se" não é casual. O PCTP/MRPP surge no boletim de voto para picar o ponto. "Era preciso haver aí uma hecatombe em termos políticos para conseguirmos ser eleitos", diz, explicando que a sua eleição não é

Laurinda Alves já fez quase três mil quilómetros pelo país



PEDRO CUNHA

Orlando Alves está no PCTP/MRPP desde 1973



JOÃO HENRIQUES

o objectivo do partido. "Queremos subir em relação às últimas europeias [36.294 votos; 1, 07 por cento]", esclarece.

Junto à entrada do centro comercial Campo Pequeno, duas dezenas de membros do partido que quer "seguir o trajecto de sucesso" feito pelo Bloco de Esquerda (o modelo limita-se ao "trajecto de sucesso", ressalva Rui Marques, presidente do

MEP, notando que o partido está "ao centro" e é "um projecto humanista, em termos ideológicos") estão mobilizados para mais uma acção de campanha. Há bandeiras verdes, folhetos, uma organização impecável e uma candidata com óculos escuros e havaianas vermelhas.

Laurinda percebe que as pessoas "estão descrentes e desinteressadas", mas "a maioria

tem sido simpática". "Ai que bom, gosto quando estendem a mão", diz, dirigindo-se a um homem que lhe pede um folheto.

Ao fim de quase três mil quilómetros de viagens pelo país, a candidata ficou surpreendida com a "reconfiguração" da vida das pessoas no Vale do Ave, por causa dos altos índices de desemprego, teve a "surpresa feliz da abertura" ao partido,

e, o mais importante, tem a certeza de que vai ser eleita no domingo. "Estou completamente convencida disso. Digo-o com convicção e sem presunção. É uma perspectiva realista." Laurinda fala com frequência no seu trabalho como jornalista - decidiu candidatar-se como independente porque "isso tem a ver com o código ético e deontológico dos jornalistas"; e considera que "as pessoas reconhecem que aqui há uma continuidade" do seu trabalho jornalístico ("de causas e cidadania").

O grupo do PCTP/MRPP não se demora à entrada dos Armazéns do Chiado. A campanha tem ali forte competição - um petição para os Médicos do Mundo; os vendedores da revista *Cais*. "No passado fim-de-semana, só cerca de 15 por cento das pessoas recebiam os folhetos. Os outros, quando ouviam falar em políticos, até fugiam", comenta Carlos Paisana. Rui Mateus sugere uma ida ao Café Gelo, no Rossio, para ver a foto que ocupa uma das paredes do estabelecimento: um retrato de uma manifestação em que todos eles participaram, em Janeiro de 1975, num protesto contra a ancoragem de navios da NATO em Lisboa. A ida ao Gelo transforma-se numa peregrinação de homenagem a outros tempos.

Nesta altura faltam poucas horas para o autocarro do MEP chegar à Baixa e fazer ouvir o hino do partido: "Portugal é o meu país/pela paz e pela justiça..."



Partidos sem assento parlamentar intensificam campanha

MPT espera resultado "muitíssimo bom"

O cabeça de lista do Partido da Terra (MPT), Pedro Quartim-Graça, lamentou ontem a "baixa política" entre PS e PSD na campanha para as europeias, em conferência de imprensa de balanço "antecipado" da candidatura do partido.

"Não é nobre, com troca de galhardetes, insultos e acusações entre os dois maiores partidos", afirmou aos jornalistas o candidato ao Parlamento Europeu.

Pedro Quartim-Graça destacou "a grande receptividade da campanha do MPT ao Parlamento Europeu", esperando o candidato um "resultado muitíssimo bom" no sufrágio de domingo. "Um excelente resultado será a eleição de um deputado", adiantou.

PPM quer selecções dos Açores

O candidato do PPM-Açores ao Parlamento Europeu, Paulo Estêvão, propôs ontem a criação de selecções desportivas

açorianas, como forma de afirmar a região no mundo e de promover o acesso dos atletas do arquipélago à alta competição.

"Queremos reforçar os signos de identidade específica do povo açoriano e afirmar de forma independente os Açores no mundo", afirmou o candidato do PPM, acrescentando que a sua proposta também visa "reforçar o estatuto de autonomia político-administrativa".

O candidato do PPM-Açores frisou, no entanto, que isto "não significa menor fidelidade política à nação portuguesa".

POUS admite não eleger deputado

A cabeça de lista do Partido Operário de Unidade Socialista (POUS) às eleições europeias, Carmelinda Pereira, defendeu ontem, em Lisboa, que as associações de trabalhadores são a "salvação" da economia e "uma conquista importante do 25 de Abril".

A candidata ao Parlamento Europeu falou à agência Lusa

no rescaldo de um encontro com membros da comissão de trabalhadores da Empresa Portuguesa de Águas Livres (EPAL). Carmelinda Pereira diz que os objectivos do partido têm sido cumpridos, mas reconhece que não deverá eleger nenhum deputado.

MMS aposta na segurança do país

A segurança do país e dos cidadãos é a principal preocupação do Movimento Mérito e Sociedade (MMS), que se reuniu ontem com o Sindicato dos Profissionais de Polícia da PSP (SPP/PSP) em Lisboa.

"A segurança de hoje em dia não é garantida" em Portugal, segundo o cabeça de lista às eleições europeias, Carlos Gomes, que confessou estar "muito preocupado". Em Portugal existem, segundo Gomes, cerca de 50 mil agentes da PSP, GNR, PJ e o SEF e mais de metade do efectivo "está ocupado" com questões logísticas, não cumprindo a sua missão "fundamental" de patrulhamento na rua.



Europeias 09

Campanha Ameaça da xenofobia aumenta em tempo de dificuldades económicas

O deputado

Le Pen, o detestado

Francês, nascido em 1928, é o mais detestado e o menos frequentado dos eurodeputados, não só por ser antieuropeu convicto, mas pela sua postura nacionalista e



negacionista das câmaras de gás nazis - que já lhe valeu várias condenações

em tribunal. Presidente fundador do partido de extrema-direita Front National, Le Pen, que não perde uma ocasião para uma provocação, é deputado europeu desde 1984. Na última legislatura quase conseguiu fundar um grupo parlamentar de extrema-direita, um passo que voltará a tentar na próxima.

Extrema-direita tenta explorar descontentamento social

Crise favorece impacto dos discursos xenófobos e poderá premiar partidos de extrema-direita nas urnas

● Países tão diferentes como a Finlândia, o Reino Unido ou a Áustria estão a assistir a uma mobilização de partidos de extrema-direita, que tentam conquistar votos no Parlamento Europeu cristalizando o descontentamento social com *slogans* racistas e um discurso contra os muçulmanos, os imigrantes ou os ciganos.

Na República Checa, o Partido Nacional foi ao ponto de apelar a uma "solução final para a questão cigana".

Roménia, Itália, Eslováquia e Hungria (ver texto em baixo) são outros países onde os ciganos têm sido atingidos pela discriminação.

A Áustria é o país onde a extrema-direita deverá crescer mais, relativamente às eleições europeias de 2004. O FPÖ, que defende um "Ocidente nas mãos dos cristãos" deverá chegar aos 19 por cento, elegendo três deputados, enquanto os partidos do centro estão em perda. Na Finlândia, o True Finns (Verdadeiros Finlandeses) quer ultrapassar os 5,4 que conquistou nas eleições locais de 2008. O partido do islamofóbico Geert Wilders poderá conseguir eleger três deputados na Holanda. Na Bulgária, é

o ataque à adesão da Turquia que permite ao Ataka sonhar com quatro lugares. E no Reino Unido, o British National Party, que defende "trabalhos ingleses para trabalhadores ingleses" poderá eleger o seu presidente, Nick Griffin.

"Enquanto estivermos numa situação económica, financeira e social complicada, poderemos esperar manifestações violentas, com impacto nos comportamentos eleitorais", diz o politólogo belga Pascal Delwit.

Antes da campanha começar, o presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Pötering, avisou que a abstenção favorecerá os partidos extremistas.

Acontece no PE

Jornalistas e lobbyistas aos milhares



No Parlamento Europeu há 4322 lobbyistas, que representam 1699 organizações, segundo dados do PE de Maio de 2009. O PE é a única instituição europeia que obriga à acreditação dos lobbyistas e tem um código deontológico sobre o *lobbying*. O ano passado havia um único lobbyista português, Joaquim Martins Lampreia, que tem sobretudo clientes internacionais. Já em termos de jornalistas, o PE tem mais de 100 acreditados apenas para o Parlamento e 1000 estão acreditados para todas as instituições europeias.

Hungria Lista cigana quer eleger deputado contra a discriminação



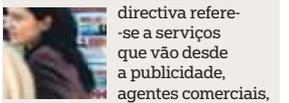
ARTILA KRISZTINA/PAF

● Uma lista cigana vai participar pela primeira vez numa eleição na Hungria. O Rom MCF congrega várias organizações ciganas e espera mobilizar os 500 a 600 mil *roms* húngaros e cujo fosso em relação aos magiares, maioritários neste país de dez milhões de habitantes, tem-se agravado com o tempo. Zsolt Kis, um estudante de Informática de 21 anos, é o cabeça de lista, mas tem poucas possibilidades de conseguir os 150 mil votos indispensáveis chegar a Bruxelas. "Os deputados húngaros continuam a ter a tendência desagradável de só falar na "questão cigana" em período eleitoral, quando as condições de vida dos ciganos permanecem deploráveis em todo o antigo bloco comunista", diz Kis. A Hungria é ainda um dos países da União Europeia mais afectados pela crise, que provocou a queda do Governo socialista em Abril deste ano e a sua substituição por um executivo apoiado pelos socialistas e pelos liberais. E se a lista liderada por Kis parece estar longe de conseguir os seus objectivos, o partido de extrema-direita Jobbik, com cinco a sete por cento das intenções de voto, poderá consegui-lo. Explora o descontentamento social introduzindo a ideia de uma "criminalidade cigana". O Jobbik tem uma força paramilitar própria, a Guarda Húngara, cujo uniforme lembra o do partido fascista húngaro dos anos 1930-1940, que organiza regularmente manifestações em localidades onde existem minorias ciganas. "Rejeitamos a ideologia discriminatória do Jobbik. A Guarda Húngara não faz mais do que deitar gasolina para cima do fogo", diz Kis. "As lições dos anos 1930 mostram-nos que uma crise económica e social, se não for controlada, pode ser um terreno fértil para os movimentos radicais", disse o primeiro-ministro húngaro, Gordon Bajnai. PUBLICO/AFP

O Parlamento decide

Circulação de serviços sem obstáculos

A Directiva dos Serviços retira os obstáculos à livre circulação de serviços e à liberdade de estabelecimento dos prestadores noutros Estados-membros. A



directiva refere-se a serviços que vão desde a publicidade, agentes comerciais, consultoria jurídica ou fiscal, construção, às agências de viagens ou imobiliárias. Qualquer restrição da livre circulação de serviços só poderá ser aceite em situações muito específicas, relacionadas com a ordem, a segurança, a saúde públicas ou o ambiente. Foi aprovada em Novembro de 2006 e será aplicada até Dezembro deste ano.

Em números

Pré-história do PE remonta a 1952

78

deputados europeus nomeados participaram na primeira sessão da Assembleia Comum da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a 10 de Setembro de 1952

12

deputados presidiram ao PE desde 1979, o ano da primeira eleição directa

15

deputados presidiram aos parlamentos por nomeação entre 1952 e 1979



Lei do aborto no centro da campanha

Em nome da Europa, ajustam-se as contas internas da Espanha

● Os temas internos são o prato-forte da campanha espanhola para as eleições europeias. Desemprego e crise económica, nova lei do aborto e acusações de corrupção e de abuso de poder ocupam os políticos espanhóis. Em nome da Europa, ajustam-se contas de e em Espanha.

“Os vossos anos no poder cortaram direitos dos trabalhadores”, acusou no debate da noite de segunda-feira Fernando López Aguilar, cabeça de lista dos socialistas. “Há cinco anos que governam e não assumem responsabilidades”, respondeu Jaime Mayor Oreja. Estas frases são, apenas, um exemplo do tom da campanha. “Deitaram a Europa pela borda fora”, analisou na edição de ontem do *El País* Miguel Ángel Aguilar, da Associação de Jornalistas Europeus.

Nas votações no PE, os socialistas e os conservadores espanhóis votaram juntos 80 por cento das decisões. Quer o PSOE [Partido Socialista Operário Espanhol], quer o Partido Popular (PP) defendem o Tratado de Lisboa e concordam com a necessidade da reforma institucional. E Rodríguez Zapatero apoia Durão Barroso. Para evidente incómodo do seu candidato que, em nome de uma campanha de princípios e recordando a célebre foto da cimeira dos Açores, se quis demarcar de Barroso. A Europa, na campanha do PSOE e do PP, não tem sal e pimenta. Só as questões nacionais marcam diferenças e dramatizam a escolha dos eleitores.

Um dos temas foi introduzido pelos socialistas, com o anteprojecto da nova lei do aborto. O objectivo é colar os “populares” à hierarquia eclesial. O que aconteceu. Mayor Oreja seguiu o raciocínio do cardeal António Cañizares, antigo bispo de Toledo e actual prefeito da Congregação do Culto Divino e da Disciplina do Sacramento. O ministro do Vaticano comparou o aborto aos abusos de eclesialistas irlandeses a menores. Oreja admitiu a comparação e fez a campanha aos socialistas. No entanto, o PSOE criou um problema. A disposição de que jovens dos 16 aos 18 anos possam abortar sem consentimento ou conhecimento dos pais



Rodríguez Zapatero

gera controvérsia: 60 por cento dos espanhóis estão contra e 52 em cada 100 eleitores socialistas não apoiam. Há divisão nos deputados do PSOE perante a anunciada disciplina de voto e a hipótese de suavizar o texto é recusada pela Esquerda Republicana da Catalunha e pelos comunistas. Os sete deputados destas duas forças são indispensáveis para que o projecto passe no Parlamento de Madrid.

Os socialistas contra-atacaram com os casos de corrupção dos “populares” em Valência e Madrid. Pelo favorecimento do PP a empresas em contratos com a administração pública. Logo apareceu o nome de Manuel Chávez, vice-presidente do Governo de Zapatero e ex-presidente da Andaluzia, que terá ajudado com apoios económicos uma multinacional que acabou por contratar a sua filha.

E, como não chegasse, a forma como os socialistas deslocam o seu líder Zapatero aos comícios gerou polémica: vai de Falcon da Força Aérea. O PP refere abuso de poder, e o PSOE retirou dos arquivos do Palácio da Moncloa, a sede do executivo, idênticas viagens partidárias ou privadas em meios públicos entre 1996 e 2004 de José Maria Aznar, Federico Trillo, seu ministro da Defesa, e do actual líder do PP, Mariano Rajoy, então “número dois” do Governo. Com umas “pinceladas” sobre a crise económica está feito o menu espanhol da campanha das europeias. **Nuno Ribeiro, Madrid**

Iniciativa partiu de Mário Soares

Oito socialistas contestam apoio a mandato de Barroso

● Seis ex-chefes de Governo e um ex-presidente socialista juntaram-se a Mário Soares num apelo à escolha de um candidato socialista à presidência da Comissão Europeia e contra o apoio a um segundo mandato de Durão Barroso, cuja iniciativa é do ex-Presidente português.

O espanhol Felipe González, o alemão Gerhard Schröder, o francês

Lionel Jospin, o finlandês Paavo Lipponen, o grego Costa Simitis e o austríaco Franz Vranitzky e o ex-Presidente polaco Aleksander Kwasniewski estão entre os signatários do documento.

Mário Soares considerou recentemente “um suicídio político” o apoio socialista a Durão Barroso, que é defendido por José Sócrates, Rodríguez Zapatero e Gordon Brown.



Europeias Meios de campanha do PS “esmagam” os dos restantes partidos Págs. 10 a 15



O camião do PS de apoio aos jornalistas disponível na campanha do partido

JUDIANO PEREIRA



NUNO MELO E PAULO PORTAS SEM DESCANSO

Contra a resignação

PS Vital europeísta

Em território tradicionalmente CDU – a Margem Sul –, Vital Moreira afirmou ontem que “o PS casou-se no europeísmo com a esquerda. Somos europeístas de esquerda. É esta a opção que temos para Portugal”.

“Há em Portugal uma esquerda que não percebe a Europa. Essa esquerda não é a nossa”, declarou ainda Paulo Pedroso.

●● SUBSTITUIÇÃO | Ex-dirigentes socialistas e sociais-democratas, incluindo Mário Soares, divulgaram ontem uma declaração a defender uma nova maioria no Parlamento Europeu que permita um candidato socialista à Comissão Europeia, contra Durão Barroso. Felipe Gonzalez, Lionel Jospin e Gerard Schroeder são alguns dos signatários.

●● LAMENTO | O cabeça de lista do Partido da Terra lamentou ontem a “baixa política” entre PS e PSD na campanha. Quartín Graça destacou “a grande receptividade”, esperando um “resultado muitíssimo bom”.

●● PROTESTO | O candidato do PCTP/MRPP às europeias, Orlando Alves, afirmou ontem numa acção de campanha em Lisboa que a votação de domingo representará “um voto de protesto” contra PS e PSD. E sublinhou não existir “desinteresse puro” dos portugueses, mas “falta de respostas do Governo e da UE” às necessidades dos cidadãos.

●● ARRUADA | O Movimento Esperança Portugal esteve ontem em Setúbal e Sesimbra, terminando o dia com duas arruadas em Lisboa – no Campo Pequeno e na Estação Sul/Sueste.

●● AMANHÃ | A votação para as europeias começa amanhã no Reino Unido e Holanda. Sexta e sábado é a vez de irlandeses e checos, e sábado vota-se na Eslovénia, Letónia, Malta e Chipre. Os restantes votam domingo.

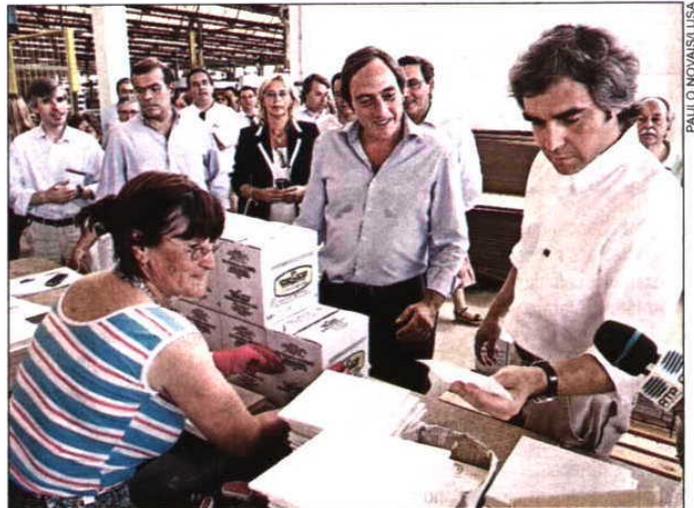
O cabeça de lista do CDS tem aceitação junto das mulheres. Mas Portas é mais popular

ESPECIAL 24HORAS/DN

A campanha do CDS nas europeias tem insistido nos ataques à política económica do Governo e na defesa dos agricultores e pensionistas. O CDS beneficia da notoriedade que o seu cabeça de lista, Nuno Melo, ganhou no caso BPN, ao serviço da respectiva comissão parlamentar de inquérito. Outra ideia deste partido é a distinção em relação às restantes formações, “a extrema-esquerda” (claramente o Bloco) e o “centrão”, que em cada discurso é descrito como dois partidos (PS e PSD) que pensam rigorosamente o mesmo.

Em Albergaria, distrito de Aveiro, em Leiria ou Lisboa, em jantares de 100 a 700 pessoas, Paulo Portas tem feito extensos ataques ao Governo, criticando as políticas económicas e sociais de José Sócrates. O mote é “trabalho, empresas, emprego” ou a frase “não nos resignamos”, repetida em cada tema abordado. “Não nos resignamos com meio milhão de desempregados” ou “com o estado da justiça neste país”, com “a desautorização dos professores e das polícias”.

O cabeça de lista do CDS é jovem, deverá atrair o eleitorado feminino, mas de longe o seu trunfo tem sido o BPN. Nas ruas, as pessoas conhecem-no da televisão, mas



Portas tem acompanhado Nuno Melo na campanha para as europeias

mesmo assim Nuno Melo está longe de provocar o mesmo alvoroço que Paulo Portas produz numa visita a uma feira ou naquilo que nas campanhas é definido por “arruada”, ou seja, um passeio pela rua, para contacto com pessoas.

Campanha dura

Os centristas têm insistido na telda de que a proximidade de Vital Moreira ou Paulo Rangel com os eleitores é controlada pelas respectivas máquinas partidárias. O CDS tem provavelmente razão: o facto é que por terem um aparelho de pequena dimensão, os centristas estão a basear a campanha em contactos de rua. Melo é tratado com simpatia ou indiferença e quando está na companhia de Portas, este ofusca o candidato.

A campanha centrista é dura e percorre todos os dias centenas de

quilómetros, com pelo menos uma acção diária ao ar livre. Estas iniciativas decorrem em feiras ou em ruas de cidades onde o CDS não é a primeira força política.

A resistência de Melo permitiu realizar uma campanha barata, sem comícios ou meios técnicos que os cerca de 400 mil euros de custo não poderiam pagar.

Nesta última semana, o CDS organizou jantares, com bilhete pago, carne assada a meio e discursos no final. Observando a militância, não dá para perceber características fortes: votam no CDS agricultores, pequenos empresários e comerciantes; é visível que alguns são ricos, mas este não é traço mais marcante dos eleitores centristas.

Não é por acaso que este partido fala tanto em pensões e segurança. Há sempre muitos cabelos brancos nas salas que o CDS consegue encher. ▸

CDU Palmas para Ilda

A cabeça de lista da CDU, Ilda Figueiredo, foi ontem recebida com palmas nas instalações dos serviços operacionais da Câmara do Seixal. A candidata considerou de “uma gravidade tremenda” o aumento do desemprego em Portugal.



PSD Rangel elogiado

O autarca de Gaia, Luís Filipe Menezes, referiu ontem que Paulo Rangel “está a fazer uma excelente campanha” e “a ser uma lufada de ar fresco”. Rangel disse que Menezes evitou que Gaia entrasse “numa lógica de terceiro mundo”.



BE Portas em Aveiro

Miguel Portas disse ontem que se está perante um aumento “galopante” do desemprego. Portas apoia a criação de políticas de suspensão temporária das regras de mercado nos sectores tradicionais para evitar “a gangrena do despedimento”.





Banca Situação do BPN e BPP continua sem solução à vista

PGR ordenou audição de Dias Loureiro a seu pedido

Despacho de Pinto Monteiro determinou audição de Dias Loureiro em respeito pelos direitos de personalidade dos cidadãos

Paula Torres de Carvalho e Cristina Ferreira

● O Ministério Público vai ouvir Manuel Dias Loureiro, a seu pedido, no âmbito do processo Banco Português de Negócios (BPN). A instituição financeira terá sido alvo de uma gigantesca burla que levou o Estado a nacionalizar a instituição para evitar a sua falência, tendo já a Caixa Geral de Depósitos (CGD) injectado mais de 2,5 mil milhões de euros no BPN.

O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, produziu um despacho que já enviou à directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), Cândida Almeida, em que defende a audição de Dias Loureiro em respeito pelos direitos da personalidade dos cidadãos.

No despacho, Pinto Monteiro considera que o ex-ministro da Administração Interna de Cavaco Silva deve ser ouvido de acordo com as possibilidades actuais e desde que não haja prejuízo para a investigação. A decisão surge após Dias Loureiro ter enviado uma carta ao procurador-geral, recebida a 28, em que pedia para ser ouvido pelo Ministério Público.



Dias Loureiro, já sem o cargo de conselheiro de Estado, vai finalmente ser ouvido pelo Ministério Público

Nesse mesmo dia, respondendo a questões colocadas pelos jornalistas, Pinto Monteiro esclareceu que, até ao momento, não se justificara a audição. Agora, respondeu positivamente ao pedido do ex-conselheiro de Estado, atendendo ao respeito pelos seus direitos da personalidade, ou seja, ao seu bom nome e imagem.

Dias Loureiro, que foi accionista e gestor da SLN e do BPN, onde chegou a exercer funções executivas, renunciou ao cargo de conselheiro de Estado um dia depois de José de Oliveira Costa, ex-presidente do grupo SLN (que detinha o BPN), ter sido ouvido no Parlamento, no quadro da comissão de inquérito parlamentar à nacionalização e supervisão do banco.

Nas declarações à comissão parlamentar, Oliveira Costa, ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de Cavaco Silva, confirmou o envolvimento de Dias Loureiro em várias operações,

nomeadamente as relacionadas com a compra e venda de duas empresas tecnológicas de Porto Rico (a Biometrics e a Newtech). A Biometrics, que estava falida, e a New Tech, que não chegou a iniciar actividade, custaram ao BPN 36,4 milhões de dólares e não foram registadas. O ex-presidente do BPN, detido preventivamente desde Novembro, considerou a transacção "ruinosa" e chegou a afirmar: "Se não fosse o raio da Biometrics, hoje não estaríamos aqui."

De acordo com Oliveira Costa o negócio de Porto Rico foi-lhe apresentado por Dias Loureiro, que o "pressionou" a aceitá-lo. Na altura, adiantou, o ex-ministro estava acompanhado pelo libanês El-Assir que controlava uma das empresas porto-riquenhas, a Biometrics (BI). "Recebi uma chamada do dr. Dias Loureiro a dizer-me que ou a compra da BI ia para a frente, ou El-Assir desligava-se do apoio que estava a dar para a venda da Redal", uma empresa marroquina do sector das águas. Segundo Oliveira Costa foi Dias Loureiro quem fez El-Assir cliente do BPN, existindo associado ao libanês prejuízos para o banco de cerca de 53 milhões de euros. Nas audições parlamentares, El-Assir, que na imprensa internacional surge associado ao tráfico de armamento, foi classificado como sendo um testa-de-ferro do BPN, pois assumiu como suas sociedades offshore que, na verdade, pertenciam ao banco.

Dias Loureiro, por seu lado, já garantiu à comissão não ter sido ele a realizar o negócio: "Não tive nada a ver com ele, não fiz pagamentos, não sei como são os pagamentos." Entre os documentos que estão na posse dos deputados existem, no entanto, contratos associados à Excellence Assets Fund (nas Ilhas Caimão), veículo por onde passou o negócio de Porto Rico, e que estão assinados por Dias Loureiro e por Oliveira Costa.

A operação porto-riquenha envolve ainda uma empresa de El-Assir, a La Granjilla, que surge agora entre os activos do BPN. O ex-ministro saiu também em defesa do libanês (seu amigo pessoal), que, segundo os deputados, tem problemas fiscais em Espanha. "A minha ideia de reputação do senhor El-Assir não é a mesma", assegurou Dias Loureiro, recordando que este teve várias vezes com o libanês e a sua família em encontros com os reis de Espanha.

BPP Clientes exigem demissão do presidente e mantêm-se em p



● Depois de um dia debaixo de um sol intenso e de várias horas de espera, os clientes do Banco Privado Português (BPP) decidiram prolongar o seu protesto na sede do banco em Lisboa por tempo indeterminado. Esta noite, caso os planos se tenham mantido, foi passada na instituição, com 20

protestantes a permanecerem dentro do banco e a trocaram de lugar de seis em seis horas com os que ficaram na rua. Os clientes ameaçaram continuar com o protesto e partir até para outras medidas (como a greve de fome), enquanto o Governo não resolver a situação do congelamento dos depósitos, que o Banco de

Portugal prolongou por mais 90 dias. Depois de uma longa espera à porta da sede do BPP, os clientes foram ontem recebidos pela administração e exigiram a demissão do presidente Adão da Fonseca. Fonte oficial da administração do BPP garantiu, contudo, à Lusa que Adão da Fonseca não pondera demitir-se,

Pedidos de esclarecimento adicionais do Governo ditaram prorrogação do Banqueiros reuniram-se para discutir o financiamento da banca à actividade econó

Constâncio diz que até ao Verão futuro do BPP estará definido

O governador do Banco de Portugal (BdP) explicou ontem que foram os pedidos adicionais de esclarecimento enviados pelo

Governo que levaram a que o supervisor estendesse o prazo de congelamento das contas dos clientes do BPP até Setembro. À margem da conferência da Associação Portuguesa de Bancos (APB), Constâncio explicou que o Governo pediu informações adicionais sobre o plano de recuperação apresentado em Abril pela equipa de Adão da

Fonseca e que já contou com o parecer do BdP. Apesar de ter prolongado por mais três meses a medida de congelamento das contas, o supervisor disse que "seguramente [a solução para o banco] não demorará tanto tempo", devendo estar encontrada "até ao Verão". "Não são depósitos, o que torna a decisão mais difícil", acrescentou Vítor Constâncio, ressaltando que "não se trata de produtos tóxicos. São títulos com boa qualidade, mas há de tudo". Na sua intervenção na conferência, o supervisor sublinhou que as situações do BPN e BPP em nada afectaram "a percepção de risco da banca portuguesa".

Salgueiro alerta que solução para o BPP vai criar um precedente

O presidente da APB, João Salgueiro, defendeu ontem que é necessária prudência na solução de futuro para o BPP, pois esta criará um precedente. Frisando não conhecer os pormenores do plano apresentado pelas autoridades à banca privada, o responsável da APB disse perceber a recusa dos bancos em participar e reconheceu que, "se estivesse" à frente de um banco, provavelmente também recusaria "entrar numa solução que significasse assumir risco."





protesto por tempo indeterminado



embora admita que o presidente colocou essa hipótese, caso isso pudesse, no futuro, vir a trazer algum benefício aos clientes. Estes defendem que a demissão de Adão da Fonseca iria pressionar o Governo a resolver a situação, permitindo aos clientes reaver uma parte fundamental dos seus rendimentos.

Além disso, a demissão iria pôr fim àquilo que os clientes dizem ser um “escândalo”: ter uma administração a auferir “salários milionários” acima dos 20 mil euros mensais, quando os clientes estão há mais de seis meses sem acesso às suas poupanças. A.R.F.

Ver mais em www.publico.pt

congelamento das contas do BPP até Setembro

ômica, mas o BPN e BPP foram assuntos incontornáveis

Ulrich defende compra dos títulos dos clientes do retorno absoluto

O presidente do BPI, Fernando Ulrich, defendeu ontem que



o Estado deve avançar para a compra dos títulos dos clientes de retorno absoluto do BPN. “O que me tem sido dito é que [os títulos] têm grandes probabilidades de serem reembolsados pelo seu valor nominal na data de maturidade”, afirmou o banqueiro. Ulrich acrescentou que “a única entidade que tem capacidade de esperar” é o Estado, que “não terá prejuízos, só tem de fazer a gestão do tempo”. Ulrich apelou

a que a solução seja encontrada o mais rapidamente possível.

“Arrastar a situação só cria danos e não me parece que seja assim tão difícil de resolver”, afirmou. Sobre o BPN o presidente do BPI sustentou que, tal como está, o banco não despertará o interesse de qualquer comprador. “Não obrigado”, disse, lembrando que o banco tem 200 balcões, mas também necessidades de capital de 1,6 mil milhões de euros e apresentou prejuízos de mais de 500 milhões. “Seria o preço por balcão mais elevado de sempre”, ironizou. O BPN tem que ser “reconfigurado para ser minimamente interessante”, defendeu. **A.B. e C.F. com Lusa**



Ministério Público vai ouvir Dias Loureiro

Pinto Monteiro já assinou o despacho a determinar a audição ao ex-administrador no Grupo BPN e ex-conselheiro de Estado, que participou em algumas operações sob investigação

● O Ministério Público vai ouvir Manuel Dias Loureiro, a seu pedido, no âmbito do processo Banco Português de Negócios (BPN). A instituição terá sido alvo de uma gigantesca burla que

levou o Estado a nacionalizar o banco para evitar a sua falência, tendo a Caixa Geral de Depósitos (CGD) já injectado mais de 2,5 mil milhões de euros no BPN. Agora, o procurador-geral da

República, Pinto Monteiro, produziu um despacho que já enviou à directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), Cândida Almeida, em que defende

a audição de Dias Loureiro, ex-administrador de empresas do grupo BPN/SLN, em respeito pelos direitos da personalidade dos cidadãos. Pinto Monteiro considera que o ex-ministro

da Administração Interna de Cavaco Silva deve ser ouvido de acordo com as possibilidades actuais e desde que não haja prejuízo para a investigação.
→ Economia, 24

PARLAMENTO

CASO BPN: O FIM

Com a aproximação da publicação do relatório final, conheça

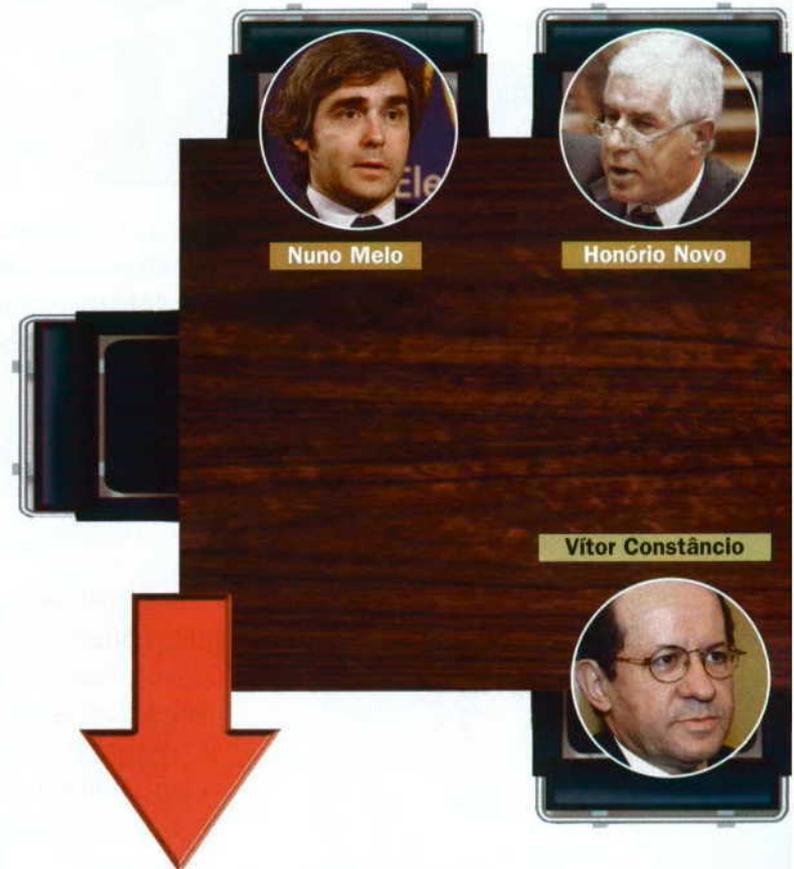
Decorre desde Janeiro e tem um nome oficial extenso: Comissão de Inquérito Sobre a Situação que Levou à Nacionalização do BPN e Sobre a Supervisão Bancária Inerente. Tem atraído as atenções como nunca sobre as comissões parlamentares de inquérito (CPI). O canal Parlamento aumentou as residuais audiências que regista usualmente; até o Twitter teve uma falha durante a audiência de Oliveira e Costa, ex-presidente do BPN, terça-feira, dia 26. A comissão poderá ter como consequência uma alteração significativa da supervisão bancária e a forma como se encaram as CPI em Portugal.

Ricardo Rodrigues, um dos representantes socialistas na CPI, pensa que o "Parlamento foi dignificado na sua credibilidade exterior porque houve um consenso generalizado quanto à procura da verdade", efeitos ampliados pelas transmissões televisivas. O deputado refere que, no relatório final, a publicar até dia 16, vão ser sugeridas iniciativas legislativas: mais poderes para as CPI ao nível da obtenção de informação sob sigilo, novos mecanismos de supervisão e novas incompatibilidades.

Nuno Melo, um dos deputados que mais se destacou na comissão, tem uma apreciação menos positiva sobre as actuações dos deputados do PS. "A comissão só não fará história porque a isenção do PS terminou quando se conformou ao não obter documentação do BdP e porque revelou tacticismo ao marcar a audição de Vítor Constâncio para depois das europeias." No entanto, para o deputado centrista, a "comissão não morre devido ao excelente trabalho já realizado" acerca da averiguação das irregularidades da gestão do BPN, ficando aquém no aspecto da supervisão e da nacionalização. "Não é por acaso que Vital Moreira critica o BPN e não a supervisão", diz o também cabeça-de-lista do CDS às europeias, para demonstrar as "intenções políticas" do PS na CPI. Quanto ao mérito da comissão, Melo recorda outras com grande relevância política e social, como a que se debruçou sobre Camarate.

Miguel Macedo, um dos representantes do PSD, diz que a CPI está a ter o mérito de "reabilitar a imagem" deste órgão parlamentar. Como consequência, refere o ex-secretário-geral do PSD, a CPI tem de identificar as falhas de supervisão bancária e recolher exemplos internacionais neste domínio. "A lei tem de ser mais imperativa junto do regulador", diz o deputado à Focus. "O relatório tem de identificar propostas e lançar pistas para o que se pode fazer melhor no futuro." Macedo adianta que "a situação foi de tal forma grave que uniu a CPI em tentar mostrar o que se passou". Ou seja, independentemente de objectivos políticos, todos se empenharam em chegar à verdade dos factos. Com a ressalva: "A comissão não é um tribunal."

João Semedo, o representante do Bloco de Esquerda, mostra-se surpreendido com a forma como PS e PSD se empenharam nesta comissão. "O que distinguiu esta





DA COMISSÃO

os efeitos que poderá ter a comissão de inquérito ao BPN



Ricardo Rodrigues



João Semedo



Hugo Veloso



Maria de Belém



Miguel Cadilhe



Oliveira e Costa



Dias Loureiro

RESULTADO

Os deputados da comissão de inquérito à supervisão bancária foram unanimemente elogiados, enquanto que alguns dos visados mereceram críticas



DEMISSÃO

Duas vezes depois de ter sido ouvido na comissão parlamentar de inquérito, Loureiro só se demitiu de conselheiro de Estado após Oliveira e Costa ter falado



SUCESSÃO

Nacionalizado o BPN, Francisco Bandeira passou a gerir o banco

CPI das outras não foi o objecto, mas a forma como PS e PSD pela primeira vez aceitaram não colocar qualquer limitação às propostas de outros partidos, seja em matérias de audições ou de requisição de documentos". Para o bloquista, havia interesses distintos dos dois partidos, que se conjugaram nesta posição. "O PS sabia que poderiam ser atingidas pessoas do PSD e o PSD tinha de mostrar que não estava ali para proteger os seus." No entanto, esta postura do PS poderá ter um efeito inesperado: atingir o governador do Banco de Portugal, ex-secretário-geral do partido e nomeado por um Governo socialista. Logo, como consequência, Semedo aponta a "inevitabilidade de uma crítica contundente à supervisão de uma mudança de modelo".

A comissão de inquérito, como definido no início, tem como finalidade "o apuramento da situação de ruptura do BPN e dos fundamentos que levaram à nacionalização"; apurar eventuais irregularidades; e, sobretudo, visa o BdP: "A forma como, em concreto, o Banco de Portugal cumpriu plenamente com os seus deveres legais de ►



PARLAMENTO

AUDIÇÃO

Oliveira e Costa pediu para ser ouvido numa segunda ocasião na Assembleia da República

► supervisão em relação ao BPN (...); "aferir das responsabilidades, por acção ou omissão, do BdP e dos seus dirigentes no desempenho dos seus deveres estatutários; e verificar eventuais incompatibilidades". Ouvidas as pessoas pela comissão de inquérito, será produzido e votado um relatório, a ser publicado em Diário da República. Caso sejam detectadas irregularidades, estas podem ser remetidas para as entidades competentes, que darão seguimento criminal ao caso.

Apesar de desmentido pelo próprio, o certo é que Dias Loureiro apresentou a demissão em sequência da audição a Oliveira e Costa – o antigo patrão do BPN. O ex-secretário de Estado apontou culpas ao ex-ministro em vários negócios menos claros, como a aquisição de empresas de novas tecnologias em Porto Rico, o que se revelou ruinoso para o grupo. Também apoiou a posição de António Marta, ex-vice-governador, que disse que Dias Loureiro se lhe tinha queixado de a supervisão bancária estar a importunar o BPN. No dia seguinte, Dias Loureiro pediu a exoneração de conselheiro de Estado, através de uma audiência com o Presidente da República, Cavaco Silva. E escreveu ao procurador-geral da República pedindo para ser ouvido pelos investigadores, de forma a apresentar a sua versão dos factos.



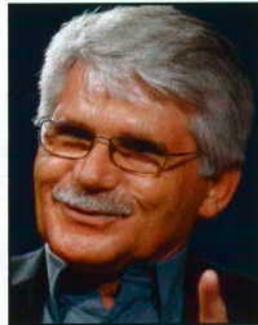
Uma outra consequência poderá ser o aumentar da discussão sobre a continuidade de Vítor Constâncio no cargo. De acordo com o *Diário de Notícias*, o relatório final da comissão de inquérito deverá ser crítico em relação à actuação do governador do Banco de Portugal, com a anuência dos deputados socialistas que integram a comissão. No entanto, a demissão do responsável pela supervisão bancária parece estar fora de causa, tendo em conta a grave crise económica que o País atravessa. Só uma grave falha na actuação do governador poderia ser invocada pelo Governo para a sua demissão, visto que o cargo não está sob tutela directa do executivo. O governador, reconduzido em 2006 para um mandato de cinco

As alegadas irregularidades do BPN entraram na campanha



"A comissão parlamentar de inquérito à supervisão bancária não é um tribunal"

Miguel Macedo
[Deputado PSD]



"PSD tem de explicar o envolvimento de figuras gradas do partido no escândalo do BPN"

Vital Moreira
[Candidato PS]

anos, será ouvido na comissão na próxima segunda-feira, dia 8. Na semana passada, descartou responsabilidades no acompanhamento das irregularidades bancárias, ao dizer aos deputados da oposição que se a supervisão fosse feita como foi sugerido, o BdP seria um misto de "KGB e FBI".

O caso BPN chegou a entrar na campanha para as europeias, depois de Vital Moreira, cabeça-de-lista independente pelo PS, ter dito que queria explicações sobre o facto de os intervenientes no caso BPN serem "figuras gradas" do PSD – e que estariam envolvidos numa "roubalheira". A própria Maria de Belém, socialista que preside à comissão, veio demarcar-se destas afirmações, ao dizer que não se revia nas palavras do candidato. Paulo Rangel, o cabeça-de-lista dos sociais-democratas, respondeu ao dizer que a polémica declaração revelava "um certo desespero" do PS. "Há formas de fazer política e quando se ultrapassa certos limites, aquilo que se está a fazer já é a revelar um certo desespero, porque só quem não tem argumentos é que recorre a um certo tipo de política que é uma política menos digna", afirmou Paulo Rangel. ■

PEDRO BARROS COSTA



ABSTENÇÃO ■ PARLAMENTO EUROPEU CONVIDA JOGADORES PARA CAMPANHA

Ronaldo recusa apelar ao voto nas Europeias

■ O ex-internacional Luís Figo é o único português a contribuir para a iniciativa

● ANA PATRÍCIA DIAS/JANETE FRAZÃO

Cristiano Ronaldo recusou o convite do Parlamento Europeu para participar numa campanha contra a abstenção nas eleições Europeias de 7 de Junho. O ex-internacional Luís Figo é, assim, o único português a apelar ao voto numa iniciativa que envolve várias personalidades europeias ligadas ao desporto e à cultura.

O futebolista Cristiano Ronaldo e a fadista Mariza também foram contactados, mas segundo fonte oficial do Parlamento Europeu o jogador do Manchester United recusou o convite por motivos de agenda, enquanto a cantora não deu qualquer resposta. Contactado pelo CM, o agente de Mariza, João Pedro Ruela, garantiu que não recebeu o convite e que a fadista "teria todo o gosto em participar numa campanha dessa importância".

A Gestifute, empresa que representa Cristiano Ronaldo, explicou ao CM que a recusa do convite teve essencialmente por base a falta de disponibilidade do jogador. "Havia

a questão de agenda, mas também achámos que não era tanto o target do Ronaldo porque é muito novo (24 anos)", explicou a empresa. "Já estava envolvido o Figo, que chega a mais pessoas, enquanto Cristiano Ronaldo não está tão próximo desses assuntos", acrescentou.

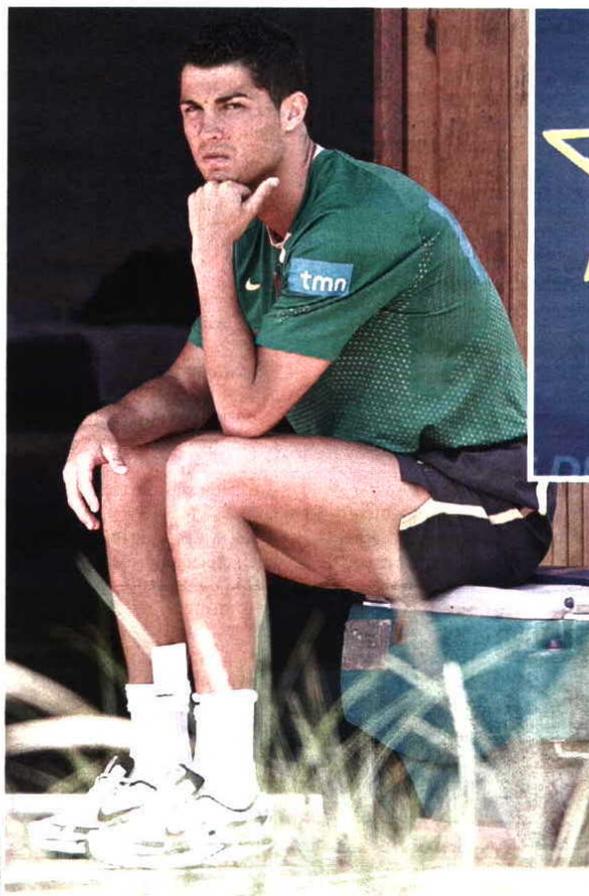
"Não há vitória sem esforço nem democracia sem eleições. A 7 de Junho, vou votar para o Parlamento

Europeu. A Europa também me ajudou a realizar os meus sonhos. Façam como eu." Esta é a mensagem gravada por Luís Figo em português e em inglês, que está a ser transmitida nas televisões dos 27 estados-membros da União Europeia.

Luís Figo, que no último fim-de-semana terminou a carreira futebolística, aceitou gravar a mensagem sem qualquer tipo de remuneração, à semelhança de outras figuras do desporto internacional. Além de Figo, que gravou o spot televisivo no centro de treinos do Inter de Milão, participaram na iniciativa os futebolistas espanhóis David Villa (Valência), Carlos Marchena (Valência) e o romeno Cristian Chivu (Roma). ■



Parlamento Europeu diz que Mariza não respondeu ao convite



Cristiano Ronaldo recusou participar por motivos de agenda



JOSE SENA GOUALDO/LUSA

NÓS, PORTUGUESES



Joaquim é autarca em São João de Tarouca

"É uma estupidez, uma tristeza"

Nesta freguesia toda a gente tem televisão e acesso à internet na Junta de Freguesia", explica Joaquim Rodrigues, 60 anos, autarca socialista de São João de Tarouca, um vale verdejante encaixado entre arvoredo, famoso pelo seu mosteiro. "O problema é que as pessoas ligam a televisão, sentam-se à

espera de ver os candidatos debaterem questões europeias e vêem-nos a trocar acusações oportunistas sobre a política nacional. É uma estupidez, uma tristeza", diz. "Imagine se na campanha das Legislativas só se falasse em questões europeias... é um absurdo!" Joaquim Rodrigues, há 12

como autarca em São João de Tarouca, poeta popular e amante da natureza, tem-se esforçado para modernizar a população. "As pessoas estão informadas sobre tudo e ao mesmo tempo vivem na natureza. Em São João de Tarouca, somos senhores do tempo..."

Por Nuno Ferreira



COMISSÃO | **MÁRIO SOARES**

O ex-Presidente da República Mário Soares subscreeu uma declaração, assinada por vários antigos dirigentes socialistas europeus, que defendem um novo presidente para a Comissão Europeia



CNE | **CONTRA EMAILS**

A Comissão Nacional de Eleições esclareceu que uma eventual maioria de votos em branco ou nulos nas europeias não invalida o sufrágio, contrariando emails anónimos que circulam na Internet.

CARTÃO AMARELO | **SAMPAIO**

O ex-Presidente da República Jorge Sampaio admitiu ontem à RR que as europeias podem servir, na opinião de muitos eleitores, para mostrar um "cartão amarelo" ao Governo.

FRASES DO DIA



PAOLO POCE

“Presunção e água benta, cada um toma a que quer [sobre José Sócrates]”

ILDA FIGUEIREDO Candidata da CDU



NUNO MELO

“[Criação de imposto europeu] não lembra a ninguém em tempo de crise”

NUNO MELO Candidato do CDS-PP



MIGUEL PORTAS

“A resposta do BE é europeia, e não a mera articulação de planos nacionais”

MIGUEL PORTAS Candidato do BE



LAURINDA ALVES

“Tenho convicção cada vez maior na eleição para o Parlamento Europeu”

LAURINDA ALVES Candidata do MEP

DE FACTOS & DE VOTOS

Rangel fugiu da Disney

Levado por muitos à lufada de ar fresco que faltava ao PSD, afinal o que define Paulo Rangel na corrida aos votos? A velha humanização do político.

Rangel tem um ar bonacheirão dado pelos muitos quilos a mais. É facialmente expressivo - o encontro com Passos Coelho foi exemplar no enfado do cabeça-de-lista. Com essa qualidade mimica, induz confiança. A gente crê ler com clareza o que vai na alma daquele político fugido de uma prancha da Disney.

No conteúdo, Rangel devolveu ao PSD a clareza da primeira frase. A que logo junta a corrosão do desafio. No deserto das Europeias, Rangel se-meia força para futuras batalhas. Já venceu a indiferença.

OCTÁVIO RIBEIRO

“PSD não se dissocia do BPN”

O candidato do PS Vital Moreira afirmou ontem que a sua ideia é desafiar o PSD a dissociar-se do BPN e interrogou-se se Portugal não está perante um claro caso de “subtração”. “Não fui eu que li-guei o PSD ao BPN. Quem ligou o PSD ao BPN foram militantes qualificados do PSD que iniciaram a engenharia do BPN e que conduziram a este escândalo”, sublinhou Vital Moreira. “Mas pelos vistos este partido insiste em não se dissociar [do caso]”, atirou.



VITAL MOREIRA

“É fundamental para o partido ganhar”

O debate sobre Europa não tem existido, mas a campanha eleitoral está mais animada do que Marcelo Rebelo de Sousa esperava. A margem de uma conferência na Universidade Católica, o antigo líder do PSD afirmou ontem que acredita na vitória do seu partido. Mas avisa: “Para o PSD é fundamental ganhar para potenciar a campanha das Legislativas.”

O analista defendeu ainda que todos os partidos, à excepção do PCP, têm tido pouca mobilização. Isto depois de Passos Coelho se ter jun-

tado à campanha do PSD e de ter sido recebido com alguma frieza.

Marcelo não poupa críticas a Vital Moreira, candidato do PS, por entrar no ataque taticista.

E se não acredita que um governo minoritário do PSD pós-legislativas vingue acaba a elogiar a líder, Manuela Ferreira Leite. “Um partido que acabou de sair de três lideranças e que tem candidatos à lide-

rança que aparecem e desaparecem, ela tem sido muito tesinha”, concluiu. ■ C.R.

“Manuela Ferreira Leite tem sido muito tesinha”

Marcelo Rebelo de Sousa

A CAMPANHA DE HOJE

● **VISEU**
Rangel é recebido na autarquia de Fernando Ruas, 16h30.

● **PAREDES DE COURA**
Vital Moreira em comício no Centro Cultural local, 19h00.

● **LISBOA**
Ilda Figueiredo contacta com funcionários da Câmara, 12h30.

■ Luís Figo gravou a mensagem a apelar ao voto nas Europeias no centro de treinos do Inter de Milão. O ex-jogador não recebeu qualquer remuneração para participar na campanha do Parlamento Europeu.



LUÍS FIGO



PAULO PEDROSA

■ Paulo Pedrosa acompanhou Vital Moreira na acção de campanha na Trafaria. Paulo Rangel foi recebido por Luís Filipe Menezes em Gaia.



Ronaldo dá nega à campanha das Europeias

■ **Recusou** anúncio para incentivar ao voto **PÁGS. 26 E 27**



Crónica sem dor

O bigode português



Rui Tavares

Logo no início da carreira do Gato Fedorento havia um número a que poderíamos chamar "O debate do bigode português". Nele representava-se um frente-a-frente eleitoral entre o presidente da Associação do Bigode Português (se não erro) e o seu rival e concorrente ao mesmo cargo. O presidente matraqueava impante e sincopadamente as conquistas do seu mandato: "O bigode português está forte / o bigode português está pujante / o bigode português é respeitado no mundo." O político da oposição, por seu lado, respondia em tom desdenhoso: "Ó sotôr, não diga isso! O bigode português anda cabisbaixo, o bigode português anda pelas ruas da amargura! O bigode português merecia mais e melhor, sotôr!"

A questão agora, cinco dias antes da primeira eleição deste ciclo de três, é como evitar que todo o ano de 2009 se torne numa longa discussão do bigode português. Todos já vimos estes debates em que, independentemente do tema em causa, a realidade parece dividir-se em duas visões igualmente estáticas. Fala Vital Moreira e é como se ouvíssemos "o bigode português está farfalhado": tudo está bem encaminhado, estamos em boas mãos, etc.

Responde Paulo Rangel e é como se ouvíssemos apenas: "Ó sotôr, ó sotôr, não diga isso, sotôr!"

E, no entanto, estas eleições têm uma grande responsabilidade. Sendo as primeiras de um ciclo, as melhores ideias que forem lançadas agora terão mais hipóteses de influenciar o curso das eleições nacionais e locais. E, no entanto, estas eleições não ocorrem num ano qualquer, mas no ano em que a Grande Crise nos obrigou a encarar os fundamentos do sistema económico, e a ver o abismo.

A esquerda deveria ter boas razões para superar este impasse. Em primeiro lugar, poder ter a esquerda muitos defeitos, mas ninguém negará que foi quem mais antecipadamente previu a crise, e quem melhor a explicou. Houve muita gente que não acordou apenas ontem para os perigos da criação de um sistema bancário sombrio, para a imoralidade dos paraísos fiscais que sorvem os impostos e os recursos de que as sociedades necessitam, para a irresponsabilidade que foi permitir que os bancos deixassem de fora dos seus livros de contas os produtos tóxicos, para a insanidade que foi esquecer o valor social da

Houve muita gente que não acordou apenas ontem para os perigos da criação de um sistema bancário sombrio, para a imoralidade dos paraísos fiscais que sorvem os impostos e os recursos

casa e franquear as nossas cidades à simples especulação imobiliária que serviu de combustível a tudo o resto.

Nada disto aconteceu por acaso. Tudo isto foi fruto de opções políticas, muitas delas lamentavelmente tomadas por governos de esquerda que ainda não perceberam o quanto capitularam perante o neoliberalismo.

"Neoliberalismo" é uma palavra de que não gosto, mas que uso para descrever isto: a pura prática predatória daquilo que é público e a teoria que a justificava como sendo uma coisa boa. A gente olha para o caso BPN e pensa: que humilhação. Os sete mil milhões que aqueles pilantras deixaram fora dos livros de contas e os 2,5 mil milhões que a CGD já lá pôs são uma ridicularização pura e simples de tudo o que andámos a discutir (e a sacrificar) nos últimos anos. É como trabalhar uma década inteira para descobrir que o primo irresponsável perdeu o que era nosso no casino.

A primeira prioridade é impedir que isto possa continuar. A segunda é recusar que sejam os mais fracos a pagar, através do desemprego e de novos sacrifícios. Mas apenas isto não basta, tal como ter previsto a crise não basta. É preciso ainda explicar que todas as políticas públicas de igualdade que a esquerda sempre defendeu (da saúde à universidade) são agora triplamente necessárias: para nos poupar ao pior da crise, para nos ajudar a aguentar enquanto ela dura e para nos deixar mais fortes e mais justos quando ela acabar. *Historiador. Candidato independente pelo Bloco de Esquerda às eleições para o Parlamento Europeu (www.ruitavares.net)*



Editorial Paulo Ferreira

PS e PSD: bloco central ou ódio central?

É notório que as lideranças dos dois maiores partidos não se suportam. O país é que perde com esta fricção estéril

Muita coisa pode ser dita, e já o foi, sobre o caso da (não) eleição do provedor de Justiça. Desrespeito parlamentar por outras instituições, falta de sentido de Estado, comportamento humilhante e indigno para a pessoa de Nascimento Rodrigues, enfim, tudo aquilo que a Assembleia da República não pode ser se quer ser olhada com respeito e não como parte importante do pântano político em que o país, crescentemente, está mergulhado.

Tudo isto tem que ser imputado, sobretudo, ao PS e ao PSD. É por estes dois partidos que têm que passar sempre os entendimentos de maioria alargada no Parlamento. E foram estes dois partidos, as suas lideranças nacionais e parlamentares, que inviabilizaram durante pelo menos 10 meses a eleição de um novo provedor de Justiça.

Além do desprezo mútuo pelas mais básicas regras da ética e responsabilidade democrática, o episódio mostra também como é virtualmente impossível a existência de entendimentos entre as lideranças actuais de PS e PSD, por mais que estejam em causa matérias de Estado que, até agora, quase sempre foram tratadas com decoro, sensatez e numa lógica de cedências alternadas.

Mas há mais sinais da crispação crescente entre os dois maiores

partidos. O tom adoptado desde o primeiro momento da campanha eleitoral em curso é mais um exemplo. A aspereza dos ataques mútuos entre Vital Moreira e Paulo Rangel, muitas vezes com uma violência verbal a que estamos pouco habituados no debate político português, deslizou para além daquilo que é um debate vivo, empenhado, assertivo.

E temos agora, como uma cereja em cima do bolo, a utilização que o PS está a fazer do caso BPN como arma de arremesso partidário, associando “a roubalheira” que terá ocorrido naquele banco ao PSD enquanto partido e não, apenas, a ex-dirigentes ou ex-governantes sociais-democratas. Ontem, na TVI24, Morais Sarmento respondeu com a analogia óbvia: o caso Casa Pia estará, então, para o PS como o BPN para o PSD.

Este é um ambiente pouco recomendável, que o país dispensaria.

Primeiro, porque o facto de as lideranças socialista e social-democrata não se suportarem mutuamente tem quase exclusivamente a ver com as personalidades e estilos políticos de José Sócrates e Manuela Ferreira Leite e quase nada a ver com divergências políticas ou ideológicas de fundo. Estas teve-as, por exemplo, Mário Soares, contra Álvaro Cunhal, Sá Carneiro ou Freitas do Amaral, de onde nasceram

embates históricos e decisivos, que traçaram o rumo que o país seguiu.

Hoje tudo é diferente. Instalados que estamos no centrão e na via única em que quase se tornou a Terceira Via, em termos de propostas políticas é mais fácil encontrar divergências e alternativas dentro do próprio PS do que entre a ala pragmática que se move à sombra de Sócrates e o PSD.

Desta tensão actual entre os dois maiores partidos não resultará, nunca, uma “luz” que conduza o país seja para onde for, porque ela é política e ideologicamente artificial e estéril.

Desta crescente incapacidade de diálogo entre PS e PSD ficamos apenas com aquilo que é negativo. E isso é o funcionamento regular e com poucos sobressaltos da democracia. Nada que tenha que passar pela reedição do Bloco Central, que terá mais inconvenientes do que vantagens, mas por acertos pontuais entre os dois partidos.

O falhanço na eleição de um novo provedor de Justiça é um bom exemplo disso. Algumas medidas de combate à crise são outra área onde poderia fazer sentido uma trégua partidária. E daqui a alguns meses, quando percebermos que o país sai da crise económica e financeira muito pior do que entrou e a precisar de terapias de choque mais radicais do que as que conhecemos nas duas últimas décadas, vamos verificar que a absoluta incapacidade de diálogo entre Sócrates e Ferreira Leite é mais uma dificuldade para o país.



MONTANHA-RUSSA

Por: Pedro Barros Costa

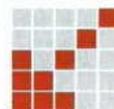
O treinador do FC Porto terminou a época em grande, com a conquista da Taça de Portugal. Além da dobradinha e do tetracampeonato, o técnico cumpriu um objectivo pessoal: foi convidado para permanecer mais dois anos no clube do dragão. Se cumprir o contrato, Jesualdo será o treinador com mais tempo de permanência no clube.



Jesualdo Ferreira



Vital Moreira

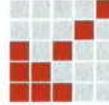


O cabeça-de-lista do PS às europeias cometeu um erro crasso ao associar as "figuras gradas" do PSD ao caso BPN. O ataque, a fazer lembrar tempos de outras militâncias, causou desgosto até aos próprios socialistas. A partir de agora, ninguém impedirá os restantes partidos de também associarem o PS a outros escândalos.

O acumular de suspeições culminou no que já se esperava há muito: a demissão de Dias Loureiro do conselho de Estado. O ex-ministro teve uma oportunidade para, no início de todo o processo, afastar-se até haver uma conclusão. Com este *timing* – após a audição a Oliveira e Costa, apenas agravou as suspeitas.



Dias Loureiro



M.ª Lurdes Rodrigues



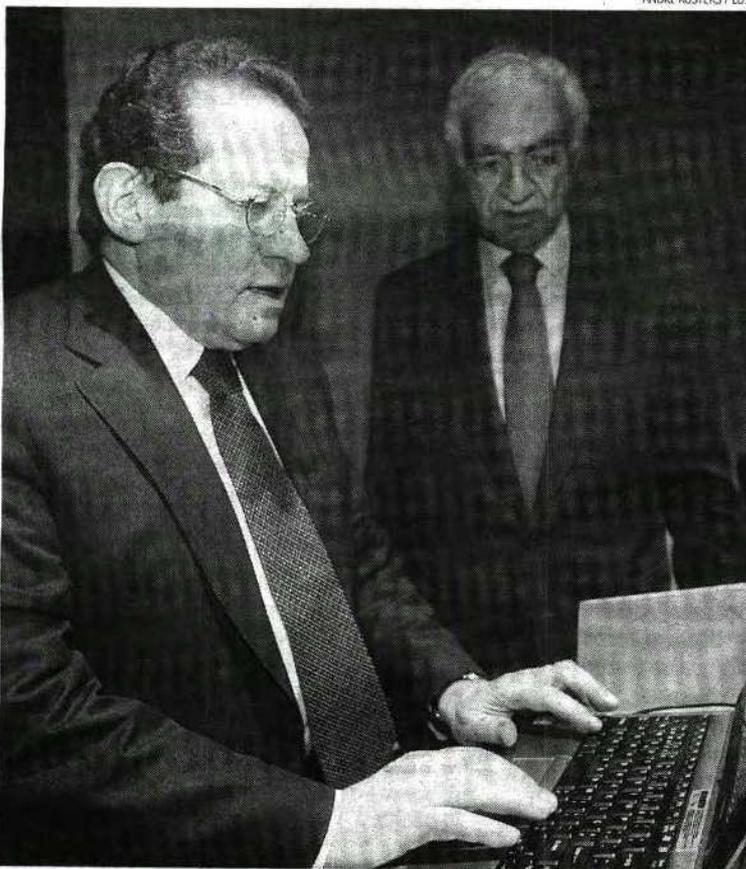
Mesmo com um número menor de manifestantes, os professores continuam contra a ministra. À medida que se aproximam as eleições e o início do próximo ano lectivo, começa a ser evidente que o destino de Maria de Lurdes Rodrigues poderá ser o mesmo de Correia de Campos: a demissão para agradar ao eleitorado.



BANCA

Acabou o crédito de acesso fácil

ANDRÉ KOSTERS / LUSA



Vítor Constâncio acredita que vai haver um movimento de consolidação no sector

LUCILIA TIAGO
ltiago@jn.pt

A era do crédito fácil acabou. Esta foi uma das mensagens que os presidentes dos maiores bancos deixaram ontem, mas mostrando dados, em simultâneo, que mostram como a Banca continua a financiar a economia.

O ritmo do crédito abrandou, evolução que os banqueiros consideraram desejável, mas não é por restrições na concessão de empréstimos que a economia portuguesa está em crise. Pelo contrário, primeiro, o governador do Banco de Portugal e, depois, os presidentes dos maiores bancos a operar no país, adiantaram ontem

valores que mostram que a concessão de crédito a nível nacional tem crescido acima da média da Zona Euro.

“A ideia que se foi criando de que a banca não dá crédito e não financia a economia é um mito”, precisou o vice-presidente do BCP, Armando Vara, na conferência “Os bancos e o financiamento da economia”, promovida pela Associação Portuguesa de Bancos. Momentos antes, o presidente da CGD tinha avançado valores sobre o ritmo de empréstimos e até novas soluções de pagamento, e também Nuno Amado, do Santander Totta, tinha sublinhado que a banca tem “servido de suporte ao crescimento da economia”, sendo até “afoita”. Esta realidade não impede uma outra: a de acabou a era do crédito fácil e barato - ideia referida pelos presidentes do BPI, BES, Finantia, Finibanco e Deutsch Bank. Fernando Ulrich criticou mesmo o grande atraso com que a maioria das empresas apresenta as contas aos bancos credores e defendeu uma redução deste atraso, que deveria ser encarada como uma “reforma estrutural” para estas empresas.

Fernando Ulrich sobre o BPN: “Tal como está, é impossível que alguém o compre”

Vítor Constâncio, por seu lado, referiu que, com esta crise, será de esperar um movimento de consolidação no sector bancário. “Vamos ter de viver com grandes instituições financeiras e com regulação forte”, precisou.

A margem da conferência, Vítor Constâncio refutou as críticas do CDS/PP, sublinhando que a decisão de nacionalização do BPN só se tornou opção depois de se terem esgotado todas as outras. Já Fernando Ulrich, questionado sobre o eventual interesse do BPI no BPN, afirmou que “tal como está”, com prejuízos e descapitalizado, “é impossível que alguém o compre”. Baseando-se nos dados que têm sido divulgados pela Imprensa, Ulrich disse ainda que as verbas são de tal forma elevadas que o actual proprietário terá de “preparar” o BPN para este ser vendido. E essa preparação, admitiu, poderá ter de implicar que o Estado assumia parte dos prejuízos da instituição. ■



Mais Europa



“A instabilidade [política] não serve a ninguém e é fundamental

que, numa crise profunda como esta, a estabilidade permaneça. Estou de acordo com alguns políticos quando dizem que é preciso mais Europa”.

Ricardo Salgado
PRESIDENTE DO BES



ID: 25367311

03-06-2009

ELEIÇÕES EUROPEIAS

PSD desafiado por Vital a dissociar-se do BPN

Candidato visitou margem Sul do Tejo e também deixou críticas à Esquerda

Vital Moreira diz que não foi ele a ligar PSD e BPN, mas sim os militantes do PSD que iniciaram a engenharia do banco. Na margem Sul do Tejo e acompanhado de Paulo Pedroso, o PCP foi o principal alvo das críticas socialistas.

Confrontado com o teor do artigo que ontem escreveu no jornal "Público", intitulado "O Banco do PSD", Vital Moreira disse que a sua ideia é desafiar o PSD a dissociar-se do BPN e interrogou-se se Portugal não está perante um claro caso de "subtracção".

"Não fui eu que liguei o PSD ao BPN. Quem ligou o PSD ao BPN foram militantes qualificados do PSD que iniciaram a engenharia do BPN e que conduziram a este escândalo". Explicou que quando lançou o desafio a Manuela Ferreira Leite a sua ideia era justamente "que o PSD se dissocie do BPN". "Mas pelo vistos este partido insiste em não se dissociar"

"Parece que há certas mentes públicas que não gostam de certas palavras. Mas eu pergunto que palavra certa se ajusta a este caso? Subtracção? Deixo ao vosso critério", declarou.

O candidato socialista à Câmara de Almada, Paulo Pedroso, foi ontem o orador em destaque na acção de campanha europeia do PS na Trafaria, fazendo um ataque velado ao PCP, lógica em parte seguida por Vital Moreira.

"Há em Portugal uma Esquer-



Vital e Pedroso atacaram a "Esquerda que não percebe a Europa"



Ligação perigosa

"Não fui eu que liguei o PSD ao BPN. Quem ligou o PSD ao BPN foram militantes qualificados do PSD que iniciaram a engenharia do BPN e que conduziram a este escândalo. (...) Que palavra certa se ajusta a este caso? Subtracção?"

Vital Moreira

da que não percebe a Europa. Essa Esquerda não é a nossa", declarou o ex-porta-voz do PS. "Há em Portugal uma Esquerda que não queria que Portugal tivesse entrado na União Europeia e a História demonstrou que estava errada. Há uma esquerda que nunca percebeu a necessidade de Portugal integrar a moeda única, mas hoje podemos perguntar-lhes: perante a crise internacional, Portugal está ou não melhor por estar no euro", afirmou Pedroso.

Na mesma lógica, o cabeça-de-lista socialista ao Parlamento Europeu, Vital Moreira, apresentou uma PS como "a força da Esquerda europeias". "O PS casou-se no europeísmo com a esquerda. Somos europeístas de esquerda. É esta a opção que temos para Portugal", declarou Vital Moreira. ■



ID: 25367211

03-06-2009

BPN

Ministério Público vai ouvir Dias Loureiro

O Ministério Público vai ouvir Dias Loureiro no âmbito do processo Banco Português de Negócios (BPN), avançou ontem o "Público" online. O ex-accionista do banco será ouvido "em respeito pelos direitos da personalidade dos cidadãos".

Foi desta forma que o procurador-geral da República (PGR), Pinto Monteiro, em despacho já enviado à directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), Cândida Almeida, justificou a audição do ex-gestor do BPN e da Sociedade Lusa de Negócios (SLN): "Em respeito pelos direitos da personalidade dos cidadãos", ou seja, pelo direito ao seu bom nome e imagem. O PGR esclareceu ainda que Dias Loureiro será ouvido "de acordo com as possibilidades actuais e desde que não haja prejuízo para a investigação".

Foi o próprio ex-ministro da Administração Interna de Cavaco Silva - e até à semana passada, também conselheiro de Estado - que, no passado dia 28, enviou



Dias Loureiro enviou carta ao PGR no passado dia 28 a pedir para ser ouvido pelo MP

uma carta ao PGR pedindo para ser ouvido. Curiosamente, nesse mesmo dia Pinto Monteiro assegurou aos jornalistas que não se justificava tal audição. Mudou, entretanto, de opinião.

Manuel Dias Loureiro, acusado de estar envolvido na burla que levou o Estado a nacionalizar o BPN para evitar a sua falên-

cia - a Caixa Geral de Depósitos já injectou mais de 2,5 mil milhões de euros naquele banco - renunciou ao cargo de conselheiro de Estado um dia depois de José de Oliveira Costa, ex-presidente do grupo SLN (que detinha o BPN), ter sido ouvido no Parlamento, no quadro da comissão de inquérito parlamentar à

nacionalização e supervisão do banco.

Ao longo de oito horas de sessão, Oliveira Costa confirmou o envolvimento de Dias Loureiro em várias operações, nomeadamente as relacionadas com a compra e venda de duas empresas tecnológicas de Porto Rico: a Biometrics, que estava falida, e a Newtech, que não chegou a iniciar actividade, custaram ao BPN 36,4 milhões de dólares e não foram registadas. O ex-presidente do BPN, detido preventivamente desde Novembro, considerou a

Pinto Monteiro mudou de ideias: no passado dia 28 ainda achava que não se justificava ouvir Loureiro

transacção "ruinosa", acrescentando que afirmar que "se não fosse o raio da Biometrics hoje não estaríamos aqui."

Se Oliveira e Costa garante que foi Dias Loureiro quem lhe apresentou o negócio de Porto Rico, tendo mesmo exercido pressão para que o aceitasse, o homem que já foi o braço direito de Cavaco Silva continua a apregoar a sua inocência. "Não tive nada a ver com o negócio, não fiz pagamentos, não sei como são os pagamentos", garantiu à comissão quando foi pela primeira vez ouvido. ■

Na Culturgest esteve ontem um "plantel de luxo", com muitos dos principais banqueiros nacionais.



Ulrich diz ser “difícil que alguém compre o BPN tal como está”

Principais bancos nacionais desmistificam ideia de que não estão a conceder crédito às empresas.

Tiago Figueiredo Silva
tiago.silva@economico.pt

A conferência realizada ontem pela Associação Portuguesa de Bancos (APB), que reuniu os maiores banqueiros do país, tinha como mote “Os bancos e o financiamento na economia”. No entanto, os holofotes do sector nacional continuam ligados no “tema BPN”, sobretudo depois do banco nacionalizado ter revelado recentemente os seus prejuízos de 2008. Entre os vários presentes, apenas o presidente do BPI aceitou comentar um dos possíveis futuros do BPN, ou seja, a sua venda. Confrontado pelos jornalistas à margem da conferência, Fernando Ulrich não teve dúvidas em afirmar que não considera possível que a Caixa Geral de Depósitos consiga vender o BPN. “Tal como ele [BPN] está é impossível que alguém o compre. Os prejuízos e as necessidades de capital obrigam o Estado

a ter que o preparar se o quiser vender”, afirmou o presidente do BPI. O responsável considera necessária uma “reestruturação”, podendo nesse caso que o banco seja atractivo. Ulrich disse ainda ter dificuldade em ver como será possível que “o Estado não venha a ter prejuízos”.

Bancos desfazem mito do crédito
Apesar de diferentes, as oito apresentações feitas ontem pelas instituições bancárias tiveram um ponto comum. Os responsáveis pelos maiores bancos portugueses tentaram desmistificar a ideia de que os bancos continuam a não conceder crédito às empresas portuguesas.

No caso do banco estatal, Faria de Oliveira enumerou as várias soluções oferecidas pela Caixa, das quais o alargamento do prazo de crédito e o diferimento de capital fazem parte. O presidente da CGD aproveitou a ocasião para afirmar que “os bancos portugueses estão a dar

Na opinião de Ricardo Salgado “o tempo do dinheiro fácil acabou”. Mas o presidente do BES considera que “os bancos têm revelado uma elevada capacidade de adaptação à crise”.

resposta, com sentido de responsabilidade, às necessidades de empresas e particulares”. “É inegável o contributo para o financiamento da nossa economia”, acrescentou. Já Armando Vara, em representação do Millennium BCP, sublinhou o “aumento de crédito em Portugal, tanto a empresas como a particulares”. No entanto, o vice-presidente do BCP recordou os dois pratos da balança: por um lado, conceder crédito e apoiar clientes, por outro manter o equilíbrio financeiro.

Numa análise mais profunda ao actual “estado de saúde” do sector financeiro português, o presidente do BES sublinhou a “elevada capacidade de adaptação ao contexto de crise”. Na opinião de Ricardo Salgado “o tempo do dinheiro fácil acabou”. O presidente do Santander Totta, Nuno Amado, manteve a mesma linha de pensamento, sublinhando os custos – de liquidez e ‘spread’ – que os ban-

cos têm que pagar para se financiarem. Ainda assim, o responsável não teve dúvidas em considerar que a banca portuguesa foi “afoita” na forma como superou as dificuldades financeiras. Entre os desejos de Nuno Amado estão “a manutenção de uma banca sólida, um ‘fair-play’ entre bancos e que não se voltem a cometer os mesmos erros”.

Apesar de ter sido um dos últimos a discursar, o responsável máximo do BPI foi assertivo nas palavras. Fernando Ulrich acusou as empresas de demorarem demasiado tempo a revelar as suas contas. “Não consigo aceitar que um banco apresente as suas contas anuais em Janeiro e que uma empresa não o consiga fazer, pelo menos, dois meses depois”, afirmou. Admitindo que as contas não são o único ponto de análise para conceder crédito às empresas, Ulrich acrescenta que a “relação melhoraria se a divulgação contabilística fosse aperfeiçoada”. ■



ID: 25369952

03-06-2009



Fernando Ulrich Presidente do BPI diz que será "difícil que alguém compre o BPN como está". ➔ **P26**



POLÍTICA

Eleições atrasam decisões-chave do Governo e Parlamento

Oposição acusa socialistas de evitarem temas polémicos antes das eleições e de obrigarem a discussões feitas à pressa sobre diplomas importantes.

Márcia Galvão

marcia.galvao@economico.pt

Com as eleições europeias no horizonte, o Parlamento nacional é remetido para segundo plano e o Governo e o PS têm aproveitado a oportunidade para adiar decisões em temas fracturantes como a solução para o futuro do BPN ou a discussão sobre os diplomas que permitem o levantamento do sigilo bancário e a tributação dos prémios dos gestores.

O presidente da bancada do PS já dizia há umas semanas que "durante a campanha, o debate político é feito na rua, em detrimento do Parlamento". Alberto Martins justificava assim a ausência de debates quinzenais com o primeiro-ministro durante a campanha. Usava um argumento que acaba por cair que nem uma luva àquela que tem sido a estratégia seguida pelo partido. Assim o diz a oposição, que acusa os socialistas de aproveitarem a proximidade das várias eleições para não colocar em cima da mesa temas fracturantes ou para, pelo contrário, aproveitar o pouco tempo que falta para o fim da legislatura para aprovar diplomas em tempo recorde, impossibilitando a sua discussão alargada - dando como exemplo o testamento vital, aprovado em tempo recorde, sem relatório ou nota



Montalvão Machado
Vice-presidente da bancada do PSD

"Há uma estratégia do PS para tentar deixar passar diplomas à socapa, para não haver grande forma de debatê-los. Ou não põe os diplomas fracturantes em cima da mesa porque podem tirar votos ou apresenta-os de surpresa".



António Galamba
Vice-presidente da bancada do PS

"O PS já deu sobejas provas de que tem os seus calendários, apresentando os diplomas quando há oportunidade política e nada tem a ver com as eleições. Vai ser feito um esforço para tudo seja concluído a tempo do final da legislatura".

técnica e que agora precisa de receber parecer do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, que pode demorar.

"O Parlamento vai terminar a 10 de Julho e independentemente do dia em que houver eleições legislativas, não teremos mais plenários até Setembro", recorda Montalvão Machado, vice-presidente da bancada do PSD. Um calendário que, segundo o deputado, faz com que "nada do que for agora aprovado na generalidade terá condições para ter votação final global", nesta legislatura.

O diploma do Governo para a derrogação do sigilo bancário e as novas regras para tributar os prémios dos gestores são outros dois exemplos de documentos que, embora apresentados pelo Governo em Abril, só serão discutidos após as eleições europeias. Temas fracturantes sobre os quais a oposição acusa o Governo e o PS de adiar uma decisão e a sua discussão para evitar efeitos nas urnas. A polémica que este tipo de assuntos acaba por trazer para a opinião pública, dividindo as várias bancadas, é visto como um handicap que impede a sua discussão em época eleitoral.

PS garante que fará esforço para que tudo seja concluído
O certo é que, após as eleições de 7 de Junho, o PS voltará a colocar

em cima da mesa estes e outros temas, como a questão do Código Contributivo ou os vários diplomas que regulamentam o novo Código do Trabalho. Resta saber se ainda haverá tempo para terminar as discussões e aprová-los antes do final da legislatura.

António Galamba, vice-presidente da bancada socialista garante que o PS vai "fazer um esforço para que tudo seja concluído antes do final da legislatura", mas lembra que o seu partido "ao longo deste mandato já deu sobejas provas de que tem os seus calendários que nada têm a ver com as eleições, apresentando os diplomas quando há oportunidade política".

Helena Pinto, do BE percebe que a Assembleia da República tenha bastante trabalho para finalizar numa altura em que termina o mandato, mas considera que há questões de grande importância que "não deviam ser tomadas à pressa" e acusa o PS de dificultar o processo legislativo impondo a sua maioria e governando para as eleições. Uma opinião partilhada por Diogo Feio, líder parlamentar do CDS-PP, para quem "o Governo está com o critério ao contrário", não estando a agir com "equilíbrio" entre o que tem que ser decidido urgentemente, como a supervisão bancária, e temas que exigiam um a trabalho ponderado. ■



A maioria dos diplomas que foram protelados para depois das eleições europeias e que correm o risco de não estarem aprovados até ao final da legislatura estão sob a tutela de Fernando Teixeira dos Santos. O futuro do BPN, o sigilo bancário e a tributação dos prémios dos gestores são alguns exemplos.

DIPLOMAS RELEVANTES QUE FORAM ADIADOS

1.

Futuro do BPN por decidir seis meses depois da nacionalização

No final de 2008, o Governo decidiu nacionalizar o Banco Português de Negócios para evitar o seu colapso e garantir os depósitos. Várias injeções de capital depois e após inúmeras notícias de irregularidades na gestão do banco e de uma comissão de inquérito que trouxe a lume muitas ilegalidades, o Governo ainda anunciou o que quer val fazer se decide vender a instituição ou continua a injectar dinheiro.

2.

Solução para clientes do BPP sem fim à vista

A solução para os clientes com contas alegadamente de retorno absoluto no BPP continua por decidir. O Governo tentou que os bancos privados integrassem uma entidade para gerir a carteira de activos do BPP, mas os maiores bancos portugueses recusaram participar em qualquer operação para resolver o problema do BPP. Teixeira dos Santos terá que encontrar outra solução.

3.

Sigilo bancário e prémios dos gestores ainda por discutir

Aprovado em Conselho de Ministros a 16 de Abril, o diploma que prevê o levantamento do sigilo bancário aguarda ainda discussão no Parlamento, bem como as novas regras de tributação dos prémios dos gestores. A pedido do Governo a comissão que irá discutir o tema, deixou em stand-by diplomas sobre o mesmo tema do BE e do PCP. Só depois deste debate os diplomas vão subir para votação final.

4.

Regulamentos do Código do Trabalho com pouco tempo

O Código Contributivo e os vários diplomas que regulamentam o Código de Trabalho estão ainda em fase de audições no Parlamento, com discussão prevista para depois das europeias. A oposição queixase de serem diplomas que exigem um extenso debate e que estão a ser discutidos e aprovados sob pressão do final da legislatura e deixados de propósito para depois das eleições.

5.

Liberalização das margens nos medicamentos por aprovar

A liberalização das margens de lucro dos medicamentos anunciada pelo Governo dificilmente avança se os vários intervenientes - laboratórios, distribuidores e farmácias - não estiverem de acordo. O decreto-lei que altera o regime aplicável ao preço dos medicamentos tem estado a ser trabalhado pelo gabinete Estado do Comércio, Francisco Serrasqueiro, mas está longe de gerar consenso.



ANÁLISE

Procrastinação governativa

PEDRO LOMBA

Professor Universitário

O português é conhecido por reter, suspender, adiar. Somos, sempre fomos, procrastinadores inconfessáveis. Fazer amanhã o que se pode fazer hoje, há-de poder ser feito amanhã. E isto que somos na

coisa privada, repetimos exemplarmente na coisa pública. Vejam o Governo. A primeira ideia que salta é que também temos um Governo da procrastinação: tanta medida pré-anunciada há meses que ficou em lista de espera para depois das eleições; ou porque o Governo não aprova, ou porque não quer discutir. Por exemplo, Sócrates pro-

meteu o fim do sigilo bancário, o aperto fiscal sobre os prémios dos gestores e um despecho limpo para a lixeira a céu aberto que se tem visto no Banco Privado Português (BPP) e no Banco Português de Negócios (BPN). Tudo isto devidamente embebido no discurso anti-ricos que ele supõe, não sem razão, apropriado para a crise e para o

Temendo Sócrates perder votos à esquerda e ao centro, resta-lhe fugir de qualquer compromisso, de qualquer escolha.

desemprego. Mas, vendo bem, talvez esteja aí a explicação. Temendo Sócrates perder votos à esquerda e ao centro, resta-lhe fugir de qualquer compromisso, de qualquer escolha que pudesse alienar uns e enfurecer outros. Manter a ambiguidade no meio da retórica é o que mais interessa. Para ele, o país pode esperar. ■



PSD une-se em torno de Rangel e Vital ataca PCP

Rangel agrega apoios de Menezes e Passos Coelho, no dia em que Vital o descreve como um "número um sozinho".

Catarina Madeira

catarina.madeira@economico.pt

Paulo Rangel foi, ontem, a Vila Nova de Gaia ouvir de Luís Filipe Menezes rasgados elogios à sua campanha para as eleições europeias. Ao mesmo tempo, Vital Moreira afirmava que Rangel é um "número um sozinho" e que "não tem o povo com ele". O cabeça de lista do PS visitou ontem a margem Sul e recebeu o apoio do candidato socialista à Câmara de Almada, Paulo Pedroso.

Depois do apoio de Passos Coelho, as palavras de ontem de Luís Filipe Menezes vem demonstrar a união do PSD em torno de Rangel. O autarca de Gaia, um dos mais ferreiros críticos da actual liderança do PSD, não poupou elogios ao desempenho de Paulo Rangel. "Está a fazer uma excelente campanha, fazendo a diferença com todos os outros candidatos", disse Luís Filipe Menezes, acrescentando que Rangel "está a ser uma lufada de ar fresco na vida político-partidária, na vida política portuguesa". Menezes sublinhou que o facto de o candidato social-democrata não ter sido uma escolha sua não o impede de reconhecer que "as coisas estão a correr bem".

Na Trafaria, uma ilha socialista em território comunista, Paulo Pedroso e Vital Moreira apontaram baterias à esquerda. O candidato à Câmara de Almada acusou esta ala de não compreender a Europa. O discurso, que teve como alvo preferencial o PCP, serviu a lógica de campanha que tem sido seguida por Vital Moreira e a pré-campanha para as autárquicas, em que Pedroso vai ter os comunistas como principais adversários. "Há em Portugal uma esquerda que não queria que Portugal tivesse entrado na União Europeia e a história demonstrou que estava errada. Há uma esquerda que nunca percebeu a necessidade de Portugal integrar a moeda única, mas hoje podemos perguntar-lhes se, perante a crise internacional, Portugal

está ou não melhor por estar no euro", afirmou. Para completar Vital referiu-se ao PS como "a força da esquerda europeia".

Comentando o impasse na escolha do provedor de Justiça, que foi ontem a Belém (ver página, 39), Vital Moreira puxou da sua veia de constitucionalista e frisou que a Constituição obriga os titulares de cargos públicos a manterem-se em funções até serem substituídos.

Antes, em Santarém, o alvo foi outro. Jorge Lacão, dirigente socialista, acusou o Governo PSD/CDS de ter apoiado uma alteração à lei da nacionalização que vieram permitir aos accionistas do BPN receber indemnizações, ainda que não existisse um património líquido para as pagar. Isto em resposta a Rangel que comparou o xerife de Nottingham - personagem do cobrador de impostos que simboliza vários abusos - ao Governo socialista.

O nono dia de campanha acabou com um comício socialista, em Setúbal. E do lado do PSD, uma reunião entre Rangel e professores, em Braga. ■

"Rangel está a fazer uma campanha excelente" e "é uma lufada de ar fresco na vida político-partidária", elogiou Luís Filipe Menezes.



OPINIÃO

BRUNO PROENÇA

Director-adjunto
bruno.proenca@economico.pt



Eleições para quê...?

Não é hábito autocitar-me. Até porque, na esmagadora maioria das vezes, ter razão é mau sinal. É este o caso. No arranque da campanha para o Parlamento Europeu escrevi que havia o perigo de se falar de tudo menos dos desafios para o país no contexto da Europa. Infelizmente, os candidatos dos vários partidos encarregaram-se de comprovar as minhas expectativas.

Paulo Rangel, cabeça de lista do PSD, já conseguiu cometer a proeza de fazer um comício em que falou sobre todas as áreas de actuação do Governo e passou ao lado das principais matérias para a União Europeia. O candidato do PP usou uma acção de campanha para apresentar documentos para atacar o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio. O próprio Vital Moreira, numa estratégia no mínimo estranha, trouxe o caso BPN para a ribalta quando o PS é o último interessado em que a agenda nacional marque o ritmo da campanha. Terá sentido que o 'dossier' imposto europeu saiu fora de tom? Ainda assim, é melhor do que falar de recessão ou desemprego.

Ou seja, a campanha para as europeias confirmou que, para os partidos, serve apenas de pretexto para seguir a vidinha de sempre com os temas e agenda do costume. É pouco. É pobre. Seguiram o caminho mais

Se querem falar dos assuntos nacionais, candidatem-se à Assembleia da República e não ao Parlamento Europeu.

fácil. E, mais importante, estão a prestar um mau serviço à democracia. Por três razões. Primeiro, estão a legitimar os altos níveis de abstenção. Como é que motivam as pessoas para irem votar num domingo de Verão antes de uma semana de feriados quando os próprios interessados falam de tudo menos do que está em causa. Segundo, não explicam aos eleitores como a Comissão Europeia e os outros órgãos comunitários são responsáveis por muito do que se passa na sua vida, pelo que não devem ignorar as decisões de Bruxelas. Terceiro, dão uma má imagem dos políticos. Se querem falar dos assuntos nacionais, candidatem-se à Assembleia da República e não ao Parlamento Europeu. Não são necessários mais argumentos para reforçar a impressão de que se está perante políticos pára-quadistas.

O país passa por um momento importante. Tem uma crise para ultrapassar e problemas estruturais por resolver. Caso isto falhe, vão ser mais longos anos a divergir do rendimento médio europeu. Perante tais objectivos, pede-se mais tino aos políticos. No curto prazo, esta estratégia pode garantir-lhes resultados. No longo prazo, perdemos todos. ■

DESTAQUE CASO BPP

Bancos recusam sistema de indemnização para o BPP

Os banqueiros defendem que o SII não se aplica ao Banco Privado. Se for accionado, podem impugnar.

Maria Teixeira Alves
e Maria Ana Barroso
maria.alves@economico.pt

O plano de reembolso aos clientes dos produtos de capital garantido e retorno absoluto do Banco Privado está comprometido. Depois de os cinco banqueiros terem comunicado às Finanças a indisponibilidade para assumirem a gestão e o risco da carteira de activos do BPP – sem que o Estado garanta, por aval, o capital aos clientes – chegou a vez de criticarem o accionamento do Sistema de Indemnização aos Investidores (SII).

Alguns dos banqueiros contactados pelo Diário Económico revelaram que têm interpretações jurídicas que demonstram que este sistema – que funciona como seguro para o caso de os intermediários financeiros não conseguirem honrar os seus compromissos com os clientes – não pode ser accionado no caso do BPP. “O banco tem os títulos para entregar aos clientes e a lei não prevê que o SII cubra as menos-valias”, revelou uma fonte.

Mas, isto não deve ser interpretado como uma impossibilidade incontornável de recorrer a esta solução já que a decisão de accionar o SII cabe aos reguladores. Por outro lado, pode sempre haver uma alteração ao enquadramento legal ao mecanismo.

Quando questionado sobre se as garantias de capital prestadas pelo BPP aos clientes destes produtos não estão abrangidas pelo SII, um dos gestores dos cinco maiores bancos revelou que essa situação não está explicitamente expressa na lei. Os bancos estão contra o accionamento do SII e caso tal aconteça – uma vez que essa é uma decisão unilateral dos reguladores – os bancos admitem recorrer aos tribunais, impugando a decisão. O recurso ao SII pressupõe que serão accionadas, pelos reguladores, as penas sobre os intermediários financeiros, que foram constituídas no âmbito deste sistema.

Mas este é apenas um dos problemas que surge à implementa-

PALAVRA-CHAVE



Indemnização

O Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) é um mecanismo de protecção do património dos investidores afecto ao investimento em instrumentos financeiros. Estão excluídos os investidores “institucionais”. O SII garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por intermediários financeiros sempre que estes não tenham capacidade para os restituir ou reembolsar. O BdP, ouvida a CMVM, decidiu que a situação financeira do Banco Privado cabe no âmbito do accionamento do SII (artigo 11, nº1, alínea a). O SII só será accionado depois do Governo se pronunciar sobre a solução para os clientes do BPP, proposta pela CMVM e BdP.

AS REGRAS DO SII

● Participam no SII os intermediários financeiros autorizados a efectuar operações de investimento em Portugal.

● A adesão ao SII é apurada em função dos serviços de investimento prestados por cada sociedade.

● A participação no SII é obrigatória. Cada entidade participante constitui penhor de valores mobiliários no montante de 0,5 por mil de uma base de cálculo (depósitos afectos a operações de investimento e instrumentos financeiros por ela detidos por conta de clientes).

● O montante das indemnizações é calculado com base no valor dos instrumentos financeiros à data do accionamento do SII. O limite por investidor é 25 mil euros.

ção da solução para reembolsar os clientes do retorno absoluto. O mais importante prende-se com a inexistência de um aval do Estado para que o capital dos clientes seja garantido na maturidade das obrigações que sustentam as aplicações de retorno absoluto.

Os bancos foram unânimes em recusar patrocinar uma solução para assumir as responsabilidades do BPP. Como o accionamento do SII faz parte de uma solução global, a prioridade do Governo é encontrar uma solução para gerir os títulos do BPP até à maturidade, garantindo que os clientes recebem o capital que investiram na íntegra. Pelo que qualquer solução para os clientes do BPP está agora nas mãos do Governo que ainda não se pronunciou sobre a proposta dos reguladores.

Fernando Ulrich, presidente do BPI, disse à Lusa que “o Estado deve comprar os títulos que estão nas carteiras do BPP” e apelou a que as autoridades resolvam depressa a situação do banco. Acrescentou ainda que o Estado “não terá prejuízo nenhum, segundo se tem dito, pelo que só tem de fazer a gestão do tempo”.

O Diário Económico sabe que a solução que estava desenhada, em resultado do trabalho feito pelo Governo, CMVM e Banco de Portugal, era utilizar o SII para pagar aos clientes, a curto prazo, já uma parcela do seu investimento, mas também para servir de garante ao fundo ou sociedade de titularização, que deveria pagar até 2013 aos clientes. O objectivo era que o SII garantisse, com o aval do Estado, o cumprimento do retorno do capital aos clientes, caso o fundo não registasse a rentabilidade necessária. Ora, o Governo terá recuado na intenção de avaliar o plano, o que terá motivado a tentativa de conseguir o apoio dos privados.

Os gestores dos cinco maiores bancos recusaram-se a comentar a reunião com o ministro das Finanças, ontem noticiada pelo Diário Económico, admitindo no entanto que existiu. ■

GOVERNO PEDIU MAIS ESCLARECIMENTOS

O governador do Banco de Portugal, Vítor Constância, revelou ontem que prolongou até ao dia 1 de Setembro o congelamento das obrigações do BPP porque o Governo pediu esclarecimentos adicionais sobre o plano de viabilização para o banco.

Advogados duvidam

Para que o SII seja accionado é necessário que sejam cumpridos dois pressupostos.

Tatiana Canas
tatiana.canas@economico.pt

A utilização do Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) como solução para o caso BPP, levanta dúvidas aos especialistas em direito financeiro ouvidos pelo Diário Económico.

Pedro Cassiano Santos, sócio de Bancário da Vieira de Almeida & Associados (VdA), defende que em causa está o facto de, “pela primeira vez, se tentar fazer funcionar o sistema de garantia dos investidores” que, neste caso, deveria cobrir os danos e prejuízos sofridos conse-

quência do incumprimento dos emitentes dos valores mobiliários adquiridos.

Segundo o mesmo advogado, para o Sistema de Indemnização dos Investidores (SII) funcionar, são necessários dois pressupostos: confirmar que os investimentos a ressarcir também contribuíram para a formação de fundo em que se baseia o SII.

O outro aspecto, é saber se esses investidores tiveram tratamento fiscal igualitário ao que teriam se tivessem investido em produtos equivalentes de emittentes “inshore”.

Diogo Leónidas, sócio de Financieiro da Garrigues Portugal, sublinha a função garantística do SII, que está previsto “para os casos em que a entidade partici-



PONTOS-CHAVE

Os banqueiros têm pareceres que defendem que o SII não se aplica ao Banco Privado Português. E se for accionado, garantem que vão impugnar.

Os especialistas em direito financeiro duvidam que o Sistema de Indemnização aos Investidores seja o melhor instrumento para resolver o problema do BPP.

Os clientes do BPP reuniram-se ontem à porta do banco, em Lisboa, para pressionar uma solução. A manifestação exigiu a actuação da polícia de intervenção.

João Paulo Dias



TRÊS PERGUNTAS A...



JOÃO DUQUE

Economista e professor do ISEG

"O SII não serve para diferenciais de preços"

João Duque, que integrou a equipa gestora do Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) tem sérias dúvidas de que este regime possa ser utilizado pelas autoridades para o BPP. E questiona o porquê da demora na tomada de uma decisão.

Porque defende que, legalmente, o SII não pode ser usado no caso BPP?

A mim não me parece, sob pena de melhor interpretação, tendo em conta aquilo que é a filosofia do SII - cobrir e indemnizar - quando esses valores não estão lá. Nunca ouvi dizer que não foram encontrados os valores. Tratam-se de obrigações que estão super desvalorizadas e ilíquidas. O SII não serve para diferenciais de preços. Não pode garantir, nem faz sentido que garanta. Só financia se o intermediário financeiro fizer uma coisa que é ilegal: utilizar e vender os títulos dos clientes.

Mas a criação do fundo implica que se assegure também a garantia de capital?

Pode calcular-se qual o valor dessa garantia. Estamos a falar de dinheiro. Pode-se tentar arranjar um valor, a incorporar no capital inicial. O fundo tem mais um activo, com determinado valor, expresso no passivo do banco, que corresponde à garantia de contraparte. Se o Estado vier a substituir o BPP, define-se quanto é que o BPP paga para substituir esse ónus. E coloca-se no passivo do banco. Mas pode não ser necessário sequer accionar, desde que o fundo renda o necessário. Qualquer sociedade gestora, mediante um 'fee', o faz. Até o Estado. É apenas um problema de querer tomar decisões.

Como vê o facto de estarem há tanto tempo bloqueadas as contas, prazo que agora foi novamente prolongado?

É indescritível. Mais vale meter o meu dinheiro fora do país, numa instituição que seja supervisionada por um regulador fora de Portugal. Ainda por cima, no caso do BPP, estamos a falar de uma instituição com uma dimensão muito reduzida. O que é que sucederia se fosse uma instituição grande? ■ M.A.B.

do sistema de garantias

pante não tenha capacidade de reembolsar ou de restituir o montante dos fundos ou dos instrumentos financeiros pertencentes ao investidor".

No caso do BPP, o sócio da Garrigues esclarece que "os produtos denominados de 'retorno absoluto' são de investimento indirecto" porque o cliente detém, na sua carteira, instrumentos financeiros com activos subjacentes às estratégias de investimento. "Tais instrumentos podem, efectivamente, ser devolvidos aos clientes", continua Diogo Leónidas.

O que o banco não consegue cumprir é o compromisso que assumiu com o cliente, "de garantir na respectiva maturidade que tais instrumentos valeriam



Pedro Cassiano Santos
Sócio de Direito Bancário da VdA

"Talvez a utilização do Sistema de Indemnização [SII] de Investidores seja uma boa saída para resolver o caso BPP, mas há que ver se esses investimentos também contribuíram para o fundo em que assenta o SII".

o capital investido e os juros acordados".

A conclusão deste raciocínio não é, para Diogo Leónidas, optimista: "Esse incumprimento do compromisso assumido pelo banco é que não parece ser facilmente enquadrável no SII".

Reguladores avançam propostas mas solução continua em aberto

"Parece-me extraordinário que se assista há meio ano a uma insolvência de facto e o Banco de Portugal (BdP) continue a pensar se a decreta ou se viabiliza uma solução", critica outro especialista em Direito Financeiro.

Acrescentando que este é um processo que tem, não apenas a ver com os clientes, mas com interesses dos accionistas "que

sistematicamente se sobrepõem àquilo que deveria ser a acção de um regulador", o mesmo advogado explica que "a única especialidade desta insolvência é ter de ser declarada pelo Banco de Portugal". E conclui: "Se existe uma alternativa, arranquem com ela".

A CMVM e o BdP avançaram, há dias, com uma proposta ao Ministério tutelado por Teixeira dos Santos que se destinava a ampliar o valor da indemnização devida aos investidores do BPP até 100 mil euros.

O ministro das Finanças chamou os cinco maiores bancos para gerirem a carteira de activos dos produtos remanescentes do BPP, mas o "consórcio" recusou, deixando o problema em aberto. ■



DESTAQUE CASO BPP

As incógnitas que ensombram o futuro do Banco Privado

Passaram seis meses desde que o BPP foi intervencionado. Mas continuam a ser mais as dúvidas do que as certezas.

Maria Ana Barroso
maria.barroso@economico.pt

Foi no final de Novembro do ano passado que veio a público, pela primeira vez, a difícil situação financeira do Banco Privado Português (BPP), a que se seguiu uma intervenção do Banco de Portugal.

Seis meses passados, pouco mais se sabe sobre o que irá ser o futuro do banco e, sobretudo, sobre o que vai acontecer ao dinheiro investido pelos clientes. Depois dos 450 milhões de euros de liquidez injectados no BPP, o Governo quis desligar-se de qualquer solução futura para clientes e banco. Acabou por recusar e assumir a necessidade de participar numa solução, em conjunto com o Banco de Portugal (BdP) e a CMVM.

Numa altura em que está longe de ser clara a solução a ser negociada e desenhada pelas autoridades, somam-se já seis meses de congelamento das contas, com três prorrogações do prazo. Esta última é mesmo a maior de todas, de 90 dias. A expectativa é agora de que este prazo maior tenha como objectivo acomodar o tempo necessário para a implementação de um plano para o BPP. Ou, pelo menos, para os seus clientes.

1 OS DADOS QUE JÁ SÃO CONSENSUAIS E CONHECIDOS?

Ministério das Finanças, Banco de Portugal e CMVM, em conjunto com a administração do BPP, estão a trabalhar para tentar salvar, pelo menos, o dinheiro dos clientes. Algum consenso parece também existir de que o Sistema de Indemnização a Investidores (SII) será um dos instrumentos a utilizar no pagamento a estes investidores. A ideia de criar um instrumento que acolha os activos dos clientes de retorno absoluto e que permita pagar-lhes, à partida até 2013, o capital e os juros é a solução em causa. Esse instrumento deverá ser um fundo especial de investimento ou uma sociedade de titularização. Sabe-se, por outro lado, que está posta de parte a possibilidade de o Estado ou os bancos privados injectarem dinheiro no BPP, tal como foi proposto pela administração de Adão da Fonseca ao Banco de Portugal e à CMVM. É ainda claro que, pelo menos por vontade dos

PRIVADO HOLDING

769 milhões

A empresa que controla o BPP registou, em 2008, um prejuízo de 769 milhões, contra os 488 milhões de lucro de 2007. Este resultado é devido ao prejuízo do BPP, seu principal activo, de 800 milhões de euros.

JUROS

230 milhões

Este é o valor dos juros captados pelo BPP com os cupões das obrigações que constituem boa parte da carteira de activos dos produtos de retorno absoluto. Esta liquidez libertada poderá ajudar na solução para os clientes do banco.

supervisores, a decisão, qualquer que ela seja, será rápida.

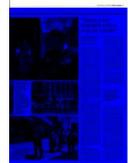
2 O QUE ESTÁ AINDA POR DECIDIR?

A julgar pelo que se sabe, são várias ainda as incógnitas. Uma das questões mais relevantes é saber com que fundos se paga já parte do investimento aos clientes. O recurso ao Sistema de Indemnização aos Investidores é uma hipótese, mas não é certo que os bancos concordem com a medida (ver página 4). Outra seria recorrer à liquidez que o próprio banco actualmente possui. Outra das grandes dúvidas reside no próprio fundo ou sociedade de titularização a ser criado. Os clientes receberiam do BPP uma garantia de capital e é preciso que o instrumento a criar mantenha esse direito. A questão é saber quem garante o risco de, na maturidade, esse fundo não ter rendido o suficiente para pagar aos clientes. O Estado? O SII? A sociedade gestora do fundo? Ou mesmo o próprio BPP? Por saber está ainda se o banco será igualmente salvo ou, pelo contrário, autoridades e Governo decidirão deixar a instituição à sua sorte, dependente apenas da vontade dos seus accionistas.

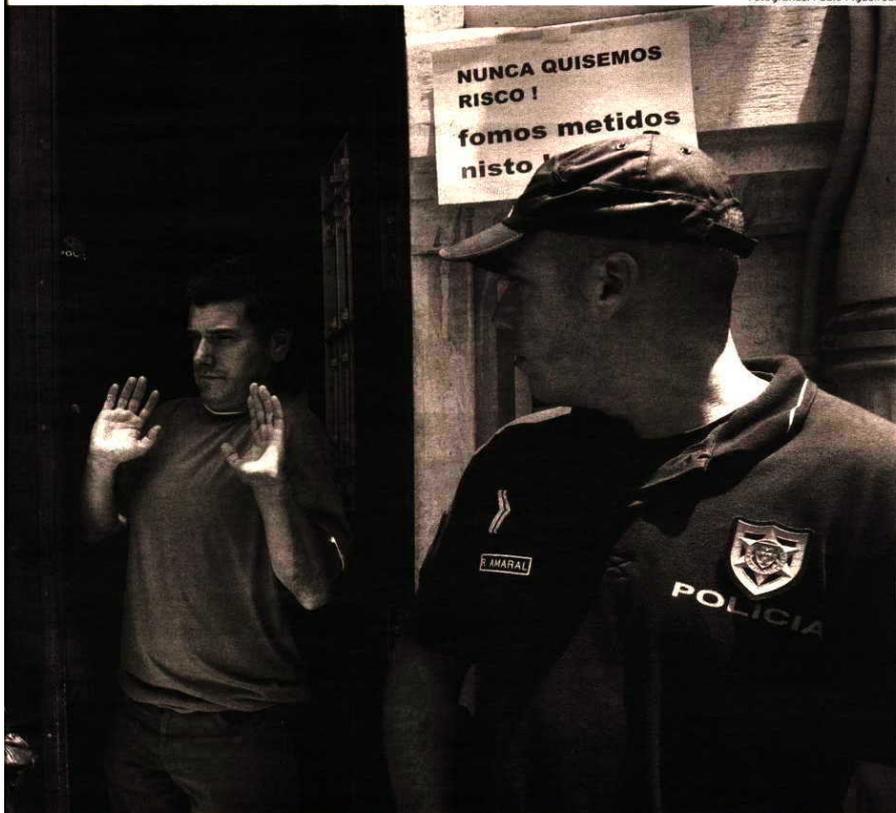
3 OS PASSOS QUE AINDA FALTAM DAR PARA UMA SOLUÇÃO

No limite, e se nenhuma nova prorrogação se seguir, uma decisão terá de surgir pelo menos até ao dia 1 de Setembro, altura em que termina o novo prazo fixado pelo Banco de Portugal, de cerca de 90 dias. Está agora sobretudo nas mãos do Governo a definição de uma solução que permita aos clientes voltarem a receber o seu dinheiro. Na opção por um aval estatal, ou por outras alternativas, reside um dos principais pontos a decidir para desbloquear o caso e conseguir definir o futuro. Quanto ao próprio Banco Privado Português, e se o seu destino for deixado nas mãos dos accionistas (Privado Holding), estes terão de avaliar se, sem a exposição aos produtos de retorno absoluto, a instituição tem condições para sobreviver. Por outro lado, há que perceber se, abalada como foi a credibilidade do BPP, será necessário reestruturar o banco e conseguir a sua viabilidade futura, tal como defende a administração da Privado Holding. ■





Fotografias: Paulo Figueiredo



“Estou a ser roubado com o aval do Estado”

Os manifestantes gritaram palavras de ordem, mas estão longe de uma solução.

Sandra Almeida Simões
sandra.simoies@economico.pt

“Indignação” e “impotência” resumem o sentimento dos cerca de 200 clientes que ontem voltaram a manifestar-se na sede do Banco Privado Português. Do Porto rumaram “à capital do Reino”, mas as motivações desses clientes, mais uma vez, não se cruzaram com o anúncio de uma solução por parte do Governo.

Durante várias horas, os clientes esgrimiram argumentos e palavras de ordem, cujo resultado não foi além de uma reunião com o presidente da administração provisória do banco, Adão da Fonseca. Cerca de duas dezenas de clientes, liderados por Durval Padrão, Ruy Ribeiro e Carlos do Paulo - membros do movimento de retorno absoluto - exigiram a demissão de Adão da Fonseca. “Se esta administração colocar o lugar à disposição, está a pressionar o Governo a tomar uma decisão. Até porque as despesas de gestão corrente e os seus salários são imorais face às grandes dificuldades financeiras que atravessam grande parte dos clientes”, afirmou Carlos do Paulo, após o encontro que demorou cerca de duas horas.

Entretanto, fonte oficial da administração do BPP rejeitou a hipótese de demissão neste momento. O presidente do banco, segundo a Lusa, apenas colocou a hipótese de se afastar, caso isso, no futuro, pudesse vir a trazer algum benefício para os clientes.

Esta acção de protesto, que até começou silenciosa e ordeira por volta das 12 horas e que apenas subiu de tom por duas vezes, demonstrou a fragilidade da posição dos clientes que há seis meses não conseguem mexer no seu dinheiro e já esta semana conheceram o veredicto do Banco de Portugal: contas congeladas até ao dia 1 de Setembro. Um prazo que os clientes consideram “inaceitável” e dizem “não compreender”. Mais. “Esperávamos que a decisão do Banco de Portugal fosse acompanhada do anúncio do Governo das linhas mestras do plano para resolver este assunto”, afirmou Jaime Antunes, o líder da associação Privado Clientes e também acionista do banco.

PSP e sol afastaram clientes

Cansados e conscientes da sua incapacidade para mudar o rumo dos desenvolvimentos, os “lesados do BPP” iam soltando desabafos: “Nem sei porque estamos aqui. Deveríamos estar em frente ao Ministério das Finanças, que

têm a decisão nas mãos neste momento”. Com ‘t-shirts’ brancas vestidas, exibiam vários recados para as câmaras e ‘flashes’ dos fotógrafos: “Estou a ser roubado com o aval do Estado”, “clientes sem poupança, banca sem confiança”, “dinheiro só em banco estrangeiro”, entre outros.

Ainda antes da hora de almoço, um grupo de dez manifestantes forçou a entrada na sede, sendo de imediato “brindados” com a chegada do corpo de intervenção da PSP. “Golpe de milhões põe polícia a guardar os ladrões”, foi o ‘slogan’ entoado vezes sem conta pelos manifestantes após a intervenção policial, que formou um cordão de segurança com seis polícias em frente à porta da sede do banco.

O protesto de ontem divide-se assim em dois momentos: antes e depois da hora de almoço. Dos cerca de 200 clientes iniciais restaram pouco mais de 50. Desmotivados, os resistentes ajudaram a impulsionar o negócio da Pastelaria Coimbra (na porta ao lado

A PSP foi obrigada a intervir para impedir que os clientes invadissem as instalações do banco.

do BPP), onde se apoderaram da esplanada e improvisavam leques para suavizar o “abrasador” que se sentiu durante a tarde.

De olhos postos na manifestação, em silêncio, como se fosse um mero espectador ou um simples curioso estava Manuel Borges (na foto ao lado). O ex-imigrante francês, de 62 anos, quase a reformar-se, afirmou ao Diário Económico “que Portugal e o seu sistema financeiro estão a perder credibilidade na Europa”. Manuel Borges, cliente do BPP desde Agosto de 2008 - o que apelida de “irónico” -, conta que subscveu um depósito a prazo por um ano, com uma taxa de 5,25%. Este cliente, que também teve aplicações no BPN, garante: “O BPP era um banco seguro, prestigiado. Tinha lá mais de 90% das minhas poupanças de uma vida. Em Agosto, vou enfrentar sérias dificuldades financeiras”.

Manuel Borges é assim apenas um entre os muitos rostos de clientes afectados, mas que em silêncio quis dar voz e personalizar a manifestação, mais uma e, “infelizmente”, sem grandes resultados, pelo menos, até à hora de fecho desta edição. ■

- 1 - O corpo de intervenção da PSP foi chamado a intervir na sede do BPP em Lisboa, para impedir a invasão das instalações. Aqui, Durval Padrão, um dos líderes de movimento de retorno absoluto, foi “apanhado” de surpresa.
- 2 - Outro dos líderes da associação que, pelo megafone, entoava palavras de ordem.
- 3 - Os cerca de 200 clientes, que chegaram por volta das 12 horas à Rua Mouzinho da Silveira, foram abandonando a acção de protesto após a hora de almoço. Os manifestantes misturavam-se com curiosos.
- 4 - José Mota e a esposa, de Lisboa, clientes do BPP desde 2007.
- 5 - Manuel Borges, cliente do BPP desde Agosto, assistia, em silêncio, à manifestação.





Banqueiros chumbam solução de reguladores para salvar o BPP

O plano de reembolso dos clientes do BPP com produtos de capital garantido e retorno absoluto montado pelo Banco de Portugal e pela CMVM está comprometido. Os banqueiros comunicaram às Finanças que vão impugnar a decisão se for accionado o Sistema de Indemnização aos Investidores. — P4 A 7

O pulo do Gato

Fernando Sobral

O fantasma do BPN

O BPN tornou-se um buraco negro por onde vai sendo sugada a nossa democracia. Para além de conseguir fazer desaparecer quadros de Vieira da Silva e, pelos vistos, ter inalado uma montanha de dinheiro (uns míseros 2,5 mil milhões de euros). Houdini não faria melhor e Arsène Lupin não teria tanta capacidade nos seus dias. Começa a acreditar-se que o BPN é o fantasma que caminha. Mas não é. O BPN, para lá do festival de pirotecnia ensaiado por Vital Moreira e José Sócrates, não acerta apenas no PSD. O PS não pode dizer que está imune ao vírus. O BPN é Portugal armadilhado e as suas minas irão rebentar debaixo de muitos pés. Aquilo que o deputado Nuno Melo (uma das poucas vozes sensatas neste caso) começa a tornar público é apenas a aplicação a Portugal do princípio da Navalha de Ockham. O frade Ockham, no século XIV, dizia que a explicação para qualquer fenómeno deve assumir apenas as premissas necessárias a isso e eliminar todas as desnecessárias. Isto é: se em tudo o mais forem idênticas as várias explicações de um fenómeno, a mais simples é a melhor. A navalha de Ockham faria a barba ao BPN em pouco tempo, até porque começam a ser demasiado abundantes as premissas desnecessárias, a começar pela gritaria de Vital Moreira. O que PS e PSD deveriam perceber é que o caso BPN, junto ao caso Freeport, vai arrastando a democracia portuguesa para uma "twilight zone". Onde já nem falta a eventual e delirante entrada da EDP na Qimonda. E assim, ninguém se admire se, um dia destes, PCP e BE tiverem 25% ou 30% dos votos.



Primeira Linha

BdP autorizou emissão de dívida pouco antes do colapso do BPP

O Privado emitiu 35 milhões de euros em obrigações subordinadas em Outubro último. Em Novembro, João Rendeiro pediu ajuda. Agora títulos valem pouco e estão nas carteiras dos clientes

PEDRO FERREIRA ESTEVES pesteves@negocios.pt

O Banco de Portugal (BdP) autorizou, no final de Setembro do ano passado, o Banco Privado Português (BPP) a emitir até 80 milhões de euros em obrigações de caixa subordinadas, soube o **Negócios**.

A administração de João Rendeiro realizou, a 30 de Setembro e 24 de Outubro, apenas duas operações de financiamento através destes instrumentos, num total de 35 milhões de euros, colocando-os nas carteiras dos seus clientes. Um mês depois da última emissão, o banco foi objecto de uma intervenção do regulador, na sequência de dificuldades de tesouraria graves. Poucos dias antes, João Rendeiro tinha pedido ajuda, calculando as necessidades financeiras do banco em 750 milhões.

As obrigações subordinadas fazem, neste momento, parte das carteiras dos clientes do BPP, quer nos produtos de retorno absoluto, quer nas carteiras de investimento directo. Actualmente, esses títulos valem pouco, já que têm como entidade emissora o BPP, SA ou o BPP Cayman. Se o banco entrar numa situação de falência, dada a natureza das obrigações subordinadas, estes activos perderão preferência no momento de pagar aos credores.

Esta situação, segundo apurou o **Negócios**, já foi identificada por alguns clientes, tendo aumentado o sentimento de indignação que foi visível, ontem, durante o protesto

que mais de uma centena de clientes organizaram junto da sede do banco em Lisboa (ver reportagem nas págs 6 e 7).

As emissões em causa estão registadas nas contas actualizadas do BPP, que constam do relatório realizado pela Deloitte a pedido da actual administração do banco. A primeira corresponde a 400 obrigações de caixa subordinadas do BPP, SA 2008/2018 - 1ª e 2ª série, com um valor unitário de 50.00 euros, emitidas a 30 de Setembro de 2008 e 24 de Outubro de 2008, respectivamente. A segunda operação consiste em 15.000 obrigações de caixa subordinadas do BPP Cayman 2008/2018 - 1ª série, com o valor unitário de 1.000 euros, emitidas a 24 de Outubro do ano passado, por subscrição particular.

Este tipo de operações tem de ter autorização do regulador, que normalmente avalia se o banco tem condições financeiras para se endividar adicionalmente. Por outro lado, dado o risco especial deste tipo de obrigações, é avaliada a qualidade do subjacente (neste caso, o próprio BPP), a sua capacidade de cumprir com as responsabilidades e, finalmente, o destino que será dado ao financiamento obtido na operação. Contactado pelo **Negócios**, o BdP não justificou, até ao fecho da edição, o teor da autorização dada ao BPP para concretizar a operação.



Banca vai consolidar-se e perder peso na economia

A crise financeira vai levar a "um aumento da consolidação no sector financeiro, que vai perder peso na economia". E a regulação vai ter que ajustar-se ao reforço de dimensão do sector. A

ideia foi deixada por Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, na conferência "Os bancos e o financiamento da economia", organizada pela Associação Portuguesa de Bancos.

Vladimir Rodas

O PLANOFINANÇAS CONTINUAM
À PROCURA DE UMA SOLUÇÃO**BES e BPI são os
que mais resistem
na ajuda ao BPP**

O BES e o BPI são as instituições que maior resistência têm oferecido nos vários pedidos de ajuda que têm sido feitos pelas autoridades no sentido de ajudar a resolver os problemas no Banco Privado Português (BPP). O mais recente apelo para que entidades externas participem no plano de viabilização foi feita, na segunda-feira, pelo ministro das Finanças junto dos representantes dos principais bancos portugueses.

Segundo apurou o **Negócios**, o encontro centrou-se na gestão do veículo colectivo onde serão colocados os activos dos produtos de retorno absoluto do BPP. A ideia passa por entregar a entidades externas a gestão deste produto, com o objectivo de recuperar, no espaço de quatro anos, as perdas superiores a 500 milhões de euros que estes produtos apresentam face às responsabilidades assumidas junto dos clientes no momento da subscrição (garantias de capital e remuneração que superam os 1.200 milhões de euros).

Nenhum dos bancos se mostrou disponível para assumir essa gestão sem um aval do Estado, que cubra um eventual défice de valorização no final da maturidade. Num cenário em que o Governo aceite dar uma garantia para cobrir essa diferença, os bancos sondados mostraram maior abertura. Os únicos que continuam a levantar algumas dúvidas são o BES e o BPI. Para além do BCP, CGD e Santander – presentes na reunião com Teixeira dos Santos –, também outros instituições já foram sondadas, nomeadamente o Deutsche Bank.

Outro dos pontos em que o plano de viabilização do BPP prevê a participação de entidades externas é o reforço de capitais do banco, depois de retiradas as imparidades decorrentes das perdas dos produtos de retorno absoluto. Neste caso, a solução proposta pelos accionistas contempla um reforço de capitais na ordem dos 300 milhões de euros, dos quais 125 milhões teriam origem noutros bancos do sistema.

Ontem, decorreram os trabalhos no Ministério das Finanças no sentido de encontrar uma solução para o “caso BPP”, com prioridade para a situação dos clientes. **PF**

**Há os casos BPP
e BPN mas “não
há crise bancária”****Constâncio mostrou ontem que, ao
contrário do que as empresas têm
dito, banca continua a financiá-las****MARIA JOÃO GAGO
MARIA JOÃO SOARES**

“Os casos do Banco Privado Português (BPP) e do Banco Português de Negócios (BPN) não afectam a apreciação geral do risco bancário” do sistema financeiro português, defendeu ontem o governador do Banco de Portugal, na conferência “Os bancos e o financiamento da economia”. Apesar destes incidentes, Vítor Constâncio garante que “não há crise bancária em Portugal” e que a generalidade dos indicadores mostram a “robustez e solvabilidade” da banca nacional.

O risco de liquidez está controlado, já que até Abril os bancos nacionais fizeram mais emissões de obrigações do que no conjunto de todo o ano passado. Por outro lado, no final do ano, o ‘tier one’ (rácio de adequação de fundos próprios de base) do sistema era de 7%. Além disso, em termos de rácio de alavancagem (capitais sobre activos), o sistema português “está muito melhor do que a média europeia”, sublinhou o governador.

Também a evolução da concessão de crédito mostra a saúde da banca nacional. “O crédito está em desaceleração, mas está a crescer mais do que a média da área do euro. No ano passado, o financiamento às empresas subiu 8%. São valores muito positivos”, frisou Constâncio. As estimativas do Banco de Portugal apontam para que “o financiamento continue a crescer acima da economia”. É com base nestes dados que o governador afirma que “o crédito não contribuiu nem acentuou a crise no nosso país”.

**Constâncio promete solução
para o BPP “até ao Verão”**

Mesmo não havendo crise no sector financeiro, o Governo tem em mãos os problemas do BPN e do BPP. Sobre esta última instituição, Constâncio admitiu que possa ser adoptada uma solução relativa às aplicações dos clientes que subscree-

O crédito está a
desacelerar mas
continua a
crescer acima da
média europeia.
Não contribuiu
nem acentuou
a crise no País.

Os casos do BPP
e do BPN
não afectam
a apreciação
geral do risco
bancário luso.

VÍTOR CONSTÂNCIO
Governador do BdP

ram produtos de retorno absoluto “até ao Verão”. Apesar desta semana o Banco de Portugal ter prolongado até 1 de Setembro o congelamento das contas dos clientes, o governador acredita que uma solução para o BPP “seguramente não deve demorar tanto tempo”.

Constâncio justificou este adiamento com o facto de o Governo ter solicitado “esclarecimentos adicionais” sobre o plano de viabilização apresentado pela administração do Privado, liderada por Fernando Adão da Fonseca. Só depois disso, poderá haver “uma decisão do Governo nessa matéria”.

Outro dos factores que está a atrasar a adopção de uma solução é o facto de não estarem em causa depósitos. “Não são produtos tóxicos”, mas também “não são depósitos, são mais complexos”.

**O QUE DIZEM
OS BANQUEIROS**NUNO AMADO E FERNANDO
ULRICH DEFENDEM SECTOR**Bancos apoiam
crescimento
da economia**

Os banqueiros afastam a ideia de que as instituições financeiras que lideram estejam a dificultar o acesso ao crédito prejudicando o crescimento económico. Na conferência “Os bancos e o financiamento da economia”, promovida pela Associação Portuguesa de Bancos (APB), realizada ontem na Culturgest, em Lisboa, apresentaram números sobre o crédito concedido para mostrar que tem vindo a aumentar.

O presidente do Santander Totta, Nuno Amado, diz mesmo que a banca nacional tem sido “afoita” e “servido de suporte ao crescimento da economia” mas alerta que os “spreads” no crédito têm que ser adequados às actuais condições do mercado.

Fernando Ulrich optou, na sua intervenção por fazer um “apelo e uma sugestão”. O presidente do BPI criticou as empresas pelo atraso com que apresentam as contas aos bancos credores e defende uma “reforma estrutural que até nem custa dinheiro” para que as empresas comecem a disponibilizar as folhas contabilísticas atempadamente, melhorando o relacionamento com os bancos. “As empresas atrasam-se muito a entregar as folhas contabilísticas aos bancos”, afirmou Ulrich lembrando que “a época do dinheiro fácil acabou” e que “é muito mau sinal empresas que não apresentam as contas em dia”.

A 20 de Maio deste ano, apenas 60% das grandes empresas (volume de negócios superior a 100 milhões de euros) com crédito no BPI tinham apresentado as contas relativas ao ano de 2008, revelou Ulrich para justificar a sua posição. Entre as médias empresas (com volume de negócios entre 2,5 e 100 milhões de euros), apenas 21% tinham disponibilizado os números sobre a actividade do ano passado e nas pequenas empresas apenas 5% o tinham feito. Ulrich lembrou que os bancos reportaram as contas de 2008 até ao final de Janeiro e disse: “Não consigo aceitar que se um banco, com actividade internacional, consegue apresentar contas um mês depois do fim do ano, como é que uma empresa não consegue”, concluiu o líder do BPI.

João Salgueiro avisa que solução para o BPP cria precedente

A solução que o Governo vier a adoptar para o BPP, sobretudo para os clientes dos produtos de retorno absoluto "pode constituir um precedente" e, por isso mesmo, é necessária cautela e demora tempo a definir e a adoptar, alertou ontem João Salgueiro, presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), à margem da conferência "Os bancos e o financiamento da economia". Ainda assim, o representante máximo do sector defendeu a necessidade de se tomar uma decisão o mais rapidamente possível.

À semelhança da posição que têm assumido os presidentes dos maiores bancos nacionais, Salgueiro admite que, se estivesse à frente de uma instituição, também não aceitaria co-responsabilizar-se pela gestão dos produtos de retorno absoluto caso tivesse que assumir parte do risco. "Se estivesse à frente de um banco, provavelmente, também recusaria", afirmou o líder da APB.

Para João Salgueiro, cada instituição é que tem de avaliar a sua posição face a este tema, em função "da sua política". Até porque, sublinhou, "o esquema de solidariedade [entre instituições financeiras] só existe nas garantias de depósitos e, mesmo assim, é limitado".

Clientes mantêm protesto até haver decisão

Enquanto não surge uma decisão do Governo relativamente ao futuro das aplicações de retorno absoluto, os clientes do BPP vão procurando pressionar as autoridades. Ontem, à hora de fecho desta edição, mantinham um protesto à porta da sede do banco, em Lisboa, iniciativa que prometiam não terminar antes de haver uma solução para os seus investimentos.

Durante a tarde, os representantes dos clientes estiveram reunidos com a administração do BPP, liderada por Fernando Adão da Fonseca, tendo exigido a demissão do gestor, noticiou a Lusa. Segundo o relato de um dos clientes, Adão da Fonseca terá admitido a possibilidade de se demitir de funções, como forma de pressionar as autoridades. No entanto, não ficou claro se a sua saída ocorreria de imediato. **MJG**



MANIFESTAÇÃO

Eles só não deixaram no BPP o dinheiro para o café

REPORTAGEM

Manhã cedo, 40 clientes do BPP partiram do Porto rumo a Lisboa, para protestarem junto à sede do banco, que não sabiam onde ficava. O Negócios viajou com eles de autocarro e conta as suas histórias

GERMANO OLIVEIRA germanooliveira@negocios.pt

A camioneta leva 40 pessoas e há ali dois elementos estranhos à comitiva – aqueles dois jornalistas, um a escrever e outro a fotografar. Paulo Castro e José Carlos Coelho, dois clientes do BPP sentados lá na retaguarda do autocarro, invertem a equação e são eles a fazer perguntas aos jornalistas. Querem saber o que é fazer notícias nos dias de hoje, mas ao fim de uma hora já existe à vontade suficiente para todos perceberem qual é o espírito da coisa. É que a camioneta pára na estação de serviço da Mealhada e Paulo Castro é o primeiro a dar nota da auto-ironia que vai marcar a viagem: "Ainda bem que não pus no BPP o dinheiro para pagar o café". Não é o "gag" do ano, mas esta gente que luta pelo seu património não esqueceu o hábito de sorrir.

Era suposto ser meia centena, mas acabaram por ser menos os clientes do BPP que saíram do Porto às 7h45 de ontem, com a sede do banco como destino e uma manifestação como pretexto. Mas quem esperava semblantes sérios e afirmações acesas, é ver gente despojada do seu dinheiro a brincar com a desgraça que lhe caiu em mãos. "O humor é uma forma de catarse", explica José Oliveira, engenheiro, filho de um poeta e autor das mensagens que os clientes vão afixar mais tarde na sede do BPP.

Dos 40 que seguiram viagem, José Carlos Coelho é dos que mais arrisca este humor resignado. A meio da viagem, pega numa pequena mala que está num banco vazio e lá dentro há apenas um livro. "Veja bem, chama-se 'Ordenar a Vida'. É



Miguel Baltazar



Ricardo Castelo



o que quero fazer e é por isso que não trago mais nada aqui além do livro. Quero vir de Lisboa com a massa toda dentro da mala”, diz no meio de um risada larga.

Acabado o sorriso, José Carlos Coelho arrepende-se – não do humor, mas de um dos termos. “Não escreva ‘massa’. As pessoas ainda pensam que andamos a brincar”. Não andam e quem vai lá dentro sente isso. Por entre as gargalhadas e tudo o mais, há muita tensão nas palavras. Mas lá convencemos José Carlos Coelho que é mais real quando se escreve as palavras que as pessoas dizem mesmo e a “massa” acabou por ser escrita.

Paulo Castro alinha com “o senhor Coelho” (é assim que lhe chama) e também diz que trouxe uma mala quase vazia, porque quer re-

gressar ao Norte com o dinheiro que se lhe congelou. Só que quando olhamos bem fundo nos olhos claros dos 42 anos de Paulo Castro, está lá uma convulsão interna impossível de esconder. Ele que deixou a ironia e o humor de lado à mesa do café da estação de serviço da Mealhada, para inspirar fundo e expirar que “isto muda a vida de uma pessoa”. “Isto” é não ter dinheiro. “Tenho fumado mais e as emoções são diferentes. Não se vive da mesma forma.”

A pontaria de estar no BPP e BPN em simultâneo

Com a conversa a avançar e Lisboa cada vez mais perto, percebe-se que há ali muita empatia entre Paulo Castro e José Carlos Coelho. E esta empatia tem uma ironia (até rima): ambos foram clientes do BPN – Paulo Castro ainda o é – e do BPP. É aquela velha questão das pontarias.

“Depois do BPN ter sido nacionalizado, não tiro o meu dinheiro de lá. É a opção que mais credibiliza o banco e é o mesmo que defendo para o BPP”, solta Paulo Castro. O amigo José Carlos Coelho seguiu uma via diferente e, após a naciona-

lização do banco que pôs Oliveira Costa na prisão, transferiu o pouco dinheiro que lá tinha para o Banif.

“Clientes sem poupança, banca sem confiança

Enquanto estas histórias de pontaria discorrem, José Oliveira, o engenheiro que já apresentámos como filho de poeta (na verdade, o pai era da área de economia, mas tinha esta queda para as letras), começa a posar para a fotografia. A razão é simples: ele tem na mão os escritos que vai colar na sede do BPP: trata-se de um monte de folhas repleto de mensagens e rimas (“são as rimas da revolta”, sustenta o engenheiro) e numa delas lê-se “clientes sem poupança, banca sem confiança”.

José Carlos Coelho diz que prefere a rima ao contrário. “Se calhar, é mais ‘clientes sem confiança, banca sem poupança. As pessoas estão desconfiadas, não é?”

Começa então a discutir-se qual será o papel das eleições nesta questão do BPP. José Oliveira, que também tem um escrito sobre o assunto – “o Governo vai a eleições e esquece as preocupações” –, sustenta que tudo se resume a a contabilidade. “O Governo vê o que será mais

Já sinto o pessoal a ficar tenso. Até parece que vamos para a final da taça.

JOÃO SANTOS
cliente do BPP

favorável – ter uma decisão antes ou depois das eleições – e decidirá em função disso. É uma questão de contabilidade eleitoral”, defende.

Lisboa está ainda mais perto. As horas de viagem passaram num instantinho no meio de tanta poesia e o autocarro entra na capital pouco depois das 12 horas. Um dos clientes avisa que vem aí o “bankjacking”, mas é o matosinhense João Santos que explica com precisão o ambiente. “Já sinto o pessoal a ficar tenso. Até parece que vamos para a final da taça.”

Com o relógio quase nas 12h30, dá-se o desembarque em frente ao banco. Foi o início do jogo e agora é ver se eles levaram mesmo a taça.

Humor e rimas |

Viagem do Porto para Lisboa foi pautada por auto-ironia, boa disposição e muitas rimas. À chegada, os minutos iniciais foram de alguma tensão. A polícia barrou a entrada a alguns clientes que tentaram entrar no banco, mas os ânimos acabaram por serenar.

A VIAGEM

UMA PARAGEM APENAS ANTES DA TAÇA

7H45M

O autocarro partiu depois das 7h30, que era a hora agendada. Viajaram cerca de 40 pessoas, abaixo da meia centena prevista.

09H00M

Primeira e única paragem, que tem lugar na estação de serviço da Mealhada. Tempo para café e natas.

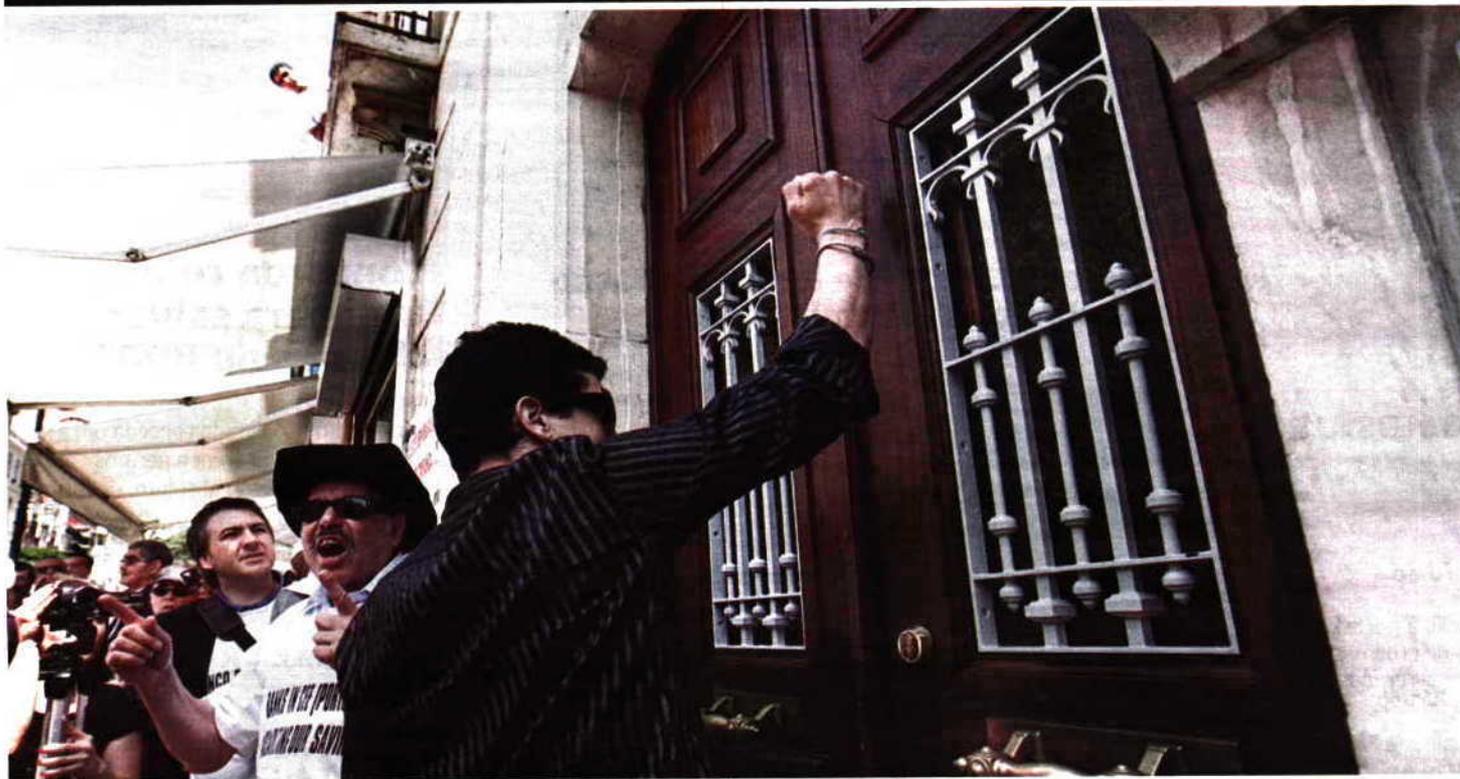
12H00M

A comitiva entra em Lisboa à volta do meio-dia e começa a sentir-se alguma tensão. Um dos clientes diz que sente que vai jogar a final da taça.

12H30M

Após alguns desvios, porque ninguém sabia ao certo onde era o banco, os clientes que viajaram do Porto chegam finalmente à sede do BPP em Lisboa.

Banco de Portugal autorizou BPP a emitir dívida um mês antes de este lançar um pedido de ajuda



Miguel Baltazar

Clientes do Porto protestaram ontem, em Lisboa, frente à sede do Banco Privado Português. O Negócios fez a viagem com eles.

O Banco Privado Português foi autorizado a emitir obrigações de caixa subordinadas antes de ser intervencionado pelo Banco de Por-

tugal. Os títulos foram colocados nas carteiras de investimento dos clientes e agora valem pouco. **Primeira Linha 4 a 7**

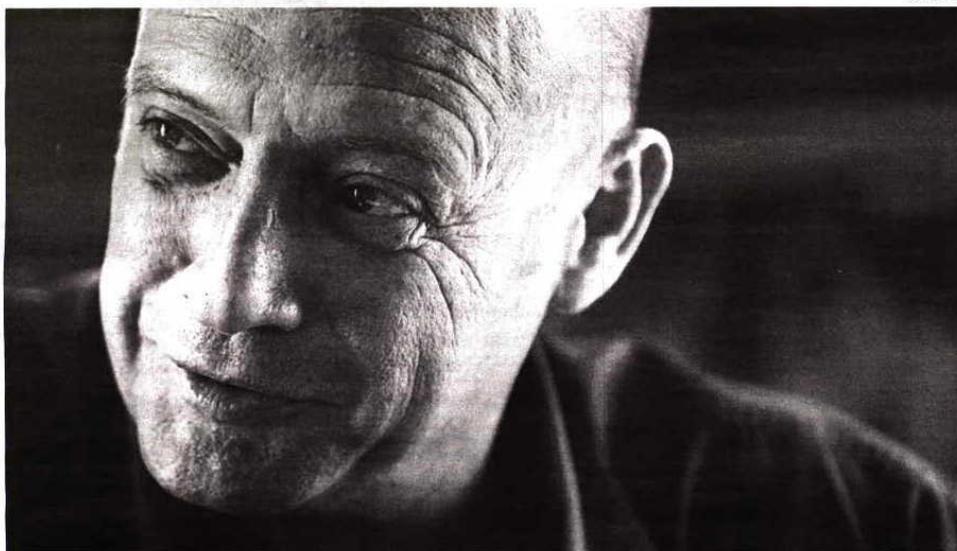


ELEIÇÕES EUROPEIAS

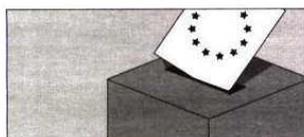
Rangel regressa à infância, Vital insiste no BPN; para o CDS eles são apenas iguais

Comissão Nacional de Eleições refere que eventual maioria de votos em branco ou nulos não invalida o sufrágio europeu

Pedro Elias



Miguel Portas | Bloquista propõe "suspensão temporária de regras do mercado" para evitar "gangrena do despedimento".



A cinco dias das eleições, a candidatura socialista dissociou-se ontem dos opositores à esquerda e voltou a atacar o principal rival à direita. A Norte, Rangel jogou no conforto de um bastião social-democrata, onde ouviu Filipe Menezes, ex-presidente do PSD, classificá-lo como "uma lufada de ar fresco" na política.

A caravana do PS passou o dia na comunista margem Sul do Tejo, atacando "uma esquerda que não queria que Portugal tivesse entrado na UE (...) e que nunca percebeu a necessidade de integrar a moeda única". Quem deu voz à crítica foi Paulo Pedrosa, deputado, candidato autárquico em Almada. No dia em que o PS/Setúbal apontou como objetivo a eleição de nove eurodeputados, Vital Moreira, ex-militante comunista e actual 'socialista freelancer', limitou-se a pedir mais um eurodeputado. E ainda voltou a um dos temas que marcam a campanha: "A minha proposta é que o PSD se dissocie da subtracção no BPN".

A comitiva do PSD percorreu as ruas da infância de Paulo Rangel, em Gaia, cidade governada pelo anterior líder nacional do partido. Luís Filipe Menezes prometeu dar o seu "humilde contributo" para a vitória

nas europeias, elogiando a campanha de Rangel e mostrando confiança num resultado que, diz, será sempre "suficientemente bom".

Numas eleições em que os emigrantes têm, pela primeira vez, de votar presencialmente, Ilda Figueiredo (CDU) pediu-lhes que juntassem o seu voto "à vasta corrente de indignação" contra a política socialista. Nuno Melo (CDS/PP) prosseguiu a estratégia de diferenciação face ao PSD, usando a "prova documental" da entrevista de Rangel ao Negócios ("Não estou fechado" ao imposto europeu, se isso não significar um aumento da carga fiscal, disse o candidato laranja) para evidenciar que o bloco central "está junto" num "federalismo radical". Miguel Portas (BE) defendeu que são necessárias "políticas de apoio temporário ou políticas de suspensão temporária das regras de mercado" nos chamados sectores tradicionais, para "evitar a gangrena do despedimento".

CNE garante validade do sufrágio

A Comissão Nacional de Eleições esclareceu que uma maioria de votos em branco ou nulos não invalida o sufrágio. "Os votos em branco, bem como os votos nulos, não sendo votos validamente expressos relativamente a cada lista concorrente à eleição, não têm influência no apuramento do número de votos e da sua conversão em mandatos", frisou em nota oficiosa. **AL/LUSA**

Soares, González e Schröder pedem alternativa a Durão

Antigos dirigentes socialistas e social-democratas de países europeus, incluindo Mário Soares, Felipe González e Gerhard Schröder, divulgaram ontem uma declaração defendendo uma nova maioria no Parlamento Europeu que permita a apresentação de um candidato socialista à presidência da Comissão Europeia, alternativo a Durão Barroso. "O Partido Popular Europeu (PPE) já apoiou o seu candidato oficial à presidência da Comissão Europeia. É com expectativa que os socialistas e social-democratas e outros progressistas esperam um candidato oriundo do Partido Socialista Europeu, único partido europeu que pode apresentar uma alternativa à direcção europeia do PPE", refere a declaração. O apelo é subscrito por oito antigos dirigentes socialistas. A recandidatura de Durão já foi apoiada por alguns dos actuais chefes de Governo socialista, caso de José Sócrates, Zapatero e Gordon Brown. **Lusa**



ID: 25366795

03-06-2009

SEGURANÇA SOCIAL

Negociação de dívidas duplica nas grandes empresas

Em 2008, quase uma empresa por dia foi bater à porta da Segurança Social para renegociar a dívida. Em média, deviam um milhão de euros cada uma

ELISABETE MIRANDA
elisabetemiranda@negocios.pt

Quase uma grande empresa por dia foi bater à porta do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) em 2008 para tentar renegociar a dívida. As 311 empresas que tomaram a iniciativa de contactar o IGFSS duplicaram em relação a 2007 - na altura tinham sido 140 - e, em média, tinham um milhão de euros em atraso cada uma, adiantou ao **Negócios** José Gaspar, presidente do IGFSS, em jeito de balanço à actividade do instituto em 2008.

Tratando-se de grandes devedores, a solução é distinta da aplicada aos casos mais simples, que são enquadrados em planos de pagamento de dívidas a prestações. Para os grandes devedores, a Segurança Social aconselha a eventual adesão a um Procedimento Especial de Conciliação (PEC) junto do IAPMEI, através de um processo de insolvência e recuperação ou a adoptar saídas como a alienação de créditos, a venda do estabelecimento com entrada de investidores ou a dação em pagamento, entre outros.

O recurso a esta ferramenta tem tido "resultados de viabilização de empresas excelentes", diz o responsável. O ano passado foram fechados acordos de regularização envolvendo dívidas no valor de 80 milhões de euros, uma situação que, segundo José Gaspar, permitiu salvar 8.757 postos de trabalho.

Apesar da deterioração das condições económicas, o responsável do IGFSS espera que este ano o número de empresas a bater-lhe à porta se mantenha

33 mil acordos para pagar dívidas a prestações em 2008

Além deste instrumento, a Segu-

rança Social possibilita ainda aos faltosos a adesão a planos de pagamento de dívidas em prestações. Esta via, usada essencialmente por pequenas e médias empresas (PME), também tem tido uma procura crescente. O ano passado foram celebrados mais de 33 mil acordos - nove por dia, em média - que têm subjacente uma dívida de 270 milhões de euros (cerca de oito mil euros por acordo). Decorrente dos planos de pagamento - celebrados o ano passado e em exercícios anteriores -, já deram entrada nos cofres públicos 170 milhões de euros, mais 31% do que em 2007.

José Gaspar garante, em entrevista ao **Negócios** (ver págs. seguintes), que estes acordos acabam por ter uma boa taxa de cobrança: "Tivemos uma taxa de incumprimento que chegou a rondar os 30%, o nosso objectivo era baixar para os 20% e conseguimos-lo. 20% de incumprimento é muito razoável".

O passo seguinte destas violações são as penhoras e as reversões de dívidas contra os gestores caso as empresas não tenham património. Neste campeonato, que o dirigente diz não gostar de jogar, porque o seu objectivo é viabilizar empresas, o ano passado foram feitas 55 mil penhoras, na sua maioria a contas bancárias e créditos sobre terceiros, no valor global de 956 milhões de euros. Os gestores foram chamados a responder pela dívida das empresas em 10.892 casos, num valor global de 317 milhões de euros. Ao todo, em 2008 foram recuperados 367,9 milhões de euros, 27 milhões dos quais através de processos de recuperação extraordinária. A dívida global à SS rondará os 3,2 mil milhões de euros.



Segurança Social | Acordos permitiram recuperar 170 milhões de euros.

311

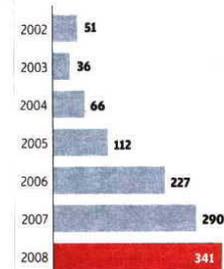
Grandes devedores que contactaram o IGFSS para tentar regularizar as dívidas (quase 1 por dia). Em 2007 tinham sido 140.

33 mil

Pequenos devedores com quem o IGFSS assinou acordos de pagamento a prestações de dívidas (9 por dia, em média).

ALGUNS DADOS DO IGFSS EM 2008

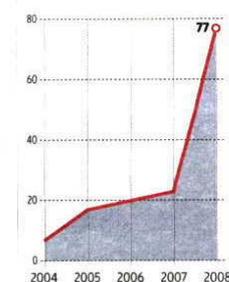
RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA SOBRE EM MILHÕES DE EUROS



Fonte: IGFSS

O valor da dívida em execução fiscal que a Seg. Social consegue recuperar continua a subir. Em 2008 foram 341 milhões de euros, só nas Secções de Processo.

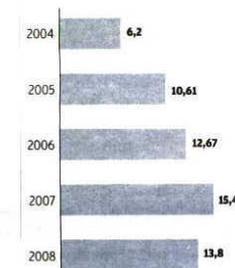
DEPÓSITOS RENTÁVEIS
DIFERENCIAL DE RENDIBILIDADE COM O MMI



Fonte: IGFSS

Uma das funções do IGFSS é gerir os excedentes, aplicando-o em depósitos. Em 2008, teve uma rentabilidade 77 pontos acima do mercado monetário interbancário.

PATRIMÓNIO EM QUEBRA
MILHÕES DE EUROS



Fonte: IGFSS

As receitas da venda de património ficaram abaixo do esperado. O endurecimento do crédito ditou uma menor procura, justifica o IGFSS.



Entrevista José Gaspar

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL

“Não nos interessa penhorar empresas”

Não houve contradição com o Fisco no caso do Estrela da Amadora. Mas as Finanças ganhariam se permitissem prazos de pagamentos de dívidas maiores

ELISABETE MIRANDA
elisabetemiranda@negocios.pt

A Segurança Social permite às empresas pagar dívidas até 150 prestações. As Finanças têm prazos mais curtos: 60 prestações. As Finanças inviabilizam pedidos de adesão ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação (PEC), que tinham merecido “luz verde” da Seg. Social, como aconteceu com o Estrela da Amadora. O Fisco penhora empresas que estão à espera de resposta de adesão ao PEC, a Seg. Social evita-o. O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) e a Administração Fiscal (AF) são cobradores ao serviço do mesmo Estado, que tem várias bitolas. José Gaspar refuta as divergências e tenta explicar as diferentes estratégias. Mas admite que o Fisco beneficiaria se permitisse prazos de pagamento mais longos.

rosa que podemos ter. O que menos nos interessa é penhorar empresas, porque isso quer dizer o fim da actividade da empresa.

Colocam muito a tónica na necessidade de manter as empresas vivas, enquanto o Fisco as executa imediatamente. Como vê esta divergência de estratégias?

Nós temos obrigação de ter mais presente a necessidade de salvar empresas, porque sentimos de outra forma os efeitos de uma falência. Temos subsídios de desemprego a pagar, problemas de natureza social...

O Fisco também. Tem menos IRC, IVA...
Não é tão directo. Acredito que eles também têm essas preocupações, mas não à mesma velocidade com que nós as adquirimos. Além de que a eles pedem-lhes receita.

A vocês não? Foi o excedente da Segurança Social que permitiu o brilharete da redução do défice.

O nosso objectivo é assegurar a sustentabilidade futura da Seg. Social, não é tão immediatista. E estamos bem com esta postura: em três ou quatro anos quintuplicámos a cobrança de dívida e não aumentámos os recursos significativamente... Somos uma porta aberta a todos os que queiram negociar o pagamento das dívidas.

Tomemos como exemplo o Procedimento Especial de Conciliação, onde há várias notícias de acordos viabilizados pela Seg. Social e vetados pelo Fisco. Foi o caso do Estrela da Amadora. Porque é que para uma empresa é viável, e para o clube não, quando o credor é sempre o Estado?

Resta saber se foi assim.

Os acordos para o pagamento de dívidas continuam a aumentar. Mas depois são cumpridos?

Tivemos uma taxa de incumprimento que chegou a rondar os 30%, o nosso objectivo era baixar para os 20% e conseguimos-lo, 20% de incumprimento é muito razoável. Não podemos admitir que, por fazermos um acordo, todas as empresas são viabilizadas e passam a cumprir. Claro que a partir do momento em que há violação do acordo, rapidamente “saltamos em cima” da situação.

E têm onde ir buscar o dinheiro?

Temos as garantias várias que as empresas têm de prestar quando assinam o acordo de pagamento a prestações, temos o processo de reversão... Mas para nós, esta é a saída menos ai-



Não tinham dado o aval?

As coisas não são nesses termos. Não estava nada fechado. Nós, perante um conjunto de condições, dizemos se o acordo cobre os nossos interesses. Mas percebemos que haja outros interesses maiores. Quando somos credores de apenas 1/3 da dívida, estamos numa posição confortável. A afirmação de que a Seg. Social aceitou os termos do Estrela da Amadora não é bem assim.

Mas aceitá-la-ia.

Aceitaria se a AF pudesse aceitar os termos, o que não aconteceu.

O Estado não sai descredibilizado por estes sinais contraditórios?

Não. Quem nos diz as condições necessárias para viabilizar uma empresa é o IAPMEI. Nos não fazemos estudos de negócio, não temos gabinetes. O IAPMEI indica-nos as taxas de juro adequadas e as prestações recomendadas para pagar a dívida. Mas é preciso ver que os enquadramentos legais são diferentes. Nós podemos aceitar o pagamento de uma dívida até 150 prestações, o nosso regime é mais flexível.

Era conveniente uma harmonização de prazos de pagamento de dívidas?

Julgo que para as Finanças seria

interessante ter uma ferramenta que lhes desse mais flexibilidade, especialmente atendendo aos tempos que correm. Com a crise e as tentativas de PEC a acontecerem todos os dias acho que poderia ser útil [ver pág. 25].

Outra diferença é o facto de as Finanças fazerem execuções enquanto o pedido está a ser avaliado.

Aí o enquadramento legal é igual: o PEC não suspende a execução.

Mas não seria recomendável que suspendesse? O Ministério da Economia chegou a propô-lo.

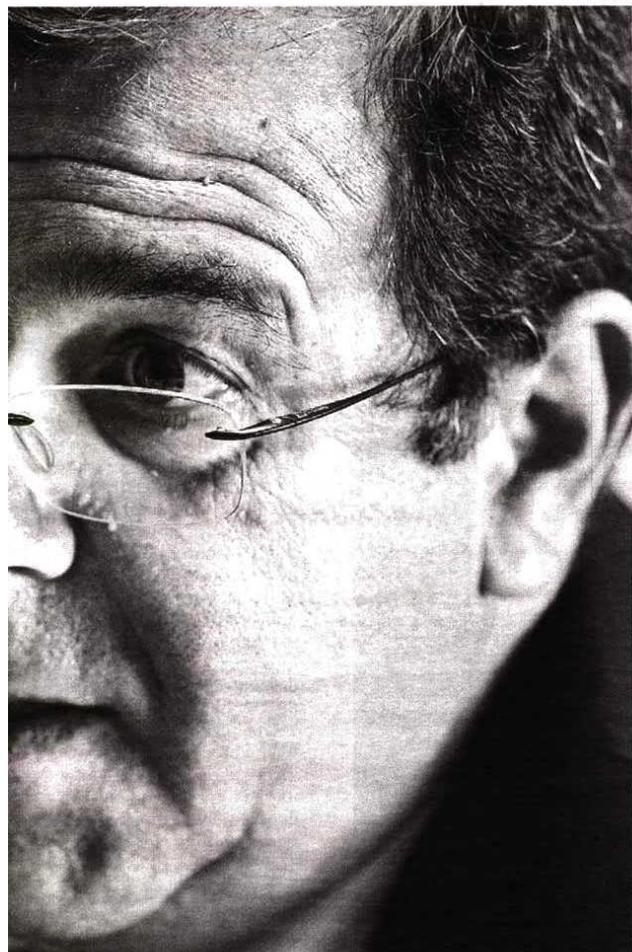
Se estamos a tentar viabilizar as empresas, não lhes vamos bloquear a actividade. Por exemplo, tentamos não fazer penhoras bancárias porque cria uma desconfiança por parte dos parceiros financeiros, e impede as empresas de continuarem a laborar. Se é uma empresa ligada ao ramo de transportes, não penhoramos veículos. Penhora de imóveis fazemos para constituirmos a garantia, mas não a executamos, não pomos a empresa à venda enquanto não houver resposta para o PEC. Avaliamos caso a caso com o bom senso de não criar dificuldades a empresas que estamos a tentar viabilizar. Essa preocupação também será do Fisco, ninguém mata a galinha dos ovos de ouro.

A afirmação de que a Seg. Social aceitou o acordo com o Estrela da Amadora não é bem assim.

Julgo que para as Finanças seria interessante ter uma ferramenta que lhes desse mais flexibilidade [nos prazos de pagamento].



Sara Matos



PERFIL

JOSÉ GASPAR
PRESIDENTE DO IGFSS

Licenciado em Gestão de Empresas pelo antigo ISE, actualmente o ISEG-UTL, José Gaspar foi o nome escolhido pelo ministro José António Vieira da Silva para liderar o Instituto de Gestão Financeira – “o cobrador de dívidas da Segurança Social” – a partir de 2005. Pressionado a apresentar resultados anuais – logo nesse ano a tutela apresentou um plano de recuperação de dívidas com metas de crescimento elevadas – o gestor teve de começar por arrumar e interligar os confusos sistemas de informação que, até hoje, ainda não permitem saber, ao certo qual é a dívida global que as empresas acumulam perante a Segurança Social. Antes de enveredar pelas funções públicas, José Gaspar era Consultor Sénior na IB-Intelligent Business. E antes disso ainda foi director Administrativo e Financeiro do Comité Português para a UNICEF, lê-se no perfil com dados exclusivamente profissionais que está disponível na página electrónica da Segurança Social.

“O BPN pareceu-nos uma instituição idónea”

Os €500 milhões que a Seg. Social teve no BPN deveu-se à taxa oferecida. E o levantamento à mera gestão de tesouraria

Além da dívida e do património da Segurança Social, cabe ainda ao IGFSS gerir a tesouraria, isto é, o dinheiro que todos os meses sobra entre as contribuições recebidas e as despesas sociais pagas a título de pensões ou de subsídios de desemprego. Este dinheiro é aplicado em depósitos bancários, como os “overnight” (vigentes durante um dia). Em 2008, foram cerca de 1,77 mil milhões de euros que estiveram, em média, aplicados todos os dias na banca, entre as quais o polémico BPN.

dependem dos bancos, mas há uma virtude nossa que é conseguirmos chegar a essas ofertas. Fazemos uma espécie de leilão mitigado, ao telefone, dizendo que temos um valor para aplicar num determinado prazo.

Como aplicam o dinheiro? Em função de quem dá mais?
Não, varia consoante as características da instituição, e tendemos a não ir além de certos limites por banco, temos “plafonds”.

Na altura da polémica do BPN criticou-se a excessiva concentração de aplicações da Segurança Social num só banco. Teriam lá 20% do dinheiro [500 milhões de euros].

Isso era um momento, ou um conjunto de sucessivos momentos, em que uma aplicação num banco em concreto tinha destaque em relação aos concorrentes. É um pouco assim que se passa. Entendendo nós que os actores do mercado são idóneos, dentro de certos limites,

podemos superar alguns dos “plafonds” que estabelecemos.

O BPN pareceu-vos uma instituição idónea?
Sim, pareceu-nos, senão não teríamos feito as aplicações que fizemos.

O levantamento de 300 milhões de euros foi descrito pela administração de Miguel Cadilhe como um acto hostil. Nem sequer vou comentar.

Mas foi uma reacção à situação do BPN?

Decorreu do facto de nós termos contratado com o BPN um ou vários depósitos para as datas “x”, “y” ou “z” e nessas datas o banco ter de estar disponível para devolver esse dinheiro. Há uma entrega e uma expectativa de retorno. Não é lícito sequer à administração do dr. Cadilhe pensar que uma instituição pôs lá o dinheiro e na data não quer o dinheiro de volta. O dr. Cadilhe é que sabe qual é a nossa gestão de tesouraria?

“A maioria dos nossos devedores é PME em dificuldades”

Dívida média ronda os 10 mil euros. Há empresas que se aproveitam

Qual o valor global dívida em 2008?
Não posso revelar porque as contas consolidadas ainda não foram apresentadas.

Como se compreende que esse valor esteja há tantos anos para ser apurado em definitivo?
Por causa dos sistemas informáticos. Há 3, 4 anos iniciou-se a sério a consolidação do sistema financeiro e da conta-corrente, porque não havia elementos sólidos para apresentar. Este ano julgo que poderemos ter uma noção mais precisa.

Andará muito longe dos 3,2-3,3 mil milhões de euros?
Julgo que não.

Qual é o retrato-tipo do devedor?
PME, essencialmente, com dívida média de 10 mil de euros. Cerca de 85% é empresas [os outros devedores são trabalhadores independentes] e são representativas do tecido empresarial português.

A dívida deve-se a dificuldades financeiras ou é gestão de tesouraria?
Temos muito devedor do têxtil e da construção porque os sectores estão mesmo em crise. Em regra, a dívida decorre da fragilidade do sector. Agora, sendo a Seg. Social, tal como o IVA, entregue em regime de autoliquidação, e mensalmente, claro que é mais tentador a um empresário financiar-se dessa forma.

Nesse contexto, como vêm a descriminalização da não entrega de retenções na fonte das contribuições até 7.500 euros?
A criminalização de todas as dívidas emperrava a Justiça.

Não era mais dissuasor se houvesse descriminalização?
A criminalização, com os tempos que a nossa Justiça demora, não oferece grande dissuasão. Além disso, os nossos empresários não fazem ideia de que quando estão a pagar as contribuições estão a entregar 11% dos trabalhadores e 23% da empresa, e que não entregar os primeiros é crime. Eles não têm essa noção, só o sabem quando vêm ter connosco renegociar a dívida.

Os nossos empresários não fazem ideia que reter contribuições dos trabalhadores é crime. Com a lentidão da justiça, a criminalização não funciona.

A qualidade importa

➤ No balanço que o IGFSS preparou sobre a actividade em 2008, destacam-se várias iniciativas na qualidade do serviço, uma área que é cara aos dirigentes. “Na dívida, onde os salários e as contas bancárias dos contribuintes são penhorados, onde ninguém quer ser nosso cliente”, brinca Jorge Gaspar, “93% deles está satisfeito ou muito satisfeito pela forma como foi tratado e esclarecido”, sublinha o dirigente, aludindo aos resultados de um inquérito à satisfação de 2008. “Isto tem a ver com todo o nosso percurso pela qualidade. Desde 2005 que nos lançámos na ISO, na certificação pela EFQM. Este ano pretendemos ser reconhecidos com o segundo patamar de excelência na qualidade, e tudo isto reflecte-se nos resultados finais”, garante. “Esta revolução silenciosa vê-se também no envolvimento das pessoas”. Os resultados do inquérito à satisfação do pessoal corroboram esta descrição – os trabalhadores fazem uma apreciação favorável num conjunto de itens, excepto em dois: remuneração e evolução na carreira: “Isso está tudo fora do nosso controle. Não podemos aumentar o ordenado às pessoas”, diz Jorge Gaspar, que reconhece que “Gostaria de pagar mais a algumas, que são merecedoras”. “Para certos casos, o sistema remuneratório do Estado é um espartilho”, desabafa.

José Gaspar, responsável
pela gestão das dívidas
à Segurança Social,
explica as alternativas
que os devedores têm.



Entrevista

Dívidas à Segurança Social duplicam nas grandes empresas

Economia 25 a 27



PUB

Novo Lexus IS
Rating: AAA



Desde
€38.297,20

www.lexus.pt



Emissões de CO₂ (ciclo combinado): 148 g/km - Consumo de combustível (ciclo combinado): 5,6 l/100km. Preço sem despesas de legalização e transporte, Ecolor e pintura metalizada.

Diário Económico

20 anos

Nº 1 Eleito jornal económico do ano

Toda a actualidade em www.economico.pt

QUARTA-FEIRA, 3 DE JUNHO 2009 | Nº 4644 | PREÇO (IVA INCLUIDO): CONTINENTE 1,60 EUROS | DIRECTOR ANTÓNIO COSTA | DIRECTOR-ADJUNTO BRUNO PROENÇA | SUBDIRECTORES FRANCISCO FERREIRA DA SILVA E PEDRO SOUSA CARVALHO



Fernando Ulrich Presidente do BPI diz que será "difícil que alguém compre o BPN como está". - P26

Economia Maioria das empresas portuguesas espera recuperação em 2010. - P11

Smartphone Nokia lança N97 para competir com iPhone e Blackberry. - P20



Crédito ao consumo vai passar a ter taxa de juro controlada

Os encargos com o crédito ao consumo chegam a ultrapassar os 30% ao ano. O Governo vai limitar essas práticas, a partir de 1 de Outubro, com taxas máximas que serão divulgadas trimestralmente pelo Banco de Portugal. - P24



A nova legislação cria mais limites às comissões por amortização antecipada.



Instituições são obrigadas a avaliar capacidade do consumidor para pagar os créditos.

Banqueiros chumbam solução de reguladores para salvar o BPP

O plano de reembolso dos clientes do BPP com produtos de capital garantido e retorno absoluto montado pelo Banco de Portugal e pela CMVM está comprometido. Os banqueiros comunicaram às Finanças que vão impugnar a decisão se for accionado o Sistema de Indemnização aos Investidores. - P4 A 7

EDP quer reforçar negócio do gás em Espanha



A EDP está na corrida à compra da rede de distribuição e da carteira de clientes da Gás Natural espanhola. A empresa de António Mexia (foto) pode reforçar o negócio de gás com parte dos activos que a empresa espanhola foi obrigada a vender. - P14

Merkel critica medidas do BCE

Alemanha quer política monetária independente - P12

▼ PSI 20	-0,43%	7.266,76
▲ IBEX 35	0,35%	9.664,8
▼ FTSE 100	-0,65%	4.477,02
▲ Dow Jones	0,49%	8.764,51
▲ Euro	1,69%	1,431
▲ Brent	1,62%	67,871

PUB

Mota e Soares da Costa também estão na corrida à terceira ponte do Tejo

As maiores construtoras e bancos nacionais estão a ultimar as propostas para a construção do troço de alta velocidade que inclui a terceira ponte do Tejo. - P18

Veja se mora num dos bairros de Lisboa que vão ser recuperados

A Câmara Municipal de Lisboa vai contrair um empréstimo de 120 milhões de euros para recuperar 800 prédios degradados em bairros históricos da capital. - P8

www.edp.pt

estamos a produzir mais 2.900 MW de energia limpa no reforço e construção de barragens

edp
sinta a nossa energia

Max Rossi/Reuters



Manifestantes exigiram ontem demissão de Adão da Fonseca, presidente do BPP



João Salgueiro

Solução à vista cria "precedente grave"

João Salgueiro. Presidente da APB explica assim atraso na resolução do caso BPP

O atraso da divulgação de uma solução para os clientes do Banco Privado Português (BPP) explica-se com o facto de se "ir criar um precedente grave" face a futuras situações do género, disse ontem João Salgueiro, presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), à margem de uma conferência organizada por esta entidade.

Salvaguardando que não conhece pormenores sobre a solução em estudo, Salgueiro acrescenta que "todos gostariam de ter decidido mais cedo". E reconhece que "se estivesse à frente de um banco, provavelmente também recusaria assumir esse risco."

No encontro da APB, subordinado ao tema "Os bancos e o financiamento da economia", Vitor Constâncio defendeu que, face ao cada vez maior peso dos grandes bancos no sistema financeiro português, há que adaptar a regulação. O governador do Banco de Portugal considera ainda desejável um aumento da consolidação bancária. Vitor Constâncio previu que o modelo de banca de investimento, assente na inovação, vai ser igualmente posto em causa, ao mesmo tempo que a rentabilidade das instituições vai baixar. "O sector financeiro vai reduzir-se e perder peso na economia", considera. ■

PAULA CORDEIRO

Clientes pedem à PGR que conteste Banco de Portugal

Caso BPP. Contra o adiamento do congelamento das contas, lesados pedem intervenção da PGR. Banqueiros não querem o banco, mas pedem solução rápida para os clientes

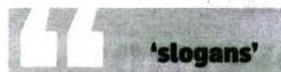
■ RUDOLFO REBÉLO

Os clientes do chamado "retorno absoluto" do Banco Privado Português, BPP, vão hoje pedir à Procuradoria-Geral da República, PGR, um parecer jurídico sobre a validade da decisão do Banco de Portugal em congelar até 1 de Setembro o pagamento aos clientes. Estes afirmam que a dilatação do prazo é ilegal e, ontem, os banqueiros confirmaram contactos com as Finanças para tomarem sob gestão as aplicações dos clientes, mas recusam tomar o "risco BPP", num "quadro de solução global que envolva os clientes e a recuperação do banco".

Uma posição que encontra eco no Ministério das Finanças, depois de Teixeira dos Santos, titular da pasta, ter afirmado no Parlamento que "não é o Estado que tem de resolver o problema do BPP", mas os accionistas. Tal como o DN revelou sábado passado, existe já um pré-acordo com os bancos - entre os

quais BCP, BPI e BES - para a gestão de uma sociedade de titularização ou de um fundo especial de investimento. O encontro entre os banqueiros e Teixeira dos Santos, na segunda-feira, "foi uma troca de impressões", mas esteve também, em cima da mesa, a decisão de prolongar o empréstimo de 450 milhões de euros, cedido em Dezembro ao BPP com o aval do Estado e que vence já no dia 6.

"O Estado deve comprar os títulos que estão nas carteiras", afirmou Fernando Ulrich ontem, em Lisboa, numa conferência promovida pela Associação Portuguesa de Bancos (ver texto ao lado). Para o presidente do BPI, o Estado tem duas opções: a primeira, diz Ulrich, é a compra aos clientes das carteiras "ao valor de mercado" - actualmente calculadas entre 400 e 500 milhões de euros - e "a entrega da diferença" - para o valor inicial de 1,2 mil milhões de euros - "quando for reembolsado pelo valor nominal", na maturidade dos tí-



Estou a ser roubado com o aval do Estado!

Fiz depósito a prazo, mas Governo não faz caso!

Portugueses, coloquem o dinheiro no estrangeiro!

Falência ou não... nosso dinheiro na mão!

Nunca quisemos risco! Fomos metidos nisto!

Burla tal, só em Portugal!

Deloitte viu, mas... omitiu!

Rendof y sus muchachos ya la cancel!

Banco de Portugal, supervisão? ah! ah!

Clientes sem poupança, banca sem confiança: BPP = BPN

Não somos especuladores!

tulos. Ou seja, na prática, os clientes receberiam já, em média, quase metade das carteiras. A segunda opção, mais favorável para os clientes, seria a compra imediata das carteiras "ao valor nominal". Em ambas as soluções, o Estado "não terá prejuízo nenhum. Só tem que fazer a gestão do tempo. O apelo que faço", diz Ulrich, "é que isto se resolva depressa".

Ontem, mais de uma centena de clientes manifestaram-se em Lisboa, frente à sede do BPP, reclamando o "pagamento imediato das poupanças". Por entre palavras de ordem (ver caixa com slogans) contra as autoridades - os principais visados foram o Banco de Portugal e o Ministério das Finanças - cerca de 20 manifestantes, recebidos por Adão da Fonseca, pressionaram o presidente do BPP a demitir-se. Este solidarizou-se com os clientes e terá até admitido "que não está a fazer nada no banco" e "que é um peão do xadrez". Ao fim do dia, Adão da Fonseca rejeitou demitir-se "neste momento".

À hora de fecho desta edição, os clientes ameaçavam não desmobilizar enquanto não surgisse a demissão de Adão da Fonseca ou um "esclarecimento cabal" do Ministério das Finanças. ■

Clientes do BPP vão pedir parecer à PGR

Clientes do "retorno absoluto" contestam decisão de Vítor Constâncio em congelar as poupanças por mais 90 dias e pedem hoje à Procuradoria-Geral da Re-

pública que se pronuncie sobre a legalidade da decisão do Banco de Portugal. Banqueiros pedem solução rápida para os clientes, mas não estão dispostos

a salvar o BPP. Adão da Fonseca é contestado e Teixeira dos Santos espera decisões da Privado Holding, o maior accionista do banco. **BOLSA, pág. 31**

Há “responsabilidade política” do PSD no BPN, garante Santos Silva

Polémica. Ministro dos Assuntos Parlamentares sustenta que o PSD está encostado ao caso BPN e muito silencioso

“O PSD parece-me estar encostado por natureza à questão do BPN e quanto mais tempo estiver silencioso mais encostado fica.” A frase é de Augusto Santos Silva, ministro dos Assuntos Parlamentares e principal porta-voz do PS para o combate quotidiano à oposição, sobretudo a do PSD. Ontem à noite, no “Cara a Cara”, um frente-a-frente semanal que Santos Silva mantém na TVI-24 com Nuno Morais Sarmiento, ex-ministro de Durão Barroso e Santana Lopes, actual dirigente nacional do PSD (presidente ao conselho nacional de jurisdição).

Santos Silva explicou a relação entre o BPN e o PSD: “Estou a falar de uma estrutura de poder consolidada em torno da SLN [Sociedade Lusa de Negócios, holding que detinha o BPN] e do BPN que tinha ramificações que merece ser escrutinada. E merece saber a opinião daqueles que mais próximas ligações têm com essa estrutura, e esses estão no PSD.”

Segundo afirmou, o que se passou no Banco Português de Negócios teve “o tom de um ajuste de contas entre um grupo que se encontrou no PSD e que se encontrou também no BPN”. “Há responsabilidades políticas que é preciso esclarecer”, disse, recordando o nome de Joaquim Coimbra, importante accionista do BPN e também dirigente nacional do PSD (desde Durão Barroso até Menezes).

Nuno Morais Sarmiento respondeu a Santos Silva acusando-o de fazer uma “leitura insidiosa” do caso. Porque “nós [PSD] não julgamos o primeiro-



Santos Silva ao ataque

ministro [no caso Freeport] mas lá que ele encostado está, lá que a família toda aparece, aparece”. “Poderíamos ter ido por ai fora”, afirmou. Porque “haver duas pessoas que são do PSD envolvidas neste caso é a mesma coisa que pretender que o processo Casa Pia tem alguma a ver com o PS”.

Para Morais Sarmiento, o PS só usa o caso BPN como arma eleitoral porque o “primeiro-ministro não queria chegar as eleições com o país todo com a sensação de que isto são trapalhadas a mais”. Portanto, preferiu “envolver à outras personalidades do PSD” no caso BPN.

Na campanha europeia, Vital Moreira, cabeça de lista do PS, voltou ao caso: “Não fui eu que liguei o PSD ao BPN, quem ligou foram militantes qualificados do PSD que iniciaram e geriram o banco e que conduziram a este escândalo que é o BPN.” ■ J. P. H.



Europeias. PS continua a usar o BPN como arma eleitoral. **POLÍTICA, pág. 14**



ID: 25367016

03-06-2009

GRÁTIS
HOJE NÃO PERCA
NOVO FASCÍCULO
GUIA DO CIDADÃO



ÀS SEXTAS
NOVA SÉRIE DE DVD
1,95€ + jornal PÁG. 47



REGRESSO
ÀS GRANDES
COMÉDIAS
NO FESTIVAL
DE CINEMA CM

ESTE JORNAL
VALE DESCONTO
DE 2 EUROS
CUPÃO DESTACÁVEL PÁG. 47

TODOS OS DIAS
OFERTA DE 1€
DE COMBUSTÍVEL NA REPSOL

QUARTA-FEIRA 03/06/2009 € 0,80 (C/IVA)

JUNTOS NA PRAIA
Quique e Orsi Fehér namoram em segredo
PÁGS. 44 E 45

CORREIO
da manhã
www.correiomanha.pt
Director **Octávio Ribeiro** | Directores-Adjuntos **Armando Esteves Pereira** e **Eduardo Dâmaso**

ALMEIDA PEREIRA
Procurador do Porto arrisca demissão
PÁG. 15

BPN PAGA 1,7 MILHÕES A SCOLARI

EMPRESA SEDIADA EM LONDRES RECEBEU DINHEIRO

■ **Contrato previa** pagamento em 24 prestações
■ **Banco** perde 40 milhões com moedas do Euro'2004 PÁG. 20



Mãe de Alexandra admite voltar a Portugal

■ **CM** foi à Rússia ver o novo ambiente familiar da menina arrancada dos braços do casal português ■ **Conselho Superior da Magistratura** abre averiguação disciplinar a juiz da sentença
PÁGS. 4 E 5

Ronaldo dá nega à campanha das Europeias
■ **Recusou** anúncio para incentivar ao voto PÁGS. 26 E 27

Pinto da Costa evita Carolina em tribunal
■ **Recurso de julgamento** PÁG. 34



TUNÍSIA desde **€499**
Saias de Lisboa e Porto 21 Junho a 1 Setembro
Tudo incluído
Preço por pessoa com taxas incluídas
(808 200 313)
www.marsans.pt

CRIME
Lésbica abusa de menina
PÁG. 12

LAMEGO
Contramão acaba em morte
PÁG. 8

SEXO & BOA FORMA

Lúcia Garcia foi virgem para o casamento
■ **Modelo** conta a importância do sexo na sua vida
■ **"Tenho medo de ter sexo"**, diz líder do Clube das Virgens
PÁGS. 24 E 25



TRAGÉDIA AÉREA
Destroços encontrados no mar
PÁGS. 6 E 7

PSP
Polícia gay defende direitos
PÁG. 47

Jackpot: 43 Milhões de Euros*
euro milhões
A criar excêntricos todos as semanas
* Previsão

ID: 25366784

03-06-2009

► europeias



Só a CDU dá dignidade a pessoas com deficiência

Gisela Batista sabe bem o que quer no dia 7: a vitória da CDU. Mãe de uma jovem deficiente de 25 anos, só tem elogios para a coligação que governa a autarquia no Seixal e que, segundo ela, permitiu que a sua filha trabalhe, te-

nha um salário e pague impostos. "Acredito que com a CDU os deficientes tenham uma vida digna", disse ontem a Ilda Figueiredo, num encontro da cabeça de lista comunista com trabalhadores da Câmara do Seixal. Durante

cinco anos, este concelho dispôs de uma unidade de multideficiência, "a melhor" do País, que hoje em dia está sem muitos dos seus trabalhadores porque "a ministra só lá quer pessoas com o ensino superior". Para Gisela, es-

CDS. Um visita comovente ao Refúgio Aboim Ascensão, em Faro, exigiu um trabalho de diplomacia. Teresa Caeiro comoveu-se

Uma mensagem simples na parede

É recorrente: o cabeça de lista do CDS tem impacto no eleitorado feminino. Mas há uma faixa etária onde Nuno Melo podia conseguir maioria absoluta: os menores de seis anos. Ontem, a caravana visitou o Refúgio Aboim Ascensão, em Faro, e o candidato mostrou que estava nas suas sete quintas.

A visita de Paulo Portas e dos três primeiros da lista do CDS (Nuno Melo, Diogo Feio e Teresa Caeiro) teve a dificuldade adicional de coincidir com um caso mediático de adopção iminente de uma criança reclamada pela



Nuno Melo em Faro

família natural. À porta do refúgio estavam familiares e a campanha do CDS teve de tratar o caso com pinças, para evitar as acusações de aproveitamento político.

O episódio ilustra a forma como o CDS parece já ter atingido os objectivos de campanha, evitando um frenesim que conduza a erros fatais. O caso da vida real tinha esse perigo, mas da visita ficou a comoção de Teresa Caeiro e a habilidade de Nuno Melo (solteiro, sem filhos) para lidar com crianças. Ficou também a mensagem, muito importante, deixada na parede por uma antiga ocupante do refúgio: "Tenho quatro anos, venho dizer obrigada a todas as que tomaram conta de mim... até eu ter papás". Assim, muito simples, e a dizer tudo. ■ LUÍS NAVES

● **positivo** Melo e as crianças

A habilidade de Nuno Melo com os únicos futuros eleitores que não se deixam enganar pelos políticos.

● **negativo** Carros de luxo

O parque automóvel no jantar da véspera, em Leiria, a exibir sinais externos de riqueza.



PS. Quando vestiu um colete reflector disse de si próprio: "Vital luminoso." O candidato socialista está bem-disposto, com a autoconfiança em ebulição e certo de que poderá subtrair eleitorado à oposição

Vital Moreira pôs eurodeputados a dançar

Não é todos os dias que o PS arma um bailarico para pôr os seus candidatos a dançar uns com os outros e com os eleitores, mas, ontem, na Trafaria, margem sul do Tejo, montou um arraial e animou a localidade desde cedo. A razão era simples, a Junta da Trafaria deixou de ser PCP para passar a feudo PS, tal como a freguesia da Charneca de Caparica, e há que recompensar os

eleitores. Assim sendo, havia a banda do Beto Cruz, os bombos lusobrasileiros para animar os presentes e o carro do Partido Socialista para mostrar a obra europeia de Mário Soares, António Guterres e José Sócrates. Antes de o candidato chegar à margem sul do Tejo, na Praça da República ouviram-se muitas músicas afro-brasileiras que puseram populares de braço

dado com os políticos socialistas.

Não se sabe se houve comunistas a dançar com os do PS, a única certeza é que nas últimas eleições a presidente da junta, Francisca Barreira, os fez dançar na contagem dos votos.

Edite Estrela puxou Correia de Campos, Ana Gomes segurou Capoulas e, entre muitos pares, dançaram até que chegou Vital Moreira e

as coisas passaram para o sério e mais promessas eleitorais.

Antes de Vital Moreira falar, discursou Vítor Ramalho, que prometeu à "moldura multiétnica" que estava à sua frente mais um deputado europeu para além dos oito desta legislatura. Vital Moreira só disse sobre o assunto: "Primeiro, vamos ganhar as eleições." Paulo Pedrosa falou do "povo que livremente vem festejar connosco", enquanto Vital Moreira tinha uma barreira de repórteres de imagem a cobrir-lhe o horizonte.

E, por fim, o cabeça de lista fez uma intervenção rápida e concisa que deixou os moradores da Trafaria satisfeitos com o seu contributo para a vitória socialista.

Depois de apanhar o metro de superfície, foi à Amarsul ver como se tratam os resíduos sólidos. E aí foi impossível evitar falar do BPN e do seu desejo de que "o PSD se dissocie do BPN". Ainda opinou, como cidadão e constitucionalista, sobre a renúncia do provedor e desejou "que a situação seja brevemente ultrapassada".

Depois de um jantar reparador, voltou aos comícios. Era em Setúbal, com Vieira da Silva, e o BPN não seria esquecido. ■ JOÃO CÉU E SILVA

● **positivo** Enforia socialista

Do mesmo clube. O ambiente entre candidatos socialistas está bom na campanha para as europeias. Parece que sentem a vitória no bolso.

● **negativo** Ex-comunista prevenido

Cautela na rua. Não há contacto com a população da margem sul do Tejo. Para evitar hostilidades comunistas, decerto

CDU. Ao almoço, a quase apoteose com trabalhadores do Seixal, à tarde, mais indiferença à saída dos estaleiros navais

Ilda Figueiredo à porta de uma Lisnave que já não é o que era

A Lisnave é local mítico das lutas de trabalhadores e sindicatos. Mas a história já não é o que era e à porta das instalações da empresa, onde apenas 200 dos cerca de 2000 trabalhadores são do quadro e os outros experimentam a precariedade, nem todos se preocuparam com os apelos de Ilda Figueiredo ao voto no dia 7.

"Domingo, CDU, não deixem de ir votar, pela defesa de um emprego com direitos, CDU é fundamental", repete sempre na mesma cadência a candidata comunista, à porta das instalações de Setúbal. Ilda não dá parte fraca e vai distribuindo folhetos. Recusa dizer que há medo em aparecer ao lado da CDU, mas sempre adianta que "nesta empresa e noutras está-se a viver um clima de repressão".

Ao almoço, pelo contrário, o registo ti-



Ilda foi à Lisnave

nha sido de quase apoteose. Na cantina da Câmara do Seixal, Ilda Figueiredo foi aplaudida de pé pelos trabalhadores, ao som das palavras de ordem da campanha. Nas paredes há cartazes do MFA, fotos de manifes e do 25 de Abril.

É aí que a candidata lança o alerta sobre a "gravidade de tremenda que já constatámos", a da "tragédia social" que é o desemprego. ■ MIGUEL MARUJO, e serviço especial DN/24 horas

● **positivo** Companhia

Heloisa Apolónia, Madeira Lopes, Jerónimo e Mário Nogueira. Rostos conhecidos dão uma ajuda.

● **negativo** Segredos

O zelo dos militares deixou os jornalistas à porta do Arsenal do Alfeite.

BE. Miguel Portas e Francisco Louçã contactaram ontem com a dura realidade em que vivem os sectores automóvel e do calçado

Bloco de Esquerda faz "teste" do Senhor de Matosinhos

"É muito mais alto do que parece na televisão", dizia uma idosa a outra, instantes depois de terem conseguido um afectuoso beijinho de Francisco Louçã.

Nas Festas do Senhor de Matosinhos, Miguel Portas e Louçã passaram no que um entusiasmado apoiante descrevia como "teste" à maioridade do BE.

A caravana iniciou o dia de ontem confrontada com a realidade de um tecido industrial a sofrer em pleno com a recessão mundial. Na Renault de Cacia, e na Rhode, de Vila da Feira, informaram-se sobre sectores (automóvel e calçado) onde crise e desemprego se fazem sentir.

Portas reuniu com a comissão de trabalhadores da fábrica



Miguel Portas distribui informação

a figura



Da "incompetência" à "competência"

Quando bateu com a porta à liderança do PSD prometeu calar-se por muito tempo. Mas não resistiu. Várias vezes foi ácido para Ferreira Leite e para os notáveis da sua direcção. Chegou a chamar-lhes "incompetentes". Ontem ao receber Paulo Rangel no seu gabinete em Gala parecia outro homem. Até fez um *mea culpa* por não ter reconhecido logo as qualidades do homem que a líder escolheu para as europeias. Menezes admitiu que Rangel é uma lebre para as legislativas

quece-se assim a experiência dos que a têm no dia-a-dia, como ela. No menu da cantina há choco frito e espetadas. Ilda depois de ouvir Gisela introduziu na ementa a necessidade do Governo "respeitar os direitos de inclusão".

PSD. Na sua terra, Vila Nova de Gaia, o cabeça de lista do PSD foi ao encontro do apoio do ex-líder do partido, que tão crítico tem sido para Manuela Ferreira Leite. Mas nem naquela cidade nem no Porto de Rui Rio se lançou na campanha de rua

Rangel é "lufada de ar fresco" para Menezes em tréguas com o PSD

Num regresso a casa e às origens, em Vila Nova de Gaia, Paulo Rangel recebeu ontem os elogios do seu presidente de câmara. Luís Filipe Menezes considerou-o uma "lufada de ar fresco" na política nacional e uma escolha acertada de Manuela Ferreira Leite. A líder que se recusa a "julgar" pelo resultado das europeias. Num tom apaziguador, ainda que muito "picado" pelos jornalistas sobre o pós-7 de Junho, o autarca de Gaia disse que ganhar esta primeira etapa é importante para um bom resultado nas legislativas. Mas, disse, vai ser "suficientemente bom" para que em Outubro o País acredite que vai ter "uma alternativa forte" ao PS.

Perante estas palavras, o cabeça de lista do PSD só podia retribuir na mesma moeda. Garantiu já ter votado três vezes em Menezes. "Em Outubro voto outra vez!" Porque, disse, o autarca laranja transformou uma "cidade à beira do abismo" numa "referência nacional".

Este encontro, a pedido de Rangel, e acompanhado de perto pelo número dois da câmara e presidente da distrital do Porto do PSD, Marco António Costa, foi bem mais distendido do que o do dia anterior em Vila Real com Pedro Passos Coelho. O ex-candidato à liderança do PSD que, mesmo antes de lhe ter dado o apoio no terreno, já tinha dito que sem uma vitória nas europeias o partido parte "diminuído" para as legislativas.

A recepção calorosa na Câmara de Gaia não levou Rangel às ruas da cidade, nem mais tarde às do Porto. Dois municípios que conhece bem e onde é reconhecido. O líder da lista do PSD ao PE passeou a pé pelas ruas da sua infância, mas longe das indiscretas câmaras de televisão. Rangel levou-as logo pela manhã ao Bairro do Carriçal, no Porto, onde visitou a Obra Diocesana de Promoção Social, acompanhado pelo padre Lino Maia. E mais uma vez acusou o Governo de ignorar a "crise



Menezes diz que Rangel está no "combate para vencer"

social" que atinge as famílias e os mais carenciados. ■ PAULA SÁ

● **positivo** Apolo de Menezes Aquele que tem sido um adversário declarado de Manuela Ferreira Leite e da

sua direcção fez tréguas, mesmo que temporárias, para apoiar Rangel.

● **negativo** Falha na estratégia Sem campanha de rua, o encontro com Menezes ofuscou a estratégia de Rangel de marcar o dia de campanha com os temas sociais.

da Renault, que funciona com base nos "stocks zero e onde a falta de vendas de carros está a fazer com que não se consiga escoar a produção". O candidato aproveitou para defender "um entendimento europeu para que planos como os incentivos ao abate de veículos sejam aplicados em todos os Estados". Só assim se poderá "travar o surto de desemprego", disse.

Na fabrica de calçado Rhode, defendeu nova disciplina no comércio mundial, com a UE a dizer a países como China, Índia ou Brasil que é necessário "cumprir as regras sociais e ambientais" sob pena "da Europa voltar a admitir algum protecționismo". ■ E.C.

● **positivo** Matosinhos Bastião PS, as festas do Senhor de Matosinhos são um banho de multidão certo, mas um teste arriscado que o BE conseguiu passar.

● **negativo** Desespero Há um milhar de pessoas com futuro incerto na Rhode. Recepção ao BE só aqueceu quando Louçã chegou.

conta-quilómetros

		distância real	avaliação política
	Paulo Rangel	172 km	04028 / 80 km/h
	Vital Moreira	420 km	03207 / 90 km/h
	Miguel Portas	155 km	03899 / 90 km/h
	Nuno Melo	400 km	03680 / 85 km/h
	Ilda Figueiredo	115 km	02540 / 80 km/h

O conta-quilómetros inclui a distância real que cada candidato percorreu durante o dia anterior e a velocidade, que se trata de uma avaliação política, atribuída pelos redatores que acompanham a campanha, e que reflecte o ritmo e a atitude do candidato no dia anterior

MPT. PS e PSD fazem campanha de "baixa política"

O cabeça de lista do Partido da Terra (MPT) lamentou ontem, em Lisboa, a "baixa política" entre PS e PSD na campanha para as europeias. "É de lamentar a baixa política, não nobre, com troca de galhardetes, insultos e acusações entre os dois maiores partidos", afirmou Pedro Quartim Graça, num balanço "antecipado" da candidatura do MPT em que sobressaiu "a grande receptividade da campanha do MPT", sublinhou.

MRPP. Candidato espera castigo ao bloco central

O cabeça de lista do MRPP às europeias afirmou ontem, em Lisboa, que a votação de domingo representará "um voto de protesto" contra o bloco central (PS e PSD). Orlando Alves disse que não há "desinteresse puro" dos portugueses nas europeias, mas antes "uma falta de respostas do Governo e da União Europeia" às necessidades dos cidadãos. "A Europa tem sido escondida aos europeus", frisou.

PPM/A. Os Açores devem ter selecções desportivas

O candidato do PPM/Açores às europeias propôs ontem a criação de selecções desportivas açorianas, para afirmar a região no mundo e promover o acesso dos seus atletas à alta competição. "Queremos reforçar os signos de identidade específica do povo açoriano e afirmar de forma independente os Açores no mundo", disse Paulo Estêvão, adiantando que a proposta visa "reforçar o estatuto de autonomia político-administrativa".

POUS. Associações de trabalhadores "salvam" economia

A cabeça de lista do Partido Operário de Unidade Socialista (POUS) às eleições europeias defendeu ontem, em Lisboa, que as associações de trabalhadores são a "salvação" da economia e "uma conquista importante do 25 de Abril". Para Carmelinda Pereira, os trabalhadores são "recursos imprescindíveis nas empresas. Sobre a privatização de empresas públicas, a candidata do POUS disse que, no caso da EPAL, "não faz sentido fazer lucro com água", pois é um "bem comum".

Mercado Puro

"Stop loss"



RICARDO ARROJA*
www.mercadopuro.com

Na bolsa, a longevidade e o sucesso dos investidores não depende necessariamente do número de vezes em que se acerta. Mais importante do que a taxa de acerto é a diferença entre aquilo que se ganha quando se acerta e aquilo que se perde quando se falha. Ou seja, o valor esperado da estratégia de transacção. Ao mesmo tempo, a evidência mostra que, na bolsa, uma taxa de acerto igual ou superior a 60% é considerada muito boa, resultando daqui que, em média, qualquer investidor acertará e falhará um número aproximadamente igual de vezes. Portanto, para que o valor esperado seja positivo, a perda média não deverá ser superior ao ganho médio.

A TOLERÂNCIA COM
AS PERDAS PERMITE
A ACUMULAÇÃO
DE MENOS VALIAS

Infelizmente, a natureza humana equipou-nos muito mal neste domínio! Por um lado, a maioria das pessoas não está disposta a admitir que, em média, acerta e falha de forma quase indiferenciada. Por outro lado, em geral, a natureza humana revela-se muito intolerante com os ganhos, tomando mais-valias de forma relativamente prematura, e muitíssimo tolerante com as perdas, permitindo a acumulação de menos valias. Isto não acontece apenas na bolsa; também acontece nas empresas. Nas boas – distribuindo recompensas demasiado generosas em épocas de vacas gordas. E nas más – adiando, em tempo útil, a inadiável liquidação dessas mesmas sociedades. O caso que afecta o BPN é um claro exemplo deste tipo de conduta. Desde a sua nacionalização, o Estado português já lá meteu quase 2,5 mil milhões de euros que, provavelmente, nunca mais recuperará. E, desgrazadamente, não há fim à vista. Não há *stop loss*.

* Analista Financeiro
r.arroja@pedroarroja.pt



«Necessitamos sempre de ambicionar alguma coisa que, alcançada, não nos torna sem ambição» Carlos Drummond de Andrade (1902-1987)

Diário de Notícias

www.dn.pt

QUARTA-FEIRA | 3 DE JUNHO DE 2009 | ANO 145.º | N.º 51 193 | 1,00€
 director João Marcelino | directores adjuntos Filomena Martins e Rui Hortelão | subdirectora Catarina Carvalho

ACTUAL, págs. 2, 4 e 5

As histórias da tragédia

No voo 447 Rio-Paris, da Air France, morreu um casal em lua-de-mel, um rapaz de 11 anos que estudava em Inglaterra, três jovens médicas...

115 Rio International

AF 447

2E Retardé

Partidos admitem mudar lei de protecção de menores

Justiça. Instituto de Apoio à Criança quer ver clarificado o conceito de superior interesse da criança

As decisões contraditórias de vários juízes com base no mesmo conceito do 'superior interesse da criança' levaram o Instituto de Apoio à Criança (IAC) a fazer uma petição para alterar a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. Ao que o DN apurou, os partidos políticos estão disponíveis para mudar a lei e clarificar o conceito, embora as eleições legislativas possam atrasar as alterações que só devem acontecer na próxima legislatura. Os deputados da subcomissão da especialidade reconhecem a importância desta questão e assumem total disponibilidade

para a analisar. Uma clarificação da lei poderia evitar casos como o de Esmeralda, ou o mais recente, da menina Alexandra que foi enviada para mãe biológica na Rússia. Mais de 300 personalidades subscreveram a petição que pede a revisão da lei, entre as quais Marcelo Rebelo de Sousa, Daniel Sampaio, Eduardo Sá e Fernanda Palma. O IAC quer que fique assegurado "o direito da criança à continuação das ligações afectivas" e mostra-se satisfeito com a disponibilidade dos partidos em discutir o artigo 4.º da lei de protecção de menores. **PAÍS, pág. 16**



Ainda há fotos inéditas de Marilyn

Em 1950, Marilyn Monroe tinha 24 anos quando fez uma sessão para a revista 'Life'. Os rolos só agora foram encontrados e as fotos colocadas no 'site' para comemorar os 83 anos que a actriz faria. **VIDA, pág. 52**

Encontrada em Espanha medula para salvar menina

Foi ontem encontrado um dador compatível com a menina de cinco anos que sofre de leucemia. Mas o transplante de Marta pode não acontecer já. **PAÍS, pág. 17**

Clientes do BPP vão pedir parecer à PGR

Clientes do "retorno absoluto" contestam decisão de Vítor Constâncio em congelar as poupanças por mais 90 dias e pedem hoje à Procuradoria-Geral da Re-

pública que se pronuncie sobre a legalidade da decisão do Banco de Portugal. Banqueiros pedem solução rápida para os clientes, mas não estão dispostos

a salvar o BPP. Adão da Fonseca é contestado e Teixeira dos Santos espera decisões da Privado Holding, o maior accionista do banco. **BOLSA, pág. 31**

Jackpot: 43 Milhões de Euros*
 euro milhões
 A cada eschafreco todas as semanas

15 milhões de telemóveis em Portugal

O número de clientes de telemóveis subiu 9,1% no primeiro trimestre. 10% dos portugueses têm mais de um cartão. **BOLSA, pág. 34**

Sindicato cria apoio a polícias homossexuais

Agente da PSP luta pelo fim da discriminação na corporação e lidera grupo de trabalho para denunciar casos graves. **PAÍS, pág. 21, e 56**

outras notícias

Europeias. PS continua a usar o BPN como arma eleitoral. **POLÍTICA, pág. 14**

Provedor. Nascimento Rodrigues demite-se hoje do cargo. **POLÍTICA, pág. 14**

ABASTEÇA-SE DE DESCONTOS.
 DESCONTOS até 5 cent por litro
 Veja como no interior deste Jornal.

CONTA POUPANÇA

ACREDITO NUMA POUPANÇA QUE ENCHE À MINHA VONTADE



Poupe ao seu ritmo e sem perder o fôlego, a partir de €25 por mês, com um montante mínimo de constituição de €250.

Esta informação não dispensa a consulta das condições do produto, disponíveis numa Agência Banif

BANIF
 A força de acreditar

808 200 200 www.banif.pt



Qua 3 Jun Edição Lisboa

Quarta-feira, 3 de Junho de 2009
Ano XX, n.º 7001
Portugal: 1,00€ (IVA incluído) Espanha: 2,00€ (IVA incluído)
Director: José Manuel Fernandes
Directores adjuntos: Nuno Pacheco, Manuel Carvalho e Paulo Ferreira

Clássicos da Revista Tintin

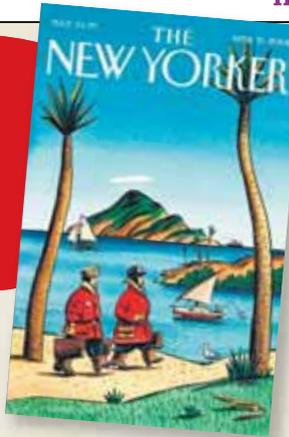
3.º Álbum **Jonathan** livro com 2 histórias
Hoje, por mais **6,90 euros**



4a
E dia de descontos em artes e espectáculos.

40% desconto
nas lojas da Fundação

FUNDAÇÃO CALOUSTE CALTENKIAN
Vale no comércio



Media
A história que está a manchar a reputação da *New Yorker* P2

PhotoEspania
Pedro Costa em destaque num festival que celebra o quotidiano P2

Festival Mozart
A *Zaide* de Graham Vick é um desafio à preguiça do espectador P2



AC/DC
O grupo que se dá bem com crises está de volta a Lisboa P2

Ministério Público vai ouvir Dias Loureiro

Pinto Monteiro já assinou o despacho a determinar a audição ao ex-administrador no Grupo BPN e ex-conselheiro de Estado, que participou em algumas operações sob investigação

● O Ministério Público vai ouvir Manuel Dias Loureiro, a seu pedido, no âmbito do processo Banco Português de Negócios (BPN). A instituição terá sido alvo de uma gigantesca burla que

levou o Estado a nacionalizar o banco para evitar a sua falência, tendo a Caixa Geral de Depósitos (CGD) já injectado mais de 2,5 mil milhões de euros no BPN. Agora, o procurador-geral da

República, Pinto Monteiro, produziu um despacho que já enviou à directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), Cândida Almeida, em que defende

a audição de Dias Loureiro, ex-administrador de empresas do grupo BPN/SLN, em respeito pelos direitos da personalidade dos cidadãos. Pinto Monteiro considera que o ex-ministro

da Administração Interna de Cavaco Silva deve ser ouvido de acordo com as possibilidades actuais e desde que não haja prejuízo para a investigação. → Economia, 24

Europeias Meios de campanha do PS “esmagam” os dos restantes partidos Págs. 10 a 15



O camião do PS de apoio aos jornalistas disponível na campanha do partido

Médio Oriente

Obama em Riad antes de discurso “histórico”

● Barack Obama está hoje na Arábia Saudita para discutir o conflito israelo-palestiniano e o Irão. É a introdução à visita ao Cairo, onde fará o prometido discurso “histórico” para tentar estabelecer as pontes com o mundo islâmico. → Mundo, 16

Atlântico Sul

Localizados destroços de avião francês

● O Governo brasileiro confirmou que foram encontrados destroços do avião da Air France que desapareceu segunda-feira sobre o Atlântico Sul, com 228 pessoas a bordo. Os vestígios estão a 650 quilómetros de Fernando de Noronha. → Destaque, 2/3

Reestruturação

TAP vai despedir nos sectores complementares

● Fernando Pinto, reconduzido na liderança da TAP, tem a missão de re-dimensionar a estrutura, o que deverá incidir sobre as áreas complementares. Além de despedimentos, está prevista a alienação de activos, como a Groundforce. → Economia, 23

Coreia do Norte

“Querido Líder” já terá sucessor designado

● Kim Jong-il terá levado o regime a jurar lealdade ao filho Kim Jong-un, cumprindo-se a tradição na dinastia comunista. Dias depois do ensaio nuclear da Coreia do Norte confirma-se a ligação entre as provocações militares e a sucessão. → Mundo, 18

Poeta e jornalista

Cabo-verdiano Américo Vieira é Prémio Camões

● O júri do Prémio Camões decidiu atribuir o galardão deste ano ao poeta Arménio Vieira. O poeta e jornalista é o primeiro cabo-verdiano a receber o Prémio Camões. Nascido em 1941, na Cidade da Praia, colabora em várias publicações. → Portugal, 4



Conferência

BdP afasta cenário de crise na banca

Vítor Constâncio acredita que se **criem bancos de grandes dimensões** e que para isso a regulação tem estar atenta

POR: JOÃO ANDRADE COSTA
jcosta@meiahora.pt

O governador do Banco de Portugal acredita que haverá um aumento da consolidação da banca em Portugal. Durante uma conferência sobre a banca, Vítor Constâncio referiu ainda que o prolongamento do congelamento das obrigações do BPP deveu-se a um pedido de esclarecimentos adicional feito pelo Governo.

Vítor Constâncio descartou ontem que os problemas que

Constâncio não acredita que o BPN e BPP afetem a banca nacional

ocorreram no BPN e no BPP afetem a banca nacional, sublinhando que “não há crise bancária em Portugal”.

O regulador português acredita mesmo que se perspectiva o aparecimento de instituições bancárias de grande envergadura, o que exige uma regulação adequada.

Prejuízos. Também presente no encontro, Fernando Ulrich, presidente do BPI, realçou que o BPN vai gerar



ANDRÉ KOSTERS/LUSA

CLIENTES DO BPP QUEREM RESPOSTA DO GOVERNO

Resultados

Actividade no estrangeiro ajuda aos bons resultados

42%

Foi a contribuição das operações exteriores para os resultados brutos dos bancos

prejuízos avultados ao Estado e que é impossível que alguém compre o banco “tal como está”.

Para que o BPN seja comprado é provável que o Estado tenha de assumir uma parte dos prejuízos da instituição. Recorde-se que o BPN anunciou ter tido um prejuízo de 575 milhões de euros em 2008 e que os capitais próprios foram negativos em 1,62 mil milhões de euros.

Recusa. Já o presidente da Associação Portuguesa de Bancos afirmou, durante o seu discurso na conferência, que é preciso precaução na tomada de uma decisão sobre o BPN. João Salgueiro apontou ainda que se estivesse à frente de algum banco português também teria recusado participar numa solução para o BPP.

As declarações de João Salgueiro surgiram depois de Vítor Constâncio ter referido que, apesar do congelamento dos compromissos do BPP, o aparecimento de uma solução para o caso não deverá levar muito tempo a aparecer.

Ainda ontem os clientes do BPP realizaram em Lisboa uma manifestação junto à sede do banco, exigindo explicações ao Governo.